



COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO PIAUÍ

DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM TEMPOS DE CRISE

ORGANIZAÇÃO

JACQUELINE LIMA DOURADO
JULIANA FERNANDES TEIXEIRA
ANA KAROLINA CARVALHO
LUAN MATHEUS SANTANA
LUZIÁRIO SILVA
MAURA VITÓRIA FREITAS





COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO PIAUÍ

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS
EM TEMPOS DE CRISE**

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

C741 Comunicação e direitos humanos no Piauí : desafios e perspectivas em tempos de crise / organização, Jacqueline Lima Dourado ... [et al.]. – Teresina : EDUFPI, 2020.
181 p.

ISBN 978-65-86171-14-3

1. Comunicação. 2. Direitos humanos. 3. Economia política da comunicação. 4. Jornalismo. I. Dourado, Jacqueline Lima.

CDD 070



COMUNICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS NO PIAUÍ

DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM TEMPOS DE CRISE

ORGANIZAÇÃO

JACQUELINE LIMA DOURADO
JULIANA FERNANDES TEIXEIRA
ANA KAROLINA CARVALHO
LUAN MATHEUS SANTANA
LUZIÁRIO SILVA
MAURA VITÓRIA FREITAS





UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PIAUÍ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

José Arimatéia Dantas Lopes

Vice-Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Editor

Ricardo Alaggio Ribeiro

EDUFPI - Conselho Editorial

Ricardo Alaggio Ribeiro (presidente)

Acácio Salvador Veras e Silva

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Wilson Seraine da Silva Filho

Gustavo Fortes Said

Nelson Nery Costa

Viriato Campelo



Editora da Universidade Federal do Piauí - EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI - Brasil
Todos os Direitos Reservados

Este livro é dedicado a todas as
pessoas vítimas de violações dos
direitos humanos fundamentais, em
especial, às que são silenciadas e
têm usurpado seu direito
de dizer e se expressar.

SUMÁRIO

Apresentação	11
Palestra I: Helena Martins (UFC)	14
Palestra II: Sarah Fontenele (UFRN)	21
A violação dos direitos humanos no telejornalismo policial do Piauí: O caso da cobertura do assalto ao banco de Campo Maior/PI pelo Telejornal Cidade Alerta	26
Aplicativo de relacionamento Grindr e a hipersexualização do gay negro	46
Ciberfeminismo em movimento: cartografando sentidos no tumblr “Nós, madalenas”	66
Violência contra a mulher: análise da abordagem dos casos de feminicídio entre mulheres brancas e negras na mídia piauiense	86
Democracia em crise: o papel do jornalismo na Era da Desinformação	106
Informação como direito: desafios e caminhos da Internet no Piauí	124
Comunicação e Educação: perspectivas e desafios	144
A literatura e a cultura afro-brasileira nas séries iniciais do ensino fundamental na rede pública no município de Caxias-MA	166

APRESENTAÇÃO

O que são Direitos Humanos e para que/quem eles servem? Quais os principais desafios dos Direitos Humanos no século XXI? Qual papel a comunicação exerce nesse processo? São essas algumas das perguntas que nortearam as discussões do I Simpósio Piauiense de Comunicação e Direitos Humanos, que foi realizado nos dias 28 e 29 de Novembro de 2019, pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação, Economia Política e Diversidade (COMUM), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). O simpósio é um marco importante da discussão em torno da comunicação e dos direitos humanos do Piauí sendo este livro um fruto dos trabalhos apresentando durante o evento.

Em 2020, a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 72 anos e a Constituição Federal do Brasil (Constituição Cidadã) chega aos 32 anos. Todavia, o tema dos Direitos Humanos segue atual, sobretudo no que diz respeito à sua implementação e a natureza do seu conceito.

Em 2017, os canais administrados pelo Ministério dos Direitos Humanos receberam um total de 142.665 denúncias, com média de 390 por dia. Entre os públicos considerados mais vulneráveis após a análise de dados estão Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas, Pessoas com deficiência e a população LGBT. (MDH, 2018). Evidências que mostram que as violações aos Direitos Humanos no Brasil ainda são comuns.

Soma-se a isso um cenário político em crise, com suas instituições democráticas duramente questionadas e o ascenso de segmento político/ideológico que tem produzido contornos capazes de amplificar opiniões e questionamentos que negam a importância e relevância dos Direitos Humanos. Nesse cenário, a comunicação (especialmente a digital) assume um papel central, configurando-se como um dos principais elementos, tanto para amplificação desses discursos quanto para defesa



Nesse cenário, a comunicação (especialmente a digital) assume um papel central, configurando-se como um dos principais elementos, tanto para amplificação desses discursos quanto para defesa dos Direitos Humanos. Não obstante, o próprio Direito Humano à Comunicação vem se posicionando com outro grande desafio, especialmente no Brasil onde a concentração midiática é gritante. Os quatro principais grupos de mídia do país concentram um público nacional exorbitante - que ultrapassa 70% no caso da televisão aberta, a mídia mais consumida no país, de acordo com um levantamento feito pelo Coletivo Brasil de Comunicação (INTERVOZES).

Pelos aspectos acima mencionados, a reflexão sobre os desafios e perspectivas dos Direitos Humanos em um cenário de crise ganha uma relevância social e histórica muito importante, uma vez essa discussão está diretamente ligada à defesa da vida e da dignidade humana em seus mais diversos e plurais aspectos.

Partindo desta concepção de Direitos Humanos estes tornam-se, portanto, um dos principais desafios globais da humanidade. Nesse sentido, o presente livro busca contribuir para o avanço da compreensão do Direito Humano à Comunicação e dos direitos humanos como elemento central para a garantia da dignidade humana.

Os organizadores
Teresina, março de 2020



PALESTRA I

Por Helena Martins

Doutora em Comunicação (UnB, 2018), professora da Universidade Federal do Ceará. Contato: helena.martins@ufc.br.

Para compreender as mudanças e, consequências delas, os novos desafios que este século XXI já nos apresenta no campo das comunicações, é preciso voltar um pouco no tempo. Com a reestruturação capitalista dos anos 1970, uma nova estrutura de mediação social foi forjada, tendo como base técnica o que passou a ser chamado de novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC). Essa nova estrutura impactará distintas esferas da vida social, como a economia, a política e o mundo do trabalho.

Tal reorganização se deu após a articulação complexa que mantinha o regime fordista baseado, entre outros elementos, na produção em massa de bens homogêneos atrelada ao consumo de massas e no incentivo à expansão da sociedade de consumo (NETTO, 2012) – apresentar sinais de esgotamento². Uma nova etapa teve início a partir de então. Demarcando um contraponto à “rigidez” do fordismo, ela passou a ser distinguida pelo que Harvey (2012, p. 14) definiu como acumulação flexível, pois se apoia “[...] na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos

2 A decisão dos Estados Unidos de desvincular o dólar do ouro, o aumento dos preços do petróleo, a diminuição do crescimento econômico dos chamados países centrais, a redução da produtividade e a deflação marcante entre 1973 e 1975 foram alguns dos fatores que levaram ao debacle do regime.



produtos e padrões de consumo”³.

Com mudanças rápidas e contínuas nos produtos, foi proporcionada a exploração de mercados segmentados em escala reduzida. A especialização da oferta também espelhava as diferenças de renda que foram acentuadas naquele período, inclusive em países que adotavam a política de bem-estar social (BENKO, 1999). A produção em massa, padronizada, estocável e feita por diversos trabalhadores especializados dará lugar a outra, marcada agora pela produção de uma variedade de produtos feitos para atender determinada demanda e por trabalhadores multitarefas (HARVEY, 2012).

No contexto de tal reestruturação do sistema capitalista, houve a emergência de um novo modelo de exploração, que supera a preponderância da atividade disciplinada e hierarquizada, de cunho fordista/taylorista. Além da expropriação da força de trabalho que se expressa no corpo do/a trabalhador/a, o sistema buscou sua sujeição de forma integral, alcançando corpo e mente.

Configura-se, assim, a chamada sociedade do controle, que se exerce sobre o conjunto da sociedade, de forma complementar à lógica disciplinar (SILVEIRA, 2019). Nela, a vigilância não reside em determinadas instituições que são reconhecidas como controladoras. Ela é generalizada, difusa, exercida por Estados, corporações e mesmo por outros indivíduos integrantes da sociedade.

É comum lermos que essa nova etapa derivou do desenvolvimento da microeletrônica e que viabilizou o uso de tecnologias de ponta, destacadamente computadores e softwares, bem como da robótica, que por sua vez que permitiu a automação. De tal compreensão advêm conceitos como o de “sociedade da informação”.

3 Esses sistemas de produção flexível permitiram uma aceleração do ritmo da inovação do produto, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala – ao mesmo tempo em que dependeram dela. Em condições recessivas e de aumento da competição, o impulso de explorar essas possibilidades tornou-se fundamental para a sobrevivência. O tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de estoque “just-in-time”, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). (HARVEY, 2012, p. 148).



Aqui, seguindo o entendimento de Bolaño (2000), optamos por tratar esse período como o da Terceira Revolução Industrial. Embora considere aqueles aspectos, este autor, ao analisar a indústria cultural e a informação no capitalismo, toma como elemento central a incorporação do elemento subjetivo na produção do capital e a intelectualização geral dos processos de trabalho na indústria e no setor de serviços. Em sua compreensão, evidenciam essa mudança a codificação dos conhecimentos por tecnologias computacionais e a ampliação da mercantilização de setores como a cultura, colaborando para a valorização de uma subjetividade vinculada ao consumo.

No mesmo sentido, Harvey (2012, p. 151-152) aponta que o controle e a capacidade de análise instantânea de dados tornaram-se fundamentais à articulação social em um contexto de interesses e ações descentralizadas, de dispersão de plantas produtivas pelo globo, mobilidade geográfica e flexibilização dos processos de trabalho e de consumo⁴. Também Chesnais (1996) advoga que ganhou centralidade, na dinâmica da concorrência, especialmente entre multinacionais, a centralização e a gestão da informação, por meio da constituição de bancos de dados sobre as características da clientela e dos mercados.

Além disso, o desenvolvimento das TIC deu suporte à aplicação à circulação de mercadorias em escala global (cuja ascensão do comércio eletrônico é um dos exemplos), bem como ao crescimento do sistema financeiro e dos fluxos internacionais de capital que fizeram da etapa atual do capitalismo, o neoliberalismo, ser marcado pela “dominância financeira”. Características dessa dominância financeira como a exterioridade da valorização, a insaciável busca por sua ampliação, a lógica especulativa e a produção de bolhas

4 A capacidade de resposta instantânea a variações das taxas de câmbio, mudanças das modas e dos gostos e iniciativas dos competidores tem hoje um caráter mais crucial para a sobrevivência corporativa do que teve sob o fordismo. A ênfase na informação também gerou um amplo conjunto de consultorias e serviços altamente especializados capazes de fornecer informações quase minuto a minuto sobre tendências de mercado e o tipo de análise instantânea de dados útil para as decisões corporativas. Ela também criou uma situação em que vastos lucros podem ser realizados com base no acesso privilegiado às informações, em particular nos mercados monetários e financeiros (HARVEY, 2012, p. 151).



de ativos financeiros tornam riscos e crises elementos constantes desse regime de acumulação e com capacidade de contaminação de todo o sistema do que o que foi verificado no período anterior.

O lugar das comunicações na arquitetura do sistema, O exposto até aqui revela diversas diferentes formas como as comunicações em geral tecnologias como internet e as telecomunicações, por exemplo – participam da arquitetura social contemporânea. A importância ideológica e econômica – dimensões aqui destacadas de forma metodológica apenas, dada a relação intrínseca entre elas, são reafirmadas, ganham novos contornos, levando ao aprofundamento da dominação do sistema sobre o conjunto da vida, inclusive sobre áreas antes mais resistentes à subsunção à dinâmica capitalista, como a própria cultura.

A partir do trabalho de Bolaño (2000), sabemos que a indústria cultural desenvolveu três funções no contexto do capitalismo monopolista: propaganda, publicidade e programa. A primeira está relacionada ao Estado e é diretamente ideológica, pois objetiva garantir a legitimidade do sistema de forma geral. A segunda está a serviço da acumulação do capital, operando no nível da concorrência capitalista e contribuindo para a realização dos produtos no mercado. Com a primeira, objetiva-se a coesão e compatibilização de interesses; com a segunda, a constituição de um modo de vida e de uma cultura de massas capitalista. A terceira está vinculada, especialmente, ao momento da recepção dos conteúdos. Isto porque a indústria cultural não pode, simplesmente, ignorar a diversidade cultural e as distintas formas de construção ideológica para impor seus padrões, já que há também necessidades, expectativas e valores do público que ela objetiva converter em audiência.

Para conseguir exercer seu poder simbólico e realizar a mediação entre os subsistemas econômico e político e o mundo da vida, a partir do trabalho intelectual ela se apropria das culturas populares, reelaborando-as e inserindo-as no circuito mercantil com o rótulo da cultura de massa, que se torna a base da própria cultura. Exercendo o conjunto dessas funções, a indústria cultural passa a substituir progressivamente as instituições que eram responsáveis pela ordem simbólica e a ampliar a colonização do mundo da vida por parte do Estado e do mercado.

Com as novas comunicações, a indústria cultural se espraia e suas funções seguem sendo exercidas. A utilização de seu poder ideológico se mostra útil, especialmente em um contexto de crises constantes como o que vivemos – basta lembrar que, desde a última grande crise econômica mundial, entre 2007/2008, o conjunto



dos países não retomou as taxas de crescimento até então registradas. A radiodifusão, mantida em países como o Brasil nas mãos dos mesmos, contribui para defender o status quo, como vemos nas insistentes intervenções de porta-vozes dessas instituições em defesa de reformas (trabalhista, previdenciárias e outras mais), as quais são apresentadas como “necessárias”. Na internet, que antes era vista como espaço mais aberto e até mesmo livre, multiplicam-se formas de modulação de comportamentos, a exemplo da disseminação da desinformação para influenciar escolhas políticas. A modulação algorítmica ocorre de forma opaca.

Com isso, plataformas de redes sociais escolham o que deve ou não ganhar audiência e pautar o debate público. De forma geral, ainda que devamos reconhecer que há muitas potencialidades e mesmo experiências contra-hegemônicas forjadas a partir desses espaços, nas redes, há constantemente uma produção de uma mentalidade individualista, autoproclamatória, que bem combina com o empreendedorismo apresentado como saída para resolver os problemas econômicos que, embora coletivos, são tomados como particulares.

Isso se dá porque esse espaço também sofreu alterações. Vimos, antes, que as novas tecnologias passaram a conformar a base técnica do sistema em sua etapa atual. Elas, por exemplo, viabilizaram a mundialização de capital e a financeirização. Também fizemos referência à crescente importância do controle da informação no âmbito da concorrência, o que fomentou a formação de firmas de consultoria e, com o desenvolvimento tecnológico, a captura e o tratamento de dados, utilizados, entre outras situações, na busca por se reduzir a aleatoriedade na realização das mercadorias, em um mercado pensado de forma cada vez mais segmentada, quase individualizada.

As mesmas tecnologias também têm servido para flexibilização do trabalho. Exemplo disso é o fenômeno que tem sido chamado de uberização do trabalho. Trata-se de um tipo de vínculo precário, em geral sem contrato, ainda que a exploração seja intensa e os ganhos, mínimos. A mediação se dá por meio das plataformas, que podem prescindir inclusive de espaços físicos como escritórios ou ignorar regras locais. Essa deterioração das relações trabalhistas não é nova. Consiste em um aspecto do neoliberalismo, aprofundado e tornado mais generalizado com o auxílio das tecnologias. Estima-se que a “economia dos bicos”, como tem sido chamada, já empregue cerca de quatro milhões de pessoas no Brasil. Tendo em vista que o desemprego atinge 13 milhões de



pessoas e não haver uma tendência de reversão desse cenário, é provável que o número de pessoas ocupadas em plataformas como Rappi cresça vertiginosamente.

A centralidade econômica de corporações ligadas à informação e à comunicação pode ser verificada no gráfico abaixo. Ele mostra que, entre 2006 e 2016, as maiores empresas listadas por capitalização de mercado passaram a ser as do referido setor, suplantando muitas das petrolíferas que lideravam anos atrás.

Do ponto de vista setorial, desde meados dos anos 1990, a internet tornou-se cada vez mais palco de interesses comerciais. Multiplicaram-se as firmas que ofereciam desde a conexão até novos produtos e serviços. Muitas delas não sobreviveram à bolha da virada do milênio, fruto da especulação diante do novo ambiente virtual. Outras sim. Algumas cresceram, tornaram-se plataformas que atuam em diferentes mercados, atendendo a múltiplos agentes. Nos últimos anos, o que se esperava que fosse um espaço mais democrático acabou passando por um processo de concentração, o qual tem levado autores como Valente (2019) a propor o conceito de monopólios digitais. Estes, segundo o autor, são marcados por: (1) Forte domínio de um nicho de mercado; (2) Grande número de clientes, sejam eles pagos ou não; (3) Operação em escala global; (4) Espreadimento para outros segmentos para além do nicho original; (5) Atividades intensivas em dados; (6) Controle de um ecossistema de agentes que desenvolvem serviços e bens mediados pelas suas plataformas e atividades; (7) Estratégias de aquisição ou controle acionário de possíveis concorrentes ou agentes do mercado.

Muitos são os desafios advindos desse cenário, entre os quais podemos citar: concentração e centralização de capital, capacidade de imposição de barreiras à entrada aos concorrentes, atuação das plataformas como gatekeepers, com potenciais riscos à liberdade de expressão, vigilância massiva, capacidade de modulação de comportamentos. São questões que devem ser tomadas como centrais em um agente contemporânea de lutas em torno da democratização de todo o campo da comunicação e, por ser parte disso, da sociedade. Parte dessa agenda estão: lutas em defesa da proteção de dados pessoais, reafirmação de direitos como à privacidade, que deve ser tomada como uma questão coletiva e não apenas individual, por leis contra a concentração, por espaços para produção de mídias contra-hegemônicas etc.

Isso não quer dizer que os velhos problemas não importam mais. Não seria correto afirmá-lo, ainda mais em um país que sofre com o uso político da radiodifusão a favor dos interesses dos pou-



cos grupos familiares e, de forma acentuada, de igrejas de cunho fundamentalista que se contam aos montes no rádio e na TV. Além disso, cumpre citar que mesmo um direito liberal básico como a liberdade de imprensa está ameaçado no Brasil governado por Jair Bolsonaro. Para ilustrar o exposto, cumpre mencionar o Relatório de Violência Contra Jornalistas e a Liberdade de Imprensa no Brasil, da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que aponta que em 2018 o número de agressões a jornalistas chegou a 135 casos, contra 227 jornalistas, um aumento de 36% nos casos de violência contra os profissionais. De janeiro a novembro, foram 99 declarações vistas como ataques a jornalistas (11 ocorrências) e descredibilização da imprensa (88 ocorrências).

O que o século XXI tem nos mostrado é que, ao contrário do que muitos teóricos professaram nas últimas décadas, é preciso falar em totalidade. Os desafios que temos não são isolados. Trata-se, no fundo, da discussão sobre o modelo de comunicações que queremos como parte de determinado modelo de sociedade. No âmbito do campo da comunicação, é preciso evitar olhares que se pautam por uma perspectiva instrumental sobre meios e instituições de comunicação, dando relevo à complexidade que os envolvem. Os desafios teóricos e práticos são inúmeros e urgentes.

REFERÊNCIAS

- BENKO, G. Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. Indústria cultural, informação e capitalismo. São Paulo: Hucitec, 2000.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
- HARVEY, David. Condição pós-moderna. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de serviço social; v. 1).
- SILVEIRA, S. A. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. PAULUS: Revista de Comunicação da FAPCOM, v. 3, n. 6, 2019.
- VALENTE, JCL. Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. 400 f., il. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.



PALESTRA II

Por Sarah Fontenele

Mestra em comunicação (UFPI) e doutoranda em comunicação pela UFNR. Contato: fontenellesarah@gmail.com

“O Brasil precisa-se reconectar ao seu passado para seguir adiante e cumprir sua vocação para felicidade”, as palavras do indígena Daniel Munduruku¹ em conferência ministrada em 2019 no África Brasil, calam fundo o peito por despertar uma obviedade escondida. Então me ponho a refletir sobre o que há de Abya Yala (como os originários chamavam essa terra antes da destruição colonizadora) na comunicação que ensinamos nas salas de aula, nos processos comunicativos que realizamos nas redações, nas agências de comunicação ou ainda nas periferias comunicantes, que se desbordam nas denúncias/anúncios de outra vida possível.

A tessitura do tempo-espaço nos impele a observação de uma encruzilhada que nos apontam o continuismo ou nos força a dobrar o tempo-espaço em busca das memórias perdidas para que, em circularidade, cheguemos ao presente. Se é verdade que a comunicação é base e estrutura da sociedade, nos cabe observar qual o papel que cumpre o modo de produção que circula e distribui os seus produtos transformando cidadãos em consumidores, embotando-nos a uma racionalidade que dubiamente integra e desintegra. Deste ponto de vista, é notório entender que nenhuma luta por democratização da sociedade se dá sem a democratização dos meios de comunicação e nenhum direito se concretiza sem a possibilidade de dizer a nossa palavra. Na história de nossa Abya Yala, constantemente saqueada e silenciada, os meios de comunicação cumprem o papel de manter o modelo de desenvolvimento, não apenas no discurso, mas estruturalmente, pois a produção, reprodução, circulação e distribuição das indústrias culturais dão cabo de nos levar a um caminho que parece natural e sem volta: O Progresso. Um

1 Palestra ministrada na abertura do África Brasil, 2019, Teresina-PI.



progresso fruto de um desenvolvimentismo excludente que jamais foi questionado pela mídia hegemônica.

Se é verdade que a racionalidade tecnocrática é responsável por manter a base de uma sociedade desenvolvimentista, que nega os povos e seus territórios, saberes e conhecimentos; também é neste mesmo quadro referencial de contradições que surgem múltiplos projetos políticos alternativos como resposta ao capital. Onde se viam lucro na velocidade assombrosa das tecnologias, também se foi emergindo outra tecnicidade, sociabilidades, afetos e sensorialidades e, também, o que os pesquisadores têm chamado de novos atores. A meu ver, nem tão novos assim os sujeitos históricos demarcam território-corpo no cenário midiático: mulheres, povos originários, negros e negras, quilombolas, ribeirinhos, sertanejos, LGBTQIA+. Estes projetos remapeiam seus territórios de pertencimento e demonstram que muito mais do que representatividade, o reconhecimento pelas existências supostamente naufragadas importam, assim se abrem perspectivas nas linhas emaranhadas do tempo para a modificação da funcionalidade de uma espacialidade até então intacta: a hegemonia midiática dos grandes conglomerados.

Se as escolas de comunicação estavam muito mais preocupadas em demarcar uma certa ritualidade e institucionalidade que define ou não o que é comunicação, as iniciativas como Mídia Índia, Mídia Ninja, Põe na Roda, Alma Negra e no Piauí Ocorre Diário, Fala Dirceu, Malamanhadas e tantas outras, desorganizam a hegemonia da práxis comunicativa. Antes de pensar na técnica, na periodicidade, na linguagem ou em uma estética dada, a desorganização se dá outras prioridades, pois vale mais a busca por direitos e rasgar o véu do tempo demarcando o presente. Em tempos de crise é preciso saber cartografar e caminhar na noite exigindo pois, outra sensorialidade. Como afirma Cremilda Medina (2003), para tecer o presente é necessário a poética da interpretação: Sentir, Pensar e Agir.

A ação desafiadora e desorganizadora da hegemonia comunicativa parte de um método de uma experimenta e aprende desde uma epistemologia do sonho que nos ensina os povos originários: é ação disciplinada de conhecimento e formação. Sonhar-pensar-agir desde uma estética que: Privilegia a escuta sensível e profunda como método participativo de reparar os sujeitos históricos; Abre espaço para ser comunicação-arte; jornalismo-esperança e propagandeadora de direitos; refaz as temporalidades latino-americanas que se tecem para além do aprisionamento da presentificação,



instantaneidade e simultaneidade que oculta sentidos históricos, de-historiciza ou des-narrativiza; reinstaura uma mística intuitiva pois reivindica antepassados e seus saberes. Certo é que estes projetos que tomam de assalto o cenário cumprem o papel de civilizar um mundo embotado de omissões, apagamentos das histórias de vida e memórias coletivas necessárias ao fortalecimento de uma sociedade.

Se Sodré (2017) está certo, em Pensar Nagô, quando afirma que nenhum conhecimento se origina na palavra, mas na corporeidade que experimenta no território, então nos resta sentir-fazer uma comunicação que experimenta. Compreendemos, como Martin-Barbero (2002) que o estudo da comunicação deixa de ser puramente a questão dos meios e mensagens, mas é espaço chave para articulação das dinâmicas sociais, culturais e dos movimentos sociais. E nessas dinâmicas, é necessário entender que democratizar a comunicação é também democratizar os modos de fazê-la. Quebrar o poder do monopólio midiático nas mãos de poucas famílias no Brasil e os conglomerados transnacionais que cuidam de nossos modos de ser no mundo é importante, mas também é urgente entender o direito humano à comunicação como a possibilidade de: acessar, produzir e gerir.

A reconexão com o passado ancestral, proposto por Munduruku pode ser a possibilidade de adiar o fim do mundo, como propõe Ailton Krenak e também se mostra o caminho de agir em contra-colonização em todos os espaços de poder/saber que deixam o lastro dos epistemicídios. Ou reinauguramos o direito de dizer a nossa palavra com o desafio que isto implica ou estaremos fadados a violações de toda sorte de direitos. Nesta encruzilhada que se apresenta com o mofo de chumbo e fascismo, a comunicação é uma importante arena de disputa. Resta-nos saber se vamos investir nas estratégias continuistas da monopolização ou se vamos apostar nas estratégias sensíveis que ensejam a diversidade e dar vazão à pluralidades negadas. Assim talvez a comunicação cumpra a sua vocação para contribuir na emancipação social e liberdade.

Referências:

MEDINA, Cremilda. A arte de tecer o presente – Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

SODRÉ, Muniz. Pensar nagô. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Ofício de cartógrafo: travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Fónodo de cultura económica, 2002.



Artigos apresentados nos Grupos de Trabalhos (GT's)





A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO TELEJORNALISMO POLICIAL DO PIAUÍ

O caso da cobertura do assalto ao banco de Campo Maior/PI pelo Telejornal Cidade Alerta

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar uma proposta inicial de categorização das formas de violação dos Direitos Humanos no telejornalismo policial, a partir dos conteúdos jornalísticos produzidos pelo jornal Cidade Alerta do Piauí. Partimos da compreensão de que o telejornalismo policial faz uso de estratégias sensacionalistas para garantir sua manutenção no mercado, assumindo em seus conteúdos e formatos jornalísticos claras violações aos direitos humanos, expostas de diferentes formas. Para tanto, optamos por realizar o estudo do caso como método de pesquisa, a partir da análise do conteúdo jornalístico.

Palavras chave: jornalismo policial; sensacionalismo; direitos humanos.

Jader Damasceno | Universidade Federal do Piauí
Luan Matheus Santana | Universidade Federal do Piauí
Luziário Silva | Universidade Federal do Piauí
Maura Vitória Freitas | Universidade Federal do Piauí
Valentina Tereskova | Universidade Federal do Piauí



1 - INTRODUÇÃO

Documento marco na história dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas no dia 10 de dezembro de 1948, em Paris. Elaborada por representantes de diferentes nações, o documento estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. O Brasil é um dos 193 países signatários da DUDH, além de fazer parte desse grupo, esteve presente na Assembleia de 1948, votando favoravelmente a aprovação do documento.

Passados 70 anos desde de sua aprovação as discussões em torno dos direitos humanos seguem como um grande e atual desafio, sobretudo no que diz respeito a sua aplicação efetiva nas diferentes nações. No Brasil, esse debate voltou ao centro das discussões políticas nacionais, sobretudo, a partir da eleição do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, declaradamente conservador e crítico dos direitos humanos. Em diversas oportunidades, Bolsonaro já criticou entidades que atuam em defesa dos direitos humanos e a própria garantia desses direitos.

É nesse cenário que levantamos questões sobre a natureza dos desafios dos direitos humanos no que tange ao papel dos meios de comunicação, com o objetivo de identificar os aspectos de violação dos direitos humanos no telejornalismo policial, bem como categorizar de que forma essas violações são realizadas no telejornalismo, a partir de recorte do telejornalismo policial piauiense.

Para tanto, optamos por realizar um estudo do caso da cobertura do assalto a duas agências bancárias na cidade de Campo Maior, interior do Piauí, realizada pelo telejornal policial Cidade Alerta, da TV Antena 10, afiliada à Rede Record. A perseguição aos assaltantes resultaram em 9 mortes e 6 presos, em um intervalo de menos de 10 dias.



2 - DESENVOLVIMENTO

2.1 - O caso

O caso aqui analisado diz respeito à cobertura jornalística do assalto à duas agências bancárias durante a madrugada do dia 30 de abril de 2019, na cidade de Campo Maior, interior do Piauí. Os criminosos chegaram ao local em três veículos grandes: uma caminhonete preta, uma caminhonete branca e um SUV preto. Depois do crime, eles fugiram no sentido Norte (G1 Piauí, 2019).

No dia 2 de maio, a polícia encontrou um dos veículos. No dia 3 de maio outro veículo foi encontrado e, segundo a polícia civil, os suspeitos teriam fugido a pé. No dia 4 de maio a polícia anunciou a prisão de cinco pessoas nas cidades de Batalha e Barras que teriam dado suporte aos demais.

Na madrugada de 5 de maio, segundo o site G1 Piauí, seis dos criminosos morreram em confronto com os policiais na localidade Videl, zona rural de Cocal. Com eles, segundo o site, os policiais encontraram fuzis e pistolas, explosivos, parte do dinheiro roubado e equipamentos como coletes a prova de balas e máscaras.

No dia seguinte, outros dois suspeitos foram mortos na cidade de Barras, entre eles o chefe da quadrilha, o piauiense Antônio Paulo de França. Segundo a polícia, os criminosos reagiram à prisão. Ainda no dia 6 mais um suspeito foi preso. No dia 9 de maio, após perseguição e confronto, a polícia matou o nono suspeito do crime. Dois continuam foragidos. (G1 Piauí, 2019).

2.2 - Breve panorama do telejornalismo piauiense

A televisão no Piauí veio acompanhando ao longo das décadas a evolução da TV no Brasil, desde a sua chegada da década de 50, buscando a construção de uma regionalização



em seus produtos e processos jornalísticos. Mas segundo Tavares (2000), a primeira emissora de televisão do Piauí foi a TV Rádio Clube e só chegou no ano de 1972.

Além da TV Clube existem mais 5 canais abertos, a TV Antares que surge em 1985 como TV Educativa do Piauí e hoje é afiliada Rede Brasil; a TV Cidade Verde afiliada SBT, que inaugurou como TV Pioneira em 1998; a TV Meio Norte fundada em 1995 e atualmente conta com uma programação independente; a TV Assembleia no ar desde o ano de 2007 e finalizando, a TV Antena 10 afiliada Rede Record, que é a emissora responsável pela transmissão do programa Cidade Alerta Piauí, o objeto de estudo deste artigo.

A TV Antena 10 entrou no ar pelo canal 10 (daí o nome da emissora) em 19 de dezembro de 1988, como afiliada à Rede Manchete, tornando-se a terceira emissora de televisão piauiense a entrar no ar [...]. No início de 1997, segundo publicações de jornais teresinenses da época, depois de pouco mais de 8 anos como afiliada com a Rede Manchete, a emissora anuncia que vai trocar de rede. No dia 12 de novembro daquele ano, a emissora troca a Rede Manchete pela Rede Record. (TV Antena 10, 2019)

Das seis emissoras em canais abertos do estado, duas delas (TV Meio Norte e Antena 10) possuem telejornais exclusivos para exibição de conteúdos policiais, sendo que as demais incluem esse tipo de conteúdo nos telejornais tradicionais.

A TV Antena 10 exibe diariamente 5 telejornais, sendo que 3 deles são de cunho policial, portanto destinando a maior parte do seu tempo a jornalismo policial. O Cidade Alerta Piauí é um dos jornais mais antigos e tradicionais da emissora e representa a segunda maior audiência entre os jornais policiais da Antena 10, com audiência de 6,8% para o horário,



segundo pesquisa divulgada pela própria emissora (Bancada Brasil, 2019). O telejornal é apresentado de segunda a sexta-feira das 18:15h às 19:40h pelo jornalista Arnaldo Ribeiro e tem como carro chefe do seu noticiário as pautas policiais que abrangem diversas regiões do estado do Piauí.

2.3 - Entre o jornalismo policial e o sensacionalismo

A violência tem ganhado cada dia mais destaque no noticiário televisivo. Atendendo a critérios de noticiabilidade e encaixando dentro daquilo que Traquina (2005) chama de valor substantivo da notícia, a morte, tem seu espaço reservado na grade de programação dos telejornais. Como destaca Traquina, “onde há morte, há jornalistas” (TRAQUINA, 2005b, p.79). Além disso, outros valores-notícias como notoriedade e relevância levam a violência a ser cada vez mais presente na televisão.

Predominantemente o sensacionalismo permeia a rotina dos telejornais policiais. Funcionando como júri e executor, além de apelar para a espetacularização dos acontecimentos, esse tipo de telejornal acaba por naturalizar e sacralizar na sociedade o ideal de justiça midiática. A ideia central do gênero sensacionalista é tornar apelativa a notícia, vendendo-a de forma a chocar o telespectador. “O gênero, no seu estilo e forma, tende a explorar a violência, o extraordinário, o fait divers, o anormal. Extrai do fato, da notícia, a sua carga emotiva e apelativa e a enaltece, usando linguagem e imagens chocantes que prendem a atenção do seu público.” (PATIAS, 2006, p. 01).

Esses telejornais, que atrelam sua função ao cenário de “impunidade”, onde os órgãos responsáveis não conseguem coibir os atos violentos, funcionam como uma válvula de escape e dão falsa sensação de proteção e dever cumprido à sociedade, já que se utilizam de julgamentos condenatórios. Nessa linha, a violência e a espetacularização causadas pelos



telejornais policiais faz com o que indivíduo tenha medo e modifique sua vida e relações, a partir do processo que a mídia executa de controlá-lo e condicioná-lo. Assim, Bogado (2015) melhor explica essa relação ao dizer que:

A espetacularização e o medo são duas dimensões da cultura da violência que se entrecruzam e que caminham na mesma direção com o mesmo objetivo: conformar, condicionar e adestrar o indivíduo para uma vida individualizada, egoísta e marcada pela desconfiança.” (BOGADO, 2015, p. 73).

No jornalismo sensacionalista, o apresentador faz julgamentos e dá opiniões severas, que tem por essência o desrespeito aos direitos humanos e incitação a inúmeras violências. Para melhor entender, Patias (2006, p. 4) destaca que nesse processo “o apresentador é mais um animador que, ao mesmo tempo anuncia as notícias, chama os repórteres, divulga os produtos e serviços oferecidos pelos patrocinadores, faz sorteio de brindes e manda recados aos telespectadores.”

Mas é preciso sair dessa esfera mais técnica para compreender que existe outras relações que se desenvolvem dentro dos meios de comunicações. A Economia Política da Comunicação (EPC), embora tenha diversas vertentes, no seu aspecto mais geral nos ajuda a compreender como as relações sociais, políticas e econômicas interferem no conteúdo que será produzido e distribuído por esses veículos, como preconiza Mosco (1999), ao afirmar que o conceito mais abrangente e ambicioso de economia política, trata sobre o estudo do controle e da sobrevivência na vida social. Nesta leitura, os processos de controle são, de um modo geral, políticos, já que constituem a organização social das relações dentro de uma comunidade e os processos de sobrevivência são fundamentalmente econômicos porque se referem aos processos de produção e reprodução. (MOSCO, 1999. p. 98)

Portanto, é possível chegar a compreensão de que esses formatos de telejornalismo embora tenham como ponto



de partida critério de noticiabilidade e valores-notícias válidos, utilizam a morte e da violência para gerar impacto, sensibilidade e apelo social nos telespectadores, de modo a atender uma demanda de mercado a partir da produção de conteúdos capazes de garantir um certo status de poder, sua sobrevivência e continuidade social.

2.5 - Violação dos Direitos Humanos

Tomamos como parâmetro para o desenvolvimento deste conceito a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário, não apenas como marco histórico dos Direitos Humanos, mas também como referencial legal a ser reproduzidos em diversas nações. Portanto, tudo aqui que estiver indo de encontro aos artigos aprovados na DUDH será considerado neste trabalho como Violação dos Direitos Humanos.

Para fins mais específicos da pesquisa, destacamos os artigos III, V, VI e XI da DUDH, que tratam, respectivamente, do direito à vida, a não ser submetido a tratamento cruel e desumano, de ser reconhecido perante a lei e ter presunção de inocência.

Artigo III - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (...); Artigo V - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (...); Artigo VI Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei (...); Artigo XI 1. Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa. (DUDH, 2009)



3 - METODOLOGIA

Nesta pesquisa utilizamos a metodologia do Estudo de Caso a partir de Robert Yin (1994), tendo como ferramenta a Análise de Conteúdo de Bardin (1977). O estudo de caso, segundo Yin (1994), é um método de investigação que tem como objetivo compreender os diversos fenômenos sociais, em que não há definição substancial entre os limites do fenômeno e os conceitos. Assim, utilizaremos a estratégia utilizada para um estudo de caso qualitativo, defendida por Godoy (1995B, p. 63 apud FREITAS E JABOOUR, 2011, p.8-9.

[...] quando a nossa preocupação for a compreensão da teia de relações sociais e culturais que se estabelecem [...], o trabalho qualitativo pode oferecer interessantes e relevantes dados. Nesse sentido, a opção pela metodologia qualitativa se faz após a definição do problema e do estabelecimento dos objetivos da pesquisa que se quer realizar. (GODOY 1995B, p. 63 apud FREITAS E JABOOUR, 2011, p.8-9)

No estudo das reportagens, como mencionado anteriormente, foram utilizados procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (1997), por meio da utilização de um conjunto de técnicas de análise das comunicações:

[...] visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN 2008, p.33)

Ao longo da pesquisa foram utilizadas algumas categorias para classificação de notícias. Em seguida, se deu a exploração do material, com a aplicação das práticas de cate-



gorização dos dados, sendo feito através da análise temática que é apresentada por Bardin (1997) como a “contagem de um ou vários temas ou itens de significação, numa unidade de codificação previamente determinada” (BARDIN, 1997, p.77). Dessa forma, diante do discurso verbalizado pelo apresentador de Tv, pode-se observar elementos apelativos relacionados aos discursos sensacionalistas.

Dessa forma, o presente estudo de caso se utiliza como estratégia metodológica o Estudo de Caso, e por meio da Análise de Conteúdo é possível apresentar padrões particulares e os que se repetem no contexto de jornalismo policial piauiense, a fim de identificar como se apresentam e desenvolvem o (fenômeno) sensacionalismo no programa de Tv policial, na abordagem e espetacularização da morte para atrair audiência.

4 - Análise de dados

Foram analisadas ao todo 5 edições do telejornal Cidade Alerta, entre os dias 06/05 e 10/05 de 2019. Em todos os dias o assunto foi citado, sendo que em apenas um deles (08/05) não houve matéria ou um longo tempo destinado para a abordagem do assunto. Ao longo da semana o telejornal destinou 55 minutos da sua programação para a tratar sobre o caso, lembrando que cada programa tem, em média, 1h20min de duração.

Especificamente sobre o caso analisado, pode-se observar que as principais violações dos Direitos Humanos aparecem majoritariamente em três momentos: nas imagens exibidas (imagem a); nos textos das tarjas sobrepostas às imagens (imagem b); e nas declarações do apresentador (imagem c).

4.1 - Os telejornais

O primeiro telejornal analisado foi exibido no dia 6 de maio e aconteceu um dia após a primeira grande ação da polí-



cia em busca dos suspeitos do assalto. Teve 1 hora e 30 minutos duração, sendo que 24 minutos foram destinados apenas para o conteúdo do banco de castelo. O assunto começou a ser abordado no minuto 16 do programa. Logo no começo já é possível perceber a tônica do que vai toda a cobertura do caso:

[...] o Major Etevaldo me mandou um vídeo desses rapazes tudo com CPF cancelado e os cabelos 'sentadim' no chão. De madrugada foi bala, mataram gente, mas mataram... olha aí, bota as imagens que é pra gente ver como termina assaltante. Aí tem cinco, você acha que só mataram cinco? (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 06/05/2019)

Durante os 24 minutos que o conteúdo ficou no ar neste primeiro dia, o apresentador fez 10 menções ao Secretário de Segurança do Estado, Capitão Fábio Abreu e em outras 2 oportunidades citou outros policiais envolvidos. As menções, mesmo com alusão direta à violência e morte, enalteceram o trabalho da polícia após a confirmação das mortes.

[...] eu ouvi dizer que o Fábio Abreu foi quem acertou o primeiro tiro na testa de um, não se é verdade. (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 06/05/2019)

Ainda no primeiro dia, ao falar da operação comandada pelo Secretário de Segurança, Fábio Abreu, o telejornal inseriu a seguinte tarja sobreposta às imagens da operação: "Fábio Abreu comanda a morte dos bandidos" (imagem a). Na postagem que seguiu, ao falar das buscas pelos foragidos, a tarja dizia: "Ainda faltam morrer dois no litoral" (imagem b).





Os conteúdos expostos acima demonstram, ao mesmo tempo incitação à violência, banalização da morte e da violência e, de certa forma, um julgamento prévio ao condenar de morte dois suspeitos que estavam foragidos. No caso da imagem A, a espetacularização da violência vem alinhada com uma tentativa de enaltecer a imagem do secretário, com o grande herói desta operação.

No 7 de maio foi ao ar a segunda edição do Cidade Alerta/Piauí analisada neste trabalho. O telejornal teve o mesmo tempo de duração, porém com 7 minutos destinados ao caso do assalto ao banco de Campo Maior. Novamente o apresentador faz uso de sua posição para banalizar a morte e enaltecer o secretário de segurança, “[...] resultado: dos quinze (suspeitos), nove o Capitão Fábio matou” (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 07/05/2019).

Logo em seguida, outra declaração reforça a mesma ideia de banalizar a morte e enaltecer o secretário de segurança, “[...] um secretário que mata 9 bandidos, o povo vai é soltar foguete, né?” (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 07/05/2019).

A terceira edição analisada, dia 8 de maio, faz poucas menções ao caso, destinando apenas 2 minutos para o caso. O Telejornal começa com a imagem congelada de dois dos assaltantes aos bancos na cidade de Campo Maior, onde aparece a seguinte frase na tela: “Polícia está no encalço dos assaltantes de bancos”. A voz do apresentador continua audível, mas ele fala sobre coisas não relacionadas ao assalto e sim sobre política.



Somente no terceiro bloco é que de fato falam sobre o caso em Campo Maior. Durante a exibição do vídeo o apresentador naturaliza a condição dos acusados ao pronunciar diversas vezes a palavra bandido na sua narrativa das imagens, “a polícia encontrou mais um carro roubado pelos bandidos...” (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 08/05/2019).

O programa Cidade Alerta, no dia 9 de maio, destina 15 minutos ao caso, com a presença do Secretário de Segurança no estúdio. Banalizando e espetacularizando a violência, pontua que o secretário vai “trazer o fuzil que matou os bandidos” (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 09/05/2019).. Desta forma, pode-se perceber que ele apresenta a morte como algo natural, desde que ela seja contada pela versão única da polícia.

Percebe-se, nesta e em outras edições do telejornal, que as reportagens são curtas e trazem somente a versão dos delegados e investigadores do caso, não ouvindo ou buscando ouvir a defesa e quando o fazem é apelando para a espetacularização.

No minuto 38 do programa o caso passa a ser exibido, de forma a naturalizar a morte dos assaltantes, a imagem no homem morto no dia aparece na tela durante 15 segundos. Antes de chamar a matéria, o apresentador convida ao estúdio o secretário de segurança e deputado federal Fábio Abreu, que em seguida passa a comentar o caso. Ele fala que eram 12 envolvidos e o apresentador pergunta “E morreram 9?” e ele segue, sarcasticamente em tom de brincadeira, falando que o resultado da operação “não foi bom não, né (para eles)” (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 09/05/2019)..

Ainda durante a sua participação, as imagens da operação são exibidas. Nelas é possível ver que foram utilizadas recursos de edição e câmera aéreas, nesse sentido, percebe-se um caráter cinematográfico dado a operação, há imagens dos policiais, capitaneados pelo secretário Fábio Abreu, na BR caminhando, em outras ele fala aos outros policiais, imagens de drone do helicóptero pousando.





Print extraído do Jornal Cidade Alerta/Piauí, do dia 06/05/2019



Print extraído do Jornal Cidade Alerta/Piauí, do dia 06/05/2019

O último dia analisado, 10 de maio, segue o mesmo roteiro dos dias anteriores. O conteúdo ficou no ar por 7 minutos, sendo o maior conteúdo jornalístico exibido no jornal. Alguns comentários chamaram atenção, com tons de brincadeira em torno da morte de 9 pessoas suspeitas de assaltarem os bancos. Ele começa afirmando (27'01):

[...] rapaz tá tudo morto aí sabia!? Aíu tudo é defunto. Tudo defunto. Eram 15, mataram nove já. (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 10/05/2019).

A abordagem trata em tom de brincadeira a morte de pessoas, banalizando uma situação tão grave; no minuto 28 eles fazem referência ao secretário de segurança, com o que podemos concluir como banalização e espetacularização da violência: “[...] ontem o Fábio Abreu disse que tá com a pistola dele cheia de bala, é uma 380 a dele” (Arnaldo Ribeiro, Cidade Alerta/Piauí, 10/05/2019).

4.1 - A categorização das formas de violação dos Direitos Humanos

A partir da análise dos conteúdos foi possível chegar a uma categorização inicial acerca das principais formas que violam diretamente os direitos humanos no telejornalismo poli-



cial, a partir da experiência do telejornal policial Cidade Alerta. São portanto, quatro categorias:

1) Exaltação das Instituições Policiais quando estas matam suspeitos de atos criminosos: missão geralmente destinada ao apresentador e repórteres, mas também identificada nas inserções de textos em tarjas abordam de forma natural e muitas vezes aplaudindo a morte de pessoas por policiais em exercício, sem nenhuma crítica;

2) Banalização da morte e da violência: como preconiza Cristiane Finger (2010), neste processo de sedução do telespectador, a banalização da violência nos programas jornalísticos, que expõe os dramas vividos pelo cidadão comum e mistura entretenimento com jornalismo, é mais uma arma.

3) Espetacularização da morte e da violência: a espetacularização, para Debord (1997) está diretamente ligado a afirmação da vida como aparência, ou seja, das próprias pessoas tornarem-se espetáculos. Para ele, toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”(DEBORD, 1997, p.13).

4) Julgamento prévio, o jornalista trabalhando com juro e executor: funcionando como júri e executor, o objetivo aqui é naturalizar e sacralizar na sociedade o ideal de justiça midiática. Nesse sentido é imprescindível salientar o fato desse gênero se sustentar na ideia de que o Estado (que monopoliza o uso da força na sociedade) não está cumprindo sua função. Girardi (1998 apud Patias, 2006) fala que o sistema judiciário toma o lugar dos rituais da antiguidade, que sacralizavam a violência. Esse novo sistema racionaliza a vingança e previne a violência.



A seguir, tabela ilustrativa das formas de violação dos direitos humanos identificadas a partir deste artigo:

	a) Enaltecimento de Policiais quando estes matam suspeitos de atos criminosos	b) Banalização da morte e da violência;	c) Espetacularização da morte e da violência;	d) Julgamento prévio, o jornalista trabalhando com juro e executor.
DIA 1 - 06/05	(42'10') Apresentador: são 40 policiais, olha como eles andam aí, isso aí é determinação gente.	(18'36") Apresentador: olha como é que eles carregam [corpos dos suspeitos]. Vai arrasado. Isso é igual galinha pendurada no caminhão.	(33'56") Apresentador: eu falei cinco mortes agora né? quem sabe contar? Já foi pra 8! Mataram mais dois e tem dois 'acuados'. Daqui pro final do Cidade Alerta são 10.	(17'15") Apresentador: olha aí [sobre fotos dos suspeitos mortos]], bota as imagens que é pra gente ver como termina assaltante!
DIA 2 - 07/05	(16'01") Apresentador: um secretário que mata 9 bandidos, o povo vai é soltar foguete, né?	(16'26") Arnaldo: na hora que ele viu a polícia, ele se deitou no chão e disse valha-me nossa senhora me salva, me salva da bala do Fábio abreu.	(15'40") Apresentador: resultado, dos quinze, nove o Capitão Fábio Abreu matou.	(16'01') Apresentador: Olha o que ele tinha do lado dele? O que é, tu que é especialista em arma, Milton? Um Fuzil? O que é? 762? Rapaz esse Milton é consultor de bandido.



DIA 3 - 08/05	NADA	NADA	NADA	NADA
DIA 4 - 09/05	(45'45") Apresentador: tem que dar o crédito para esse polícia, olha isso aí, isso aí é risco de vida.	(43'10") Apresentador: e morreram nove? Rapaz, não foi bom não, né (para eles)?	(15'30") Apresentador: em 10 dias mataram 11, estão matando um por dia.	(46'02") Apresentador: eles vieram pra cá para levarem dinheiro, vieram pra cá pra ficar rico, então não queria voltar com a mão abanando.
DIA 5 - 10/05	(28'02") Apresentador: ontem o Fábio Abreu [Secretário de Segurança] disse que tá com a pistola dele cheia de bala, é uma 380 a dele.	(27'01) Apresentador: rapaz tá tudo morto aí sabia!?! Aí tudo é defunto. Tudo defunto. Eram 15, mataram nove já.	(27'55) Apresentador: tá correndo aí um áudios dos caras dizendo: olha, se prepara vocês aí se preparam. Vocês do piauí estão dizendo que vocês mataram os mineiros, mas nós vamos voltar.	(33'22") Apresentador: teve empresário lá que levou foi uma sacola de dinheiro, no outro dia tava a quitanda dele lotada de produto.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto até aqui é possível concluir que o telejornal policial Cidade Alerta/Piauí, assume a partir dos seus produtos jornalísticos, formatos que violam os direitos humanos, sendo possível identificar pelo menos 4 formas como isso acontece. Todas elas, indo de encontro com as normas estabelecidas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, como o direito à vida, à liberdade e à segurança



pessoal; o de não ser submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante; o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei; o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei.

Portanto, as ideias que giram em torno do gênero sensacionalista, que ocorrem especialmente nos telejornais policiais, ferem diretamente os direitos humanos. Diante disso, é perceptível que os grupos que mais sofrem essas violações são as pessoas negras e pobres, que moram em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Esse grupo está submerso em um processo de encarceramento em massa e genocídio velado, fato que é oriundo da organização social racista em que vivemos.

REFERÊNCIAS:

BANCADA BRASIL. Disponível em: <https://www.bancadabrasil.com.br/noticias/geral/antena-10-e-record-consolidam-audiencia-no-piaui-7357.html>, acessado em: <25/06/2019>

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo, São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BOGADO, Aslan. A violência sob a ótica do telejornalismo policial no Brasil. Mestrado em Serviço Social: PUC-SP, 2015.

DEBORD, GUY. A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DH DU. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>, acessado em: <20/05/2019>



FINGGER, Cristiane. A Banalização da Violência no Telejornalismo Gaúcho, 2010. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/r5-3100-1.pdf>, acessado em <20/06/2019>

FREITAS E JABOOUR. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2148238/mod_resource/content/1/Protocolo%20de%20estudo%20de%20caso.pdf> Acesso em: 15 de junho de 2019.

G1 Piauí, 07 de maio de 2019. Link: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2019/05/07/ponto-a-ponto-a-perseguido-aos-criminosos-que-arrombaram-duas-agencias-bancarias-em-campo-maior.ghtml>

MOSCO, V. Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral. Comunicação e Sociedade I: Cadernos do Noroeste, Braga, v. 12, n.1/2, 97-120, 1999.

PATIAS, James Carlos. O telejornal sensacionalista, a violência e o sagrado. São Paulo: Casper Líbero, 2006.

PORTO, M. S. G. Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. Revista Sociologias, Porto Alegre – RS, v. 8, jul./dez. 2002. p. 152- 171. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a07.pdf>.

SANTOS, Fernanda Marsaro. Estudo de Caso como Ferramenta Metodológica YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento de métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

TAVARES, Zózimo. 100 Fatos do Piauí no Século 20. Teresina: Halley. 2000.



TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005a

TV Antena 10. Disponível em <http://antena10.com.br/quem-somos/> , acesso em:<17/06/2019>

YIN. Robert K. Estudo de caso: Planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001. Disponível em: <https://saude-global.org1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2019





APLICATIVO DE RELACIONAMENTO GRINDR E A HIPERSEXUALIZAÇÃO DO GAY NEGRO

Resumo:

O Grindr é um aplicativo de relacionamento gay que possui muitos adeptos no Brasil. Com a proposta de facilitar o encontro entre homens próximos geograficamente, o aplicativo teve forte aceitação pelo público alvo. A proposta do presente trabalho é mostrar, por meio de entrevistas com usuários e ex-usuários, o perfil e que características se espera que os gays negros tenham dentro dessa plataforma. O artigo tem como objetivo verificar como e por que ocorre a hipersexualização dos jovens negros que buscam um parceiro para se relacionarem. Para isso, foi necessário realizar pontuações sobre os estereótipos e discriminações que os negros passam em uma sociedade que se diz miscigenada, assim como explicar as ideias que giram em torno do conceito de hipersexualização.

Palavras-chave: Estereótipos; Hipersexualização; Negro; Gay; Grindr.

Luziário Silva | Universidade Federal do Piauí
Juliana Teixeira | Universidade Federal do Piauí



1 - INTRODUÇÃO

A discussão acerca do negro e, mais especificamente, do gay negro na sociedade é uma constante. Há estereótipos que giram em torno deles e as discriminações que os mesmos sofrem por conta de um sistema que enaltece uma democracia racial, mas na prática ainda adota comportamentos preconceituosos. O negro ainda precisa lidar com as consequências de séculos de escravidão e subjugação que refletem na contemporaneidade. Dessa forma, o presente trabalho tem por intuito lançar mão às discussões que envolvem os temas ligados a estereótipos, discriminações, assim como busca pontuar questões relacionadas à hipersexualização do gay negro.

É importante destacar que nossa sociedade, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é composta por 54,9% de pessoas negras. A regra, nesse caso, é que ser maioria significa fazer parte de uma minoria que ainda luta por seus direitos e resiste aos ferrenhos sistemas de opressões. Além de marginalizados, a imagem atribuída aos negros sempre foi a de possuírem um grande porte físico, virilidade exacerbada e extremo apetite sexual durante as relações sexuais. No mundo gay, apesar dos preconceitos que essa comunidade sofre por fugir da norma heteronormativa, os negros precisam enfrentar ainda opressões por serem negros e, em alguns casos, por serem afeminados.

Fomentar esses debates e fortificar essas discussões é colocar em pauta aspectos do cotidiano que ainda são muito problemáticos. Fazer isso permite também que a pluralidade de vozes que compõem nossa sociedade ganhem espaços. No decorrer do trabalho serão apresentados conceitos e autores que ratificam a discussão proposta pelo artigo.

Assim, o trabalho se divide em cinco partes. Na primeira, serão tratadas questões sobre os estereótipos e discriminações que os negros ainda precisam enfrentar. Na segunda, serão levantados alguns pontos sobre a hipersexualização do



gay negro, para melhor entender a quem esse artigo se refere. Já na terceira parte, será explicado sobre o que é o aplicativo de relacionamento gay, Grindr, observável da pesquisa.

Em seguida, será realizada a análise, com base nos conceitos de Estudo de Caso desenvolvidos por Robert Yin. O aporte teórico é válido porque as perguntas que guiam essa pesquisa são “como” e “por que” a hipersexualização do gay negro ocorre. Por fim, serão feitas as considerações finais, que tentam apenas apresentar os pensamentos conclusivos da presente pesquisa sobre a temática, mas não buscam, de forma alguma, encerrar o assunto. Pelo contrário, servem como estímulo para que novas pesquisas sejam realizadas.

2 - ESTEREÓTIPOS E DISCRIMINAÇÃO DO NEGRO

Um estereótipo é uma ideia supergeneralizada: não pode ser verdadeira para todos os membros de um grupo, (GAHAGAN, 1980 apud LIMA, 1997). Ou seja, são ideias que tentam caracterizar e padronizar determinadas ações e comportamentos como comuns e obrigatórios aos membros de determinados grupos. O jornalista Walter Lippman, de acordo com o texto Estereótipos, preconceito e discriminação racial, do curso de Gênero e Diversidade na Escola [ca. 2016], foi uma das primeiras pessoas a fazer uso do conceito, fazendo referência às técnicas de impressão tipográficas.

Os estereótipos, segundo a professora Daniela Diana no texto online “Estereótipo” (2018), trata-se de uma ideia ou modelo de imagem atribuída às pessoas ou grupos sociais, muitas vezes de maneira preconceituosa e sem fundamentação teórica. Para melhor entender “(...) os estereótipos são impressões, pré-conceitos e ‘rótulos’ criados de maneira generalizada e simplificada pelo senso comum” (DIANA, 2018).

Quando incorporadas no âmbito social, salienta-se que as estereotípias podem ser positivas e negativas, porém, as mais problemáticas são as de cunho pejorativo. Ainda fazendo referência ao texto do curso de Gênero e Diversidade na



Escola [ca. 2016], que pontua a visão sociológica da questão, “Quando um estereótipo se torna algo social, ele é exteriorizado para pessoas e grupos, e traz apenas um traço genérico que deve representar um grupo, podendo ser positivo ou negativo. Desta forma, os estereótipos podem ser vistos também como componente cognitivos de uma atitude: o preconceito”.

A construção e manutenção dos estereótipos, especialmente os que estão diretamente ligados aos negros, também influenciam nas discriminações. Com o tráfico dos negros para o Brasil e posterior escravização, sua imagem ganhou conotações ruins que ainda refletem na atualidade. A população negra é segregada e discriminada por conta dos estigmas que a escravidão e exploração trouxeram. No texto do curso Gênero e Diversidade na Escola, “Discriminar é ter uma conduta, é agir concretamente baseado em razões de categorias naturais e sociais em que haja relação com as capacidades e os méritos individuais, ou com o real comportamento da pessoa em ação”. Assim também é a ação de separar grupos e pessoas de forma a privilegiar ou prejudicar uns em detrimento dos outros.

É preciso tentar compreender como se configura a construção social e a segregação dos papéis dos indivíduos em sociedade. Foi construído socialmente o pensamento de que cada grupo ou pessoa tem uma função a desempenhar, e é justamente essa ideia que acaba por naturalizar o racismo, que é a crença nesse caso em específico, de que brancos sejam superiores aos negros. O que se reproduz é que contanto que cada grupo desempenhe seus “papéis pré-definidos”, sem interferir na ordem, não existe problema. Agora, tentar “invadir” o lugar do Mesmo hegemônico (e aqui, segundo Muniz Sodré (2000), é o lugar do indivíduo branco), é combustível mais que suficiente para fazer com que a discriminação e racismo venham à tona.

Para melhor entender, segundo Muniz Sodré (2000, p. 261) apud Glaucy Ribeiro (2004, p.18):



Abandonando o seu lugar predeterminado, o Outro (o imigrante, o diferente, o negro) é conotado como o intruso que ameaça dividir o lugar do Mesmo hegemônico. O Outro é aquele que supostamente “não conhece o seu lugar” [...] O nojo racista ao Outro decorre de seu deslocamento territorial: ele (o negro, o índio, etc) está ali onde não deveria, assim como o suflê preparado por um grande cozinheiro, antes lindo no prato sobre a toalha da mesa, poderia inspirar nojo se colocado sobre o lençol da cama.

Assim, é possível compreender que os estereótipos, o racismo e discriminações ainda sondam nossa sociedade e dificultam o relacionamento das pessoas negras. Esses estereótipos em relação aos negros, em especial aos gays, são perpetuados no aplicativo de relacionamento Grindr, onde se busca a concretização de determinadas características, como possuir o pênis avantajado.

3 - A HIPERSEXUALIZAÇÃO DO GAY NEGRO

A sociedade sempre atrelou ao homem negro a ideia de virilidade e masculinidade exacerbadas. A partir dos estereótipos construídos sobre os homens negros, espera-se que os mesmos desempenhem determinadas funções ligadas ao serviço braçal e apresentem características sexuais que difiram das dos homens brancos, como a brutalidade na hora do sexo e a insaciedade. Em outras palavras, os negros são hipersexualizados, vistos e “valorizados” muito mais pelo aparato sexual do que qualquer outro aspecto. Embora o presente trabalho esteja voltado à análise da hipersexualização do gay negro, vale ressaltar que as mulheres negras também sofrem por conta da construção do pensamento popular. Segundo Fanon (Revista 2004, p. 245) apud Antônio Júnior (2015, p. 04) “(...) a imagem do negro nas sociedades colonizadas es-



tava associada à selvageria, ao reino animal, da fortaleza e da sexualidade exacerbada, enfim, ao plano biológico”.

Falar sobre a população negra e a hipersexualização que sofrem é pontuar a pouca representatividade que têm na sociedade. Além do recorte racial, ao se fazer um recorte de orientação sexual, os gays negros são duplamente excluídos. Luciene Reis, co-fundadora do Instituto Mídia e Etnia apud Antônio Júnior (2015, p. 06), explica melhor a relação sociedade e racismo. “Numa sociedade marcadamente racista e que se vê como uma democracia racial, um sujeito inimaginável pelo consumo é reiteradamente excluído por meio de sua cor e traços”.

A comunidade homossexual também espera que os gays negros tenham certas características que correspondam às expectativas e ideias construídas. Os gays negros afeminados sofrem opressão por parte daqueles que se comportam de acordo com o que a sociedade dita como comportamento masculino. Antônio Júnior, no seu artigo sobre hipersexualização e segregação do homoafetivo negro, diz que:

Ao universo gay se estende o fetichismo em relação aos homens pretos. É neste sentido que nos aproximamos do cerne da discussão, que está no centro o homem negro homoafetivo fora dos padrões de beleza vigentes e que, além disso, possui traços de feminilidade. (JÚNIOR, 2015, p. 10)

No universo gay espera-se, inclusive, que os negros assumam papéis de dominadores e quase nunca de passividade, uma vez que se atrela à imagem deles a ideia de virilidade. Isso afeta, portanto, as formas que as relações sexuais devem acontecer e acabam por limitar as experiências sexuais destes indivíduos. Ainda com base no artigo do Antônio Júnior, para melhor entender essa relação, ele pontua que:



(...) cabe-nos ressaltar que na atual função da indústria cultural, inclusive aquela voltada aos gays, torna-se imperioso realizar uma padronização sexual rígida dos gays, com o intuito de situar determinados estereótipos de gays em determinadas posições nas relações sexuais, limitando-se assim sua liberdade de escolha do ativismo ou passividade na prática sexual. (JÚNIOR, 2015, p.11)

O corpo do negro de modo geral, e mais especificamente, o corpo do gay negro, é visto totalmente objetificado e sexualizado, desprovido de outras características e servindo para saciar as necessidades do branco, que alimenta o mito da virilidade sexual negra. Oswaldo Pinho (2004) melhor explica essa observação no texto “Qual a identidade do homem negro?”:

Ser negro é ser o corpo negro, que emergiu simbolicamente na história como o corpo para o outro, o branco dominante. Assim, o corpo negro masculino é fundamentalmente corpo-para-o-trabalho e corpo sexuado. Está, desse modo, decomposto ou fragmentado em partes: a pele; as marcas corporais da raça (cabelo, feições, odores); os músculos ou força física; o sexo, genitalizado dimorficamente como o pênis, símbolo falocrático do plus de sensualidade que o negro representaria e que, ironicamente, significa sua recondução ao reino dos fetiches animados pelo olhar branco (PINHO, 2004, p.67)

4 - O QUE É O GRINDR?

O Grindr é um aplicativo que utiliza a geolocalização e surgiu em março de 2009, em Israel, tendo sido criado por Joel Simkhai. Mesmo sendo estrangeiro, é um aplicativo que ganhou muitos adeptos e se tornou famoso no Brasil. Ressalta-se que foi um dos primeiros aplicativos que de fato con-



seguiu conquistar espaço e ser usado pelos homossexuais e bissexuais. Inicialmente, os celulares iPhone eram os únicos compatíveis com o aplicativo, uma vez que eram os que possuíam tecnologia GPS. Atualmente, ele funciona nos smartphones com os seguintes sistemas operacionais: iOS (Apple), Android (Google) ou Blackberry.

No Grindr, a forma que os usuários se relacionam, em geral, é com base no erotismo e negociação sexual entre homens que se situam geograficamente próximos. A ideia principal é conectar homens que estão interessados em sexo ou amizade. A partir do uso da rede sem fio e do GPS, ele guarda informações digitais, como dados e localização, para emitir a outros indivíduos que também usam o aplicativo. Reis e Costa, no artigo O Grindr: eros em fluxo nos espaços híbridos (2014), explicam sobre o surgimento do aplicativo:

O Grindr surge a partir da ubiquidade das novas tecnologias de comunicação; com tecnologias móveis e portáteis conectadas à rede, e os indivíduos sempre online, espaços virtual e físico se mesclam, originando os espaços híbridos, que fizeram ruir a noção de um ciberespaço separado do mundo 'real'". (REIS e COSTA, 2014, p. 01)

Ou seja, o Grindr permite às pessoas que o utilizam formas de comunicações interpessoais cujo foco é, quase que majoritariamente, voltado ao sexo, ao erotismo. E a internet possibilita que os desejos sexuais, antes estigmatizados, sejam vistos de forma mais branda e aceitáveis. É o que salienta Ho (2003, p. 03) apud Reis e Costa (2014, p. 07) "a internet promete uma utopia onde os estigmas sexuais e a opressão seriam substituídos por uma cidadania plena em um mundo mais igualitário e livre".

Adentrando mais propriamente às funcionalidades do Grindr, é necessário destacar que o aplicativo dispõe de duas versões: uma gratuita e outra paga, que é o Grindr Xtra. Na versão gratuita, os usuários, ao criarem uma conta no apli-



cativo, com o Facebook ou e-mail, têm acesso a 100 perfis. Os usuários mais próximos surgem na interface. Já na versão Xtra, é possível ter acesso a 300 perfis e, além disso, os usuários não são bombardeados por publicidades.

Ao criar um perfil, o usuário pode escolher adicionar foto ou não; decidir que nome será exibido aos demais frequentadores do aplicativo e pode escrever qualidades ou desejos que julga relevantes para conseguir conversar com outros homens. Informações como idade, altura, peso, etnia, porte físico, posição sexual (ativo ou passivo, por exemplo), tribes (que é um estilo que o usuário se identifica. Por exemplo, nerd, barbie, discreto, elegante e etc,) ou relacionamento atual, são dados que decide ou não fornecer.

Além destas informações, o usuário tem a possibilidade de dizer o que busca no aplicativo, com que gênero se identifica, os pronomes que prefere ser tratado e, também, informar seu status de HIV e quando fez o último teste. Se quiser, pode vincular suas demais redes sociais, como Instagram e Twitter, ao Grindr. Esses são dados que o usuário pode decidir se devem aparecer ou não para quem visita seu perfil.



Foto 1. Dados dos usuários



O usuário, na versão gratuita, tem acesso a três tipos de filtros (idade, tribos e em busca de...). Na versão paga, há os filtros avançados, que permitem peneirar ainda mais e encontrar o homem que mais atrai. Quando o usuário se interessa muito por algum perfil, além da mensagem direta, há possibilidade de mandar taps (que são curtidas).

Na interface do aplicativo aparece um mosaico com os usuários mais geograficamente perto. Na primeira fileira horizontal do mosaico estão os mais novos usuários, que são identificados por uma pequena bola azul no canto superior direito. Na parte inferior da tela se tem acesso à “caixa de entrada”, aos “vídeos”, aos “favoritos” e à “loja”.

Os interessados em vincular anúncios fazem isso pelo aplicativo Grindr Ad Kit. Os anúncios duram um mês e, além de aparecerem na interface principal, podem ser enviados por direct mensags (onde o usuário precisa tocar à tela para sair do anúncio) ou short messages.

5 - ANÁLISE DO GRINDR A PARTIR DO ESTUDO DE CASO

Feitas as devidas contextualizações nos tópicos anteriores, que servem como base para compreensão do que está sendo proposto pelo presente trabalho, partiremos para o estudo de caso, que consistiu na realização de entrevistas com atuais e/ou ex-usuários do Grindr e, também, uma análise exploratória às descrições dos perfis no aplicativo. A técnica do estudo de caso nessa pesquisa mostra-se válida porque “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (YIN, 2001, p. 32)

As duas perguntas que são base para essa pesquisa são “como” e “por que” a hipersexualização dos gays negros acontece dentro desse aplicativo de relacionamento. Yin (2001) confirma isso em seu livro ao dizer que:



Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam as questões do tipo 'como' e 'por que', quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. (YIN, 2001, p. 19).

Os dois segmentos definidos para as entrevistas da pesquisa foram gays negros e afeminados, embora estes apresentem outras características. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas por meio de um aplicativo de conversa (WhatsApp), entre os dias 30 de maio e 02 de junho de 2019. Ao todo, foram feitas seis perguntas para quatro pessoas. Durante a conversa, três dos entrevistados confirmaram já terem sido hipersexualizados, onde se esperava, por exemplo, que fossem o ativo da relação sexual.

Três dos entrevistados afirmaram ser frequente encontrar descrições nos perfis de cunho racista, como “não curto negros”; e todos já viram frases gordofóbicas, como “não curto gordos”. Além dessas expressões, afirmam ser comuns frases machistas, como “não curto afeminados”, o que ratifica o fato dos negros que são afeminados sofrerem dois tipos de opressões sociais, isso, é claro, sem adentrar ao recorte de classe social. Nesse cenário machista e racista, o gay negro que tem comportamentos afeminados é oprimido e renegado por causa da virilidade tóxica que se atribui a ele (e que não possui).

Esse masculinismo negro é tóxico, tanto para homens negros heterossexuais quanto para as mulheres negras e LGBTs negros que, não bastasse sofrer as limitações e violências produzidas no seio da sociedade supremacista branca em que vivemos, sofrem também por parte de algumas pessoas do seu próprio povo com quem partilham opressões de raça, mas com quem não é possível contar e/ou confiar plenamente, porque



a diferença de gênero e de orientação sexual faz com que o homem negro hétero, às vezes, se sinta numa posição superior em relação à mulher e aos LGBTs [...]. (VEIGA, 2018, p. 81 apud SANTOS, 2018, p. 13)

Em geral, essas opressões (por ser negro e afeminado) ocorrem de formas indissociáveis. Diante do relato de um dos entrevistados, M.V.S¹, 19 anos, estudante de Comunicação Social, é nítido como o Grindr pode ser um ambiente problemático.

Eu sou negro e na época era gordo, então eu quase nunca achava alguém interessado em mim por estar fora do padrão, o que me frustrava demais. O app em si cumpre com a sua proposta, mas usá-lo é complicado se não tiver um corpo padrão ou sofrerá preconceito ou será exclusivamente fetichizado. (...) A cada 5 perfis, pelo menos dois ou três, tinham na descrição algo como “nada contra, mas não curto afeminados ou gordos”. Algo sobre não curtir negros não era incomum nos perfis que eu via e a maioria eram brancos malhados. Mas o que me chocava era ver caras negros, com uma pele mais clara, dizendo que não curti negros. (M.V.S, 2019, WhatsApp).

Aceitar o próprio corpo, numa sociedade que impõe um padrão de beleza baseado nos modelos eurocêntricos, é uma tarefa árdua, que exige muito esforço. Para os negros e, em especial, para as bichas pretas, esse trabalho é redobrado e bem mais desgastante, já que os estereótipos estão presentes desde muito cedo. Veiga (2018 apud SANTOS, 2018) melhor explica essa relação do negro com seu corpo:

1 As siglas são usadas para preservar a identidade das fontes.



Desde muito cedo as bixas pretas precisam enfrentar o próprio corpo e o próprio desejo como inimigo em potencial porque podem vir a deixá-las ainda mais desamparadas, como se viver num país onde a cada 20 minutos se mata um jovem negro não fosse terrível o suficiente. Soma-se a isso o fato de o Brasil ser um dos países que mais matam LGBTs no mundo. A cada 28 horas uma pessoa LGBT é assassinada no país. Esses dados, ao se cruzarem sobre o corpo da bixa preta, fazem dela um alvo permanente da violência do racismo e da homofobia. (VEIGA, 2018, p. 82).

Embora sejam comuns práticas racistas nas descrições, que são mais recorrentes em perfis de homens que estão dentro da “norma gay” (branco, magro, malhado e masculinizado), as hipersexualizações são mais frequentes durante o bate papo. Esperar certas características e atributos nos gays negros é algo muito corriqueiro. O outro entrevistado da presente pesquisa, B.S, 21 anos, estudante de Ciência da Computação, contou que já sofreu bastante ao tentar conversar com um pretendente:

Muitas das vezes por não colocarem na descrição que “não curte negros” ou “afeminados”, acabo que sendo atacado com isso. É uma coisa muito absurda, pois muitos remetem o homem negro a ter o seu membro sexual acima da média. “Nossa, você tem cara de novinho, mas deve ter uma jiromba enorme.” (B.S, 2019, WhatsApp).

É possível, diante dos relatos obtidos por meio de entrevistas, entender como a hipersexualização do gay negro acontece. São frases que, de modo geral, remetem à ideia de possuírem falo avantajado e de serem fetichizados com uma virilidade bruta, onde se espera que sejam extremamente masculinizados. Isso acontece porque nossa sociedade está impregnada de frases e pensamentos racistas, de pessoas brancas, no geral, que foram ensinadas a acreditar no ex-



tremo apetite sexual dos negros e a desejar experimentar o “animalismo” que acreditam que os negros possuem numa relação sexual. Nosso entrevistado, D.V, 20 anos, estudante de Comunicação Social, reforça que é comum os comentários e perguntas estereotipadas:

Eu acho que pelo fato de ser afeminado, não, mas pelo fato de ser negro, acontece. Como, por exemplo, quando eu estava conversando com alguém e tinha algumas perguntas do tipo: “ah, você é dotado?” (...) Costumo dizer que tudo isso é meio aprendido e reproduzido o tempo todo. Enquanto ninguém vai lá e fala, de uma forma não agressiva, não muda. (D.V, 2019, WhatsApp).

A confirmação da objetificação dos corpos negros foi uma pontuação recorrente no processo de entrevistas. Reafirmando as situações que D.V passou durante sua experiência com o aplicativo, nosso outro entrevistado, M.V.S, comenta suas aflições e constrangimentos por parte dos usuários que buscavam padrões específicos de beleza ou realizar seus fetiches com negros e gordos.

Muitas vezes achava alguém que dizia que gostava de negros e/ou gordos, mas viam pessoas com essas características apenas como objetos de fetiche. Como se ser diferente do padrão nos fizesse apenas pessoas para transar e não para namorar ou sair juntos na rua. (M.V.S, 2019, WhatsApp).

Nos relatos também é notória a repulsa de muitos usuários brancos aos negros. Eles (brancos) expõem em seus perfis e durante as conversas que não curtem negros por uma questão de “gosto”. Compreende-se, de fato, que esses posicionamentos fazem parte de uma sociedade que foi ensinada a ver com maus olhos tudo que vem e faz parte da cultura negra, inclusive e, mais fortemente, as pessoas que compõem essa comunidade. Com o mito da democracia racial, os bran-



cos tentam negar veementemente que o racismo exista no nosso país.

O racista nega esse quadro e, o que é pior, justifica-o. Ele combate de maneira ferrenha qualquer proposta tendente a modificar o status quo socioracial, usando dos mais variados argumentos universalistas, integracionistas e republicanos. Todos os argumentos apresentados em sentido inverso, todas as estatísticas aduzidas para demonstrar a prevalência, na América Latina, de um espantoso quadro da opressão racial são insuficientes; o racista é imune a tudo quanto não sejam as razões para a manutenção dos privilégios unilaterais que desfruta na sociedade. (MOORE, 2007, p. 23 apud SANTOS, 2018, p. 11)

Ser visto com traços e comportamentos femininos, a partir da construção do que é se comportar como negro na sociedade carregada de estereótipias, gera estranheza e opressão aos gays negros afeminados. Isso, necessariamente, é reflexo do tipo de organização social machista, racista e homofóbica em que vivemos.

No decorrer da conversa, todos os entrevistados relataram sofrer no começo por conta desses acontecimentos, mas com o passar do tempo foram aprendendo a lidar de outras formas. Aprender a lidar não retira o fato de ser algo que precisa ser resolvido. O jornalista G.M, 25 anos, fala que por ser gordo e afeminado, já experienciou essas situações negativas:

Afeminados e gordos são sempre apontados como perfis que não fazem parte do interesse de muitos usuários, em sua maioria branco e magros/malhados. No começo isso me afetava muito por ser gordo e afeminado, mas com o tempo passei a lidar melhor com isso e ir atrás de quem não se baseia nesses preconceitos. (G.M, 2019, WhatsApp).



Fica evidente por meio das entrevistas apresentadas ao longo desse artigo que o gay negro é estigmatizado e hipersexualizado. Precisam enfrentar várias barreiras para conseguir entrar e/ou manter um relacionamento. As expectativas sobre sua conduta e características são altíssimas antes mesmo de irem em busca de uma conversa. Os relatos mostraram como a hipersexualização dos negros é um processo comum e que precisa ser discutido. Fazer essa análise permite lançar luz à discussão a respeito dos preconceitos que existem e são reforçados dentro da comunidade LGBTQI+, especialmente quando relacionados aos negros.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imergir na pesquisa sobre como os gays negros são hipersexualizados, dentro do aplicativo de relacionamento Grindr, permitiu abrir espaço para a discussão de outras questões discriminatórias que são muito comuns no ambiente que essas interações acontecem. É evidente que, por mais que os LGBTQI+ sofram diariamente por causa de uma sociedade machista, elitista e heteronormativa, os negros são sempre subjugados dentro desse sistema. O recorte racial, de classe e orientação sexual, a partir da pesquisa, deixa nítido como as relações dentro da comunidade gay podem ser tóxicas para os indivíduos negros.

Hipersexualizações e fetiches são algumas das problemáticas recorrentes que foram apontadas pelas quatro pessoas entrevistadas, que contribuíram para construção desse trabalho. Questões como estas, que envolvem a segregação e humilhação dos povos negros, infelizmente, ainda são pautas que precisam ser debatidas e ainda estão longe de serem resolvidas, apesar dos avanços dos movimentos negros.

O olhar atento a essas problemáticas é necessário e permite auxiliar que os indivíduos, em especial os brancos, percebam seu lugar de privilégios no sistema hierárquico em



que vivemos; que usem suas posições para permitir que os estereótipos que permeiam o universo negro sejam deixados de lado. Como foi frisado nesse artigo, os estereótipos são ideias generalizadas (não necessariamente verdadeiras) e que não devem ser colocadas como comuns e obrigatórias para todos os indivíduos que pertencem ao mesmo grupo.

As entrevistas reforçam que o machismo, gordofobia (que não foi objeto de análise, mas foi um termo recorrente) e racismo dentro da comunidade gay são comuns e muito tóxicos. Envolve todo um sistema patriarcal, eurocêntrico e racista que ainda está nas entranhas da nossa sociedade, mesmo com os avanços dos movimentos sociais. Fazer essa análise dos negros no Grindr é estar consciente dessas questões e usá-las durante todo o processo de construção do artigo.

Assim, o presente trabalho preocupa-se em abrir espaço para que novos trabalhos surjam a partir deste, ampliando a discussão sobre a temática. Aqui, a ideia foi explicitar como essas hipersexualizações ocorrem (por meio de frases que remetem à virilidade e ao pênis avantajado, por exemplo) e mostrar que elas fazem parte de um sistema racista e muito problemático, que desde cedo impõe as ações que as pessoas negras devem ter, coibindo, diretamente, a possibilidade de preservarem suas particularidades. Ou, pelo menos, de serem vistos e tratados como indivíduos particulares, com suas características, habilidades, desejos e necessidades.

REFERÊNCIAS

Curso Gênero e Diversidade na Escola. Estereótipos, preconceitos e discriminação racial. Disponível em: <https://docplayer.com.br/10510177-Estereotipos-preconceito-e-discriminacao-racial.html> / Acesso em 29 de maio de 2019, às 10:12.



DIANA, Lima. Estereótipo. 12 dez.2018. Disponível em <<https://www.todamateria.com.br/estereotipo/>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

JÚNIOR, Antônio. Hipersexualização e segregação social do homoafetivo negro: uma análise crítica em torno da intersecção entre homofobia e racismo. 2015. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&q=hipersexualiza%C3%A%C3%A3o+e+segrega%C3%A7%C3%A3o> / Acesso em 29 de maio de 2019.

LIMA, Maria Manuel. Considerações em torno do conceito de estereótipo: uma dupla abordagem. Revista da Universidade de Aveiro: 1997, nº14.

PINHO, Osmundo. Qual a identidade do homem negro?. Disponível em: Acesso em: https://www.academia.edu/1420907/Qual%C%A9_a_identidade_do_homem_negro /Acesso em 29 de maio de 2019, às 16h24m.

REIS, Breno; COSTA, Rafael. Grindr: eros em fluxo nos espaços híbridos. Disponível em: <https://docplayer.com.br/116971283-O-grindr-eros-em-fluxo-nos-espacos-hibridos-1-breno-almeida-brito-reis-2-rafael-rodrigues-da-costa-3-universidade-federal-do-ceara-fortaleza-ce.html> /Acesso em 31 de maio de 2019, às 22h.

RIBEIRO, Cristopher; SOUZA, Rosana. Consumo e Performance em Redes Geossociais Homoafetivas: as Narrativas de Usuários do Aplicativo Grindr. Disponível em: http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/lista_area_DT5-CI.htm / Acesso em: 29 de maio de 2019, às 15h.

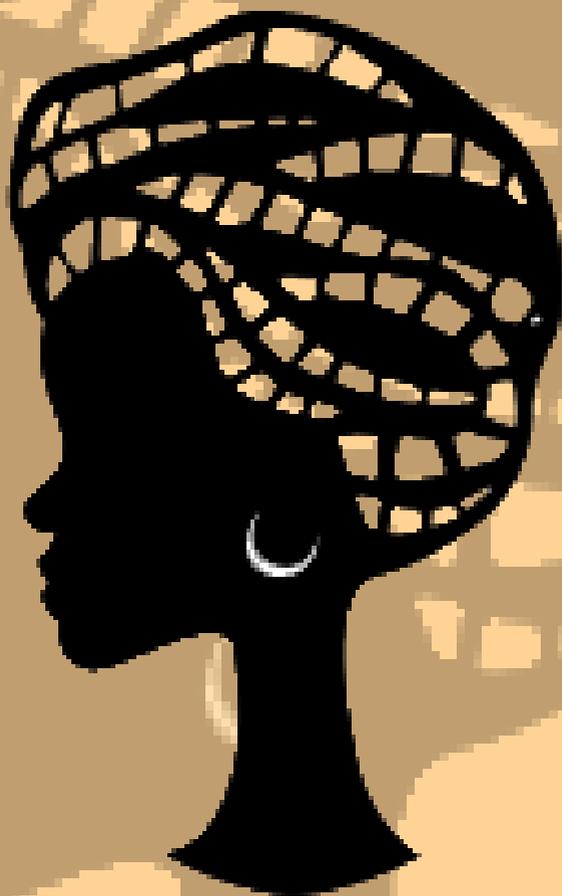
RIBEIRO, Glaucy Meyre de Oliveira. Democracia racial e telejornalismo: O negro no mercado de trabalho audiovisual. Monografia: UFJF; FACOM, 2004.



SANTOS, Eduardo Adriano. Relatório final do livro reportagem: Cadê a preta no arco-íris? Racismo e machismo por trás da solidão das POCs. Relatório final: UFPI, 2018.

YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e Métodos. Trad. Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.





CIBERFEMINISMO EM MOVIMENTO: CARTOGRAFANDO SENTIDOS NO TUMBLR “NÓS, MADALENAS”

Resumo:

O presente trabalho busca identificar como o ciberfeminismo adquire sentidos no contexto da sociedade em vias de midiatisação, na medida em que a mídia atravessa os mais variados campos sociais. Assim, a proposta é identificar tais nuances através da análise do Tumblr “Nós, Madalenas, uma página de cunho ciberfeminista composta por fotografias de mulheres com palavras que representam o feminismo escritas em seus corpos. Para isso, utilizamos como principal aporte teórico autores como Butler (2013), Beauvoir (1960), Haraway (2009), Braga (2012) e Xavier (2014). A partir disso foi possível identificar que o ciberfeminismo utiliza a internet como instrumento de luta política perpetrada por vozes dissidentes, vozes estas que não possuem espaço em locais de luta tradicional ou que simplesmente buscam avançar por outros campos de visibilidade, e ultrapassa barreiras impostas pelo real, informando e agregando um grande número de militantes.

Palavras-chave: Comunicação. Ciberfeminismo. Feminismo. Cartografia. Gênero.

Nathalia Caroline da Silva Amaral | Universidade Federal do Piauí
Monalisa Pontes Xavier | Universidade Federal do Piauí



1 INTRODUÇÃO

Neste artigo trago um recorte da minha pesquisa ainda em andamento para obtenção do título de mestra. Assim, me disponho a analisar a forma como o ciberfeminismo adquire sentidos no contexto da sociedade em vias de midiatização, na medida em que a mídia atravessa os mais variados campos sociais. Para isso, parto da discussão de conceitos-chave como feminismo e midiatização, para embasar teoricamente o percurso da pesquisa, tendo como ponto de partida as contribuições de teóricas feministas, como Butler (2013), Beauvoir (1960) e Haraway (2009) e dos pesquisadores José Luiz Braga (2012) e Monalisa Pontes Xavier (2014).

Ao observar a forma como as sujeitas¹ utilizam as novas tecnologias como mediadoras do debate e da relação que estabelecem consigo mesmas, conseqüentemente, como ferramenta do processo comunicacional, é possível compreender como a comunicação atua no contexto da cibercultura, em uma sociedade cada vez mais midiatizada, e como os sentidos são construídos.

No contexto da midiatização em processo, as práticas sociais passam a ser atravessadas pelas lógicas de mídia e os processos sociais ocupam outros espaços, como o espaço das redes, produzindo assim uma reconfiguração do movimento. Desta forma, identifico que os movimentos minoritários têm utilizado as redes sociais como um amplificador das suas urgências enquanto reivindicadores de uma ordem estabelecida. Entender como esses movimentos se apropriam da internet para produzir sentidos, e neste caso específico como o movimento feminista usa as redes e reconfigura a forma como

1 - A pesquisa em questão tem como o gênero de referência o feminino, já que parte de um lugar de fala e militância acadêmica de espaços de fala feministas.



está estruturado, é necessário para apreender o processo de midiaticização atrelado ao avanço das tecnologias.

Diante disso, esta pesquisa propõe uma investigação do Tumblr “Nós, Madalenas”², um ensaio fotográfico de autoria da fotógrafa e diretora de fotografia paulista Maria Ribeiro. Publicado originalmente no ano de 2015 na plataforma Tumblr, uma rede de compartilhamento de imagens, a página é composta por cem fotografias de mulheres em preto e branco, onde, nas imagens, as modelos se apresentam com uma palavra escrita na pele que, segundo elas, define a visão de cada uma sobre o que é o feminismo.

O Tumblr “Nós, Madalenas” se encaixa no campo da militância ciberfeminista ao propor um ponto de visibilidade e de militância por meio das redes sociais, a partir do uso de fotografias para trazer “uma visão antropológica e social de gênero” e colocar em evidência uma expressão do “que significa ser mulher”. O projeto tem por objetivo expressar, através da fotografia, “o que a luta pelo direito de ser mulher representa e o que os movimentos que têm unido as mulheres para criar força e transformar esse quadro representam na vida de cada uma e, conseqüentemente, na sociedade” (RIBEIRO, 2015).

Pretendo, portanto, neste artigo, trazer um esboço da cartografia sobre o ciberfeminismo a partir de fotografias do corpo feminino no Tumblr “Nós, Madalenas”. De forma mais analítica, no entanto, será necessário traçar um mapa, a partir da estratégia da cartografia, que permita compreender como o sujeito e o objeto se atravessam conferindo uma potência criadora à pesquisa. Os entendimentos sobre o ciberfeminismo serão construídos em uma diretriz cartográfica, aliando os conceitos explicitados pelos autores com o caminhar da pesquisa, rompendo com a neutralidade da pesquisadora conferida por uma perspectiva cartesiana que separa sujeito e objeto.

2 - Disponível em: < <http://nosmadalenas.tumblr.com/>> Acesso em 10 de set. 2019.



Pensar esse atravessamento é romper com o modelo cartesiano que nos habita, um modelo de polaridades binárias, em que um nega a existência do outro na medida em que eles se opõem.

2 - UM OLHAR SOBRE O FEMINISMO

Pensei que, para compor a trilha da minha pesquisa, seria necessário, em um primeiro momento, definir o que de fato é este movimento feminista ao qual meu debruço durante a investigação. Para isso, decidi partir de um contexto histórico do movimento, trazendo um breve apanhado do caminho percorrido por este até aqui. Muitas das impressões aqui registradas, além de referenciadas bibliograficamente, também partem da minha aproximação com o feminismo ao longo da minha militância enquanto feminista e dos trabalhos que desempenhei enquanto jornalista e pesquisadora.

Diante disso, parto da noção de que o movimento feminista é um conjunto de movimentos que ultrapassam os limites unitários de atuação. Não temos no movimento feminista apenas atuação política, mas também atuação social, ideológica e filosófica. A partir da minha proximidade com as pautas do movimento, seja por meio da literatura, do audiovisual e da minha relação com outras mulheres feministas, foi possível determinar que o conjunto dessas atuações converge no que posso caracterizar aqui como principais pontos de luta desse movimento: promover os direitos das mulheres, romper com as amarras patriarcais que moldam e cerceiam o ser e o agir feminino e a busca pelo empoderamento feminino de forma constante.

Para além disso, o movimento também é definido pelo viés da equidade e do reconhecimento da mulher na sociedade como alteridade, em sendo mulher, desvinculada da figura do homem como referência. A partir disso, há a reivindicação do reconhecimento do lugar da mulher como referência



de si mesma, como sujeita de direitos e reconhecida em seus direitos e singularidades.

Historicamente, o movimento feminista é atualmente dividido em quatro ondas que possuem características, ideais e pautas distintas. Iniciado no século XIX com a primeira onda, o movimento ganhou diferentes contornos com a evolução da sociedade e as mudanças nos contextos sociais, políticos e econômicos.

Formado, em sua maioria, por mulheres brancas e de classe média, o feminismo da primeira onda é baseado na luta por igualdade política e jurídica, ou seja, pelo direito ao voto (por isso o nome sufragistas) e para que mulheres e homens fossem vistos como iguais perante a lei. Assim, as sufragistas questionavam o modelo de sociedade no qual a mulher era vista e tida como propriedade do marido, sem participação ativa na situação política do país. Para além desta primeira demanda, também reivindicavam uma relação simétrica dentro do casamento, com pesos e responsabilidades divididas, além do direito à educação. Nesse primeiro momento do feminismo, uma das principais frentes de mobilização era formada por mulheres do movimento operário, que também protestavam pelos direitos trabalhistas e contra as péssimas condições de trabalho às quais eram submetidas nas fábricas.

As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. (PINTO, 2010, p. 15).

É somente na década de 1960 que surge a segunda onda do feminismo. Derivada dos movimentos de contracultura que eclodiram em especial nos Estados Unidos, no contexto da Guerra do Vietnã, a segunda onda parte da tentativa de



compreensão da posição das mulheres na sociedade. Nesse sentido, a segunda geração do feminismo busca pautar formas de se contrapor a um poder³ conferido aos sujeitos encaixados nesse modelo hegemônico. Assim, surgem pautas relacionadas ao direito ao corpo e ao prazer, através da defesa da descriminalização do aborto, de ações afirmativas da homossexualidade e do repúdio à violência sexual.

Vale ressaltar que a filósofa francesa Simone de Beauvoir (2016) é uma das principais pensadoras desse período e contribuiu para o entendimento da identidade feminina e do conceito do que é ser mulher a partir de uma visão existencialista⁴. A autora é uma referência de como, com o avanço do feminismo, as mulheres se colocaram no campo científico e passaram a trabalhar epistemologicamente questões antes ditas como neutras.

Na sua obra “O Segundo Sexo”, Beauvoir (2016) tece uma crítica ao conceito de feminilidade e destaca que este não é inerente à sujeita do sexo feminino. Para entender o que significa o ser mulher, a filósofa propõe no primeiro volume, Fatos e Mitos, uma desmistificação dos pressupostos que envolvem a vivência e a essência feminina. Para isso, Beauvoir (2016) faz um apanhado dos conhecimentos biológicos, psicanalíticos e materialistas sobre a condição da mulher para

3 - O filósofo e teórico social Michel Foucault (1995), em “O sujeito e o poder”, vai discutir que nas lutas antiautoritárias, como o feminismo, não se trata de lutar contra as formas de dominação imediatas, pois todas elas resultam de um inimigo-mor. No caso do movimento feminista, podemos perceber as características determinadas pelo autor para tipificar as lutas antiautoritárias, pois, o movimento parte do pressuposto de que a questão da opressão da mulher se enquadra num movimento de colonização e de relações de poder que assumem o homem branco e hétero como lugar de referência.

4 - O existencialismo é uma corrente filosófica surgida no fim do século XIX, sob a égide do pensamento do filósofo dinamarquês Soren Kierkegaard, e desenvolvida em meados do século XX, pós-Segunda Grande Guerra pelo francês Jean-Paul Sartre, que viria a se tornar o maior nome do existencialismo. Tal corrente defendia a precedência da existência em detrimento da essência. Em outros termos, para os existencialistas, não



falar sobre a causa da subordinação das mulheres na sociedade.

Em contraponto aos ideais do segundo movimento, a terceira onda do feminismo surge no final da década de 1980 e início dos anos 1990. Antes voltadas para as experiências das mulheres brancas de classe média e alta, nessa onda são incorporadas as demandas específicas de cada mulher, em especial das mulheres negras, e são incluídos os recortes de classe, raça, sexualidade, entre outros. As mulheres que compõem o movimento da terceira onda partem do pressuposto de que as opressões atingem as mulheres de formas diferentes, pois elas são diferentes entre si e possuem identidades diversificadas.

O feminismo pós-estruturalista, nesse ínterim, torna-se uma das vertentes do movimento, incluindo mulheres lésbicas, negras e transgênero, e traz a noção de que o gênero e a biologia são construídos socialmente a partir não da negação da natureza, mas da compreensão de que a biologia também é um discurso produzido em determinado contexto social e com determinados interesses.

É nessa vertente pós-estruturalista que está inserida a filósofa estadunidense Judith Butler (2013), que questiona os discursos de normalidade e anormalidade, a partir da discussão dos conceitos de corpo, sexo, gênero e desejo na

há uma essência humana que precede o existir. Para estes, primeiro o ser humano é, existe, e apenas depois ele se forma e adquire sua essência. No conjunto de conflitos inerentes ao pensamento existencialista estão algumas questões relativas à adequação do mesmo à religião (vertente defendida por Kierkegaard, Carl Jaspers e Gabriel Marcel, esses dois últimos contemporâneos de Sartre), e ao ateísmo (vertente defendida por Sartre, Heidegger, Camus, entre outros franceses), que nega a existência de Deus. O existencialismo na perspectiva sartreana é a vertente que aqui nos interessa. Para Sartre, portanto, se Deus não existe, existe pelo menos um ser no qual a existência precede a essência e esse ser é o ser humano. Passa a ser matéria definidora da essência do homem apenas aquilo que ele faz de si mesmo. Deste modo, dá-se ao homem toda a responsabilidade de definição do que ele virá a ser



sua obra “Problemas de Gênero”. No texto, a filósofa pensa o gênero a partir da perspectiva do problema, ou seja, tenta compreender como um conjunto de disputas transforma a questão do gênero em um problema social e, posteriormente, em um problema teórico.

Na obra originalmente lançada em 1990, Butler (2013) faz uma genealogia da produção feminista a partir da categoria mulher para repensar a ideia de uma “identidade feminina”, identidade essa que por muito tempo foi o alicerce para as teorias feministas, em especial na segunda onda, apontando a inexistência da sujeita no qual estas teorias são fundamentadas. Assim, a filósofa propõe uma crítica ao modelo binário, homem/mulher e masculino/feminino, que dá as bases para a discussão e distinção dos conceitos de sexo e gênero, e problematiza como esse binarismo é alicerçado em conceitos enraizados e naturalizados decorrentes de uma sociedade marcada pelo falocentrismo e pela heteronormatividade compulsória.

A quarta onda do feminismo, iniciada em meados de 2010, surge em um contexto de movimentos sociais agenciados no espaço das novas tecnologias. Nessa quarta geração, pouco teorizada e debatida até então, o feminismo se reconfigura nos espaços das redes e, para além das pautas e dos movimentos de rua, passa também e abranger o ciberespaço. A esse movimento chamamos de ciberfeminismo.

A quarta onda, portanto, assim como a terceira, dá continuidade aos debates sobre gênero e caracteriza-se por um “feminismo da diferença”, defendendo a ideia de que cada mulher é individual e subjetivamente diferente. Nesta onda, temos o que chamamos de ciberativismo. Em contraponto ao ativismo nas ruas, caracterizado pela atuação em esferas locais, através de ações desenvolvidas fora do ambiente virtual, o ciberfeminismo está situado dentro do ciberativismo, e é desenvolvido através de ações na internet, por meio de sites, blogs e redes sociais. Apesar disso, o movimento atua ainda em complementaridade ao espaço das ruas, pois, ao



propor novos meios de ação, produz inúmeras reverberações que afetam diretamente a forma como o feminismo tradicional também se configura.

De acordo com Lemos (2009), o ciberfeminismo se originou em diversas redes eletrônicas antes do World Wide Web (WWW). Lemos (2009) aponta que o termo ciberfeminismo é criado pelo grupo australiano VNS Matriz, em 1991. “O grupo composto, por mulheres, se autoproclamou “ciberfeministas” a partir de um manifesto por elas composto, o Manifesto Ciberfeminista (1991)” (LEMOS, 2009, p. 41). O VNS Matriz teria usado o termo pela primeira vez em referência aos estudos da bióloga, filósofa e escritora Donna Haraway (2016), que, apesar de nunca ter usado o termo ciberfeminismo, faz uma nova releitura dos movimentos feministas.

O artigo “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, de Donna Haraway (2016), é utilizado como “base teórica ao sugerir uma análise do feminismo sob a ótica das novas tecnologias, incluindo os meios de comunicação, propondo a organização em rede e apropriação dessas tecnologias como forma de ativismo político” (LEMOS, 2009 p. 41). Deste modo, o termo ciberfeminismo tem servido para conceituar o movimento feminista na internet, a partir da organização política de mulheres através da tecnologia.

Segundo Lemos (2009, p.9),

Em suma, o Ciberfeminismo surgiu em uma época onde são cada vez mais polifônicas as narrativas, as identidades e até mesmo as próprias tecnologias. O significado da comunicação e da informação, e conseqüentemente, sua globalização, criaram novos espaços de ação coletiva que são considerados na análise do objeto.

Além de questionar as relações de gênero, as ciberfeministas também estão preocupadas com questões que dizem respeito aos espaços fronteiriços que delimitam onde termina a máquina e onde começa o humano. As integrantes



do movimento passam, portanto, a coabitar a fronteira entre os movimentos políticos e os próprios meios tecnológicos, não só utilizando as tecnologias em prol do movimento e tecendo críticas sobre elas, mas articulando novas formas de se mobilizar a partir dessas plataformas.

3 - A SOCIEDADE EM VIAS DE MEDIATEZACÃO E A COMUNICAÇÃO NO MBITO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Antes de adentrarmos no conceito de mediação, é importante pontuar brevemente o processo pelo qual a sociedade passa de sociedade dos meios para sociedade em vias de mediação. Xavier (2014) destaca que a diferenciação entre esses dois momentos atravessa a ascensão da mídia como processo interacional de referência, que produz afetações aos mais variados campos sociais, na medida em que com eles se hibridizam.

Segundo a pesquisadora, na sociedade dos meios, as mídias “apresentam uma relativa autonomia frente à existência dos demais campos sociais, que figuram independentes, coexistem e se articulam a partir de espaços fronteiraços” (XAVIER, 2014, p. 44). No entanto, a medida em que a mídia passa a ocupar esses espaços, passa também a transpassar esses limites estabelecidos, “criando outros modos de se relacionar com tais campos hipoteticamente preservados” (XAVIER, 2014, p. 44). Nesse sentido, a partir desse momento, os demais campos sociais são afetados/atravessados pela instância midiática, em que esta atua como “organizadora dos campos”.

Segundo Braga (2012), a mediação tem um papel fundamental na forma como os processos comunicacionais se estruturam na sociedade. Para ele, a mediação parte de duas perspectivas, uma genérica e outra epistemológica. Na perspectiva genérica, a mediação seria o processo pelo qual “um elemento é intercalado entre sujeitos e/ou ações diversas, or-



ganizando as relações entre estes” (2012, p. 32). Já na perspectiva epistemológica:

A ideia de mediação corresponde à percepção de que não temos um conhecimento direto dessa realidade – nosso relacionamento com o “real” é sempre intermediado por um “estar na realidade” em modo situacionado, por um ponto de vista – que é social, cultural, psicológico. O ser humano vê o mundo pelas lentes de sua inserção histórico-cultural, por seu “momento” (BRAGA, 2012, p. 32).

É importante destacar que essa mediação não se dá apenas no âmbito das mídias, e também pode ser observada em diferentes elementos, como a própria linguagem, o trabalho e a educação. Na sociedade dos meios, a mediação dos processos informativos e de entretenimento não-habituais passa a acontecer por meio da mídia que é “controlada” por uma classe dominante e sem participação da sociedade em geral.

“Como consequência desse elemento mediador, implantado como um “corpo estranho”, criava-se a impressão de uma exposição “direta” da sociedade à mídia, como entidade passiva diante de um potencial homogeneizador” (BRAGA, 2012, p 32).

Ao desviar o objeto de estudo da comunicação dos meios para a mediação, é possível ter uma noção mais abrangente do papel do “receptor” no processo comunicacional e, com isso, dos processos midiáticos. Entender o papel do sujeito na mediação é, sobretudo, entender como são articulados os enfrentamentos e resistências possibilitados pela sua interação nesse processo. No entanto, é importante observar que na sociedade em vias de midiaticização, o objeto de estudo não é mais apenas os meios, o sujeito ou as mediações, e sim ambos aliados a uma série de outros fatores.



Uma sociedade em vias de midiatização (distinta da sociedade mediática do período anterior [...]) não é por isso uma sociedade dominada por uma só forma estruturante, que explicaria a totalidade de seu funcionamento. A midiatização opera através de diversos mecanismos segundo os setores da prática social que interessa, e produz em cada setor distintas conseqüências. (Verón apud Braga, 2012, p. 36).

É nesse contexto que “a mídia passa a atuar como referente das formas que na atualidade a sociedade inventa para interagir” (2014, p. 13). É a partir da configuração desse novo “território”, que as práticas sociais passam a habitar e a serem tensionadas por esse novo campo. A partir desses dispositivos midiáticos, que aqui chamarei de mídia, é possível estabelecer trocas mútuas e produzir outras realidades (XAVIER, 2014).

Além dos meios tradicionais, a ambiência da internet tem um papel fundamental nesse processo, tendo em vista que o processo de midiatização ocorre a partir da interação através dos dispositivos tecnológicos. A midiatização surge, então, como um processo decorrente da acelerada evolução tecnológica, assim como das demandas sociais, de modo com que o sujeito passe a aspirar novas formas de comunicação, uma vez que a midiatização não ocorre apenas quando produzimos ou interagimos a partir desses dispositivos, mas também a partir dos discursos que circulam nas nossas relações sobre essa interação ou seus dispositivos.

Nesse sentido, os contornos que caracterizam o processo de midiatização se dão a partir de uma comunicação instantânea, simultânea e real. Através dos dispositivos tecnológicos podemos estabelecer novos modos de interação com outros e, desta forma, transmutar as interações tradicionais, que passam, assim, a serem atravessadas por uma nova lógica, modificando não apenas o modo pelo qual se comunica, mas o próprio discurso.



É possível perceber que esse processo de midiatização elevou o nível de influência da mídia na sociedade, de modo que esta mídia passa a influenciar e habitar outros campos, como a cultura, a política e a economia. Destarte, passa a ser configurada na sociedade midiatizada um novo tipo de realidade onde a base das interações sociais não é mais pura e simplesmente estabelecida por laços sociais, mas sim por ligações socio-técnicas. (FAUSTO NETO, 2006).

O avanço das tecnologias influencia na forma como se dá a midiatização. No entanto, ele sozinho não é suficiente para caracterizar esse processo. A midiatização, para além das novas tecnologias, também está relacionada a um componente social que permite a interação das pessoas por meio dessas mídias. É nesse contexto que falamos, por exemplo, de ciberativismo, que é diferente de um simples deslocamento do ativismo para o espaço dos mídias, mas passa a existir como processo outro e singular, produzindo sentidos, articulações, desafios e potências que somente se configuram no agenciamento entre campos característicos da midiatização em processo.

No âmbito da sociedade em vias de midiatização, a mídia funciona como um processo interacional de referência que redefine os modos como os campos se relacionam e como as práticas sociais são forjadas, agora a partir de agenciamentos entre campos e mídias, produzindo coisas outras como o ciberativismo, por exemplo, que é uma forma de militância estruturalmente diferente da militância fora das redes (BRAGA, 2006). Ou seja, o ciberativismo não é uma simples transposição de espaços, mas cria coisas outras, tem dimensões e temporalidades distintas, entre outros aspectos.

4 - CARTOGRAFANDO SENTIDOS: COMPOSIÇÕES SOBRE O CIBERFEMINISMO NO TUMBLR “NÓS, MADALENAS”

19/09/19. Sagrado. Abro o aplicativo do Tumblr, como de costume, procuro a barra de busca e digito “nós”. A ferramenta,



já acostumada com as minhas preferências, me traz de pronto a primeira opção “Nós, Madalenas”. Clico e abro a página do Tumblr. Deslizo o dedo pela tela, a primeira, segunda, terceira imagem, todas gravadas tão bem na minha retina, como se meus próprios olhos tivessem captado aquele fragmento de segundo em cores. Imagens já tão comuns ao meu olhar. Desço a página, observo aos poucos as fotos que se seguem, em busca de uma que me chame atenção em particular. Aquela que irá fazer saltar os olhos. Não sei qual, mas algo me diz no fundo, que assim que eu a ver saberei qual é. Continuo a rolar a página, dezenas de fotos, algumas mais familiares que outras. Finalmente. Sagrado. Não sei se é a posição da modelo na fotografia, como se o seu próprio corpo representasse as raízes que aos poucos se transformam em útero. Feminino. Sagrado. Utero. Cada letra que forma a palavra repousa sobre o seu ventre. Com as mãos acima do rosto, em forma de taça, a modelo parece contemplar o universo. Imediatamente, lembro da discussão na banca de qualificação, ao presumir que o ensaio produz sentidos sobre o feminino, eu mesma crio esses sentidos, já estão dados. Olhando para a foto agora, não deixo de pensar que o sentido está ali. Feminino. Mulher. Para além disso, uma inquietação surge. Não somos todas mulheres formadas por signos que nos define enquanto sujeitas? Um desses signos, o feminino, está carregado de sentidos que determinam, a grosso modo, como devemos nos portar, servir, viver. Proponho então uma nova forma de pensar o feminino. Romper amarras. Quebrar as estruturas. Desfazer e refazer o signo em nós mesmas.

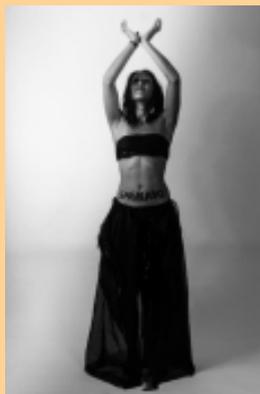


Imagem 1: Sagrado. Fotografia do Projeto “Nós, Madalenas”. Disponível em: < <https://nosmadalenas.tumblr.com/>>



07/09/19. Pluralidade. O movimento feminista é composto por mulheres plurais, gordas, magras, brancas, negras, idosas, jovens. Mais do que adjetivos, são traços que definem quem somos e que nos mostram para o mundo. Sobre mim, me vejo como mulher, jornalista, bissexual, feminista, filha, pesquisadora, plural. Contudo, ainda há palavras que não consigo definir, são lugares turvos em que, como areia movediça, quanto mais eu piso, mais afundo. Assim, o meu corpo me mostra para o mundo como alguém inteira, sem fissuras, mas olhando mais a fundo é possível enxergar as rachaduras que quebram a casca e fazem emergir mil mulheres de mim.

Através do diário de campo registrei as afetações provocadas pelas fotografias analisadas e das impressões manifestadas no cotidiano da pesquisa, seja a partir dos pensamentos desta pesquisadora ou das alianças que fazem parte das implicações metodológicas e do processo criador da pesquisa, sendo este uma emergência dos acontecimentos coletivos realizados com múltiplas mãos.

A cartografia, ao contrário das metodologias de pesquisa que possuem regras e objetivos previamente estabelecidos, possui outros espaços de atuação, ao pensar por outras vias e colocar a pesquisadora como produtora de novos sentidos e novas intersecções e não apenas como uma coletora de dados, traçando as suas metas e acompanhando processos no decorrer do percurso do pesquisar. Em uma perspectiva guatarriniana, sujeito e objeto só podem ser tomados pelo meio, em uma relação de atravessamento, ou seja, pela construção de um plano de imanência. Assim, a cartografia é tida como um dos princípios que constituem o conceito de rizoma criado pelos autores, esse modelo rizomático é o modelo da grama, “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo” (DELEUZE; GUATARRI, 2011, p. 22).

Ao analisar as fotografias do microblog “Nós, Madalenas” e os dispositivos de sujeição que atuam sobre as sujeitas pesquisadas, assim como a plataforma em que estão inseridas, foi possível identificar elementos que compõe os mapas



cartográficos. Ao substituir as regras previamente estabelecidas por pistas da diretriz cartográfica ressignifiquei o trabalho da pesquisa, de forma a reverberar a rede de forças que atuam sobre ele, conectando-o ao campo de imanência e, conseqüentemente, conferindo à pesquisa uma potência criadora. Ao trazer os dois recortes do diário cartográfico busco exemplificar a minha relação com o meu território de pesquisa. Pensar Madalenas é, de certa forma, pensar em mim. O caminho que percorro durante o meu caminhar cartográfico produz afetações que em alguns momentos dizem de mim, outros do movimento feminista e ainda sobre Madalenas. Por isso, é impossível discernir em que momento nossos três caminhos se separaram. Sinto como se nossos laços estivessem cada vez mais apertados, formando um nó.

A partir da experiência vivida concebida no processo de implicação, no campo da invenção e da habitação do meu território de pesquisa, consegui degustar dos afetos que emergiam das sensações de pertencimento emanadas a partir do meu contato com o ensaio fotográfico. Rolnik (2006) concebe a ideia do cartógrafo como um antropófago, devorando linguagens para incorporar os elementos necessários para a composição dos mapas cartográficos. A cada afetação surgida nesse processo, no contato com o território, esta cartógrafa conseguiu provar os agenciamentos costurados na superfície da minha própria autoimagem enquanto mulher e feminista. Deste modo, pude perceber que, apesar do ambiente tecnológico ainda poder ser considerado um domínio predominantemente masculino, as mulheres têm utilizado desses meios para comunicarem-se e organizarem-se politicamente. No caso do ciberfeminismo, a internet foi apropriada pelas ativistas para difundir informações, organizar o movimento e promover uma rede de apoio mundial entre mulheres que são vítimas do machismo. No caso do Tumblr, as fotografias das mulheres reverberam em mim sentimentos sobre o feminismo, muitas vezes associados à resistência às opressões ou às imposições de uma sociedade ainda patriarcal e machista.



A narrativa das experiências vividas no contato com meu território de pesquisa me levam à identificar que o ciberfeminismo não é apenas uma transposição de espaços de atuação, da rua para o ciberespaço, e sim, uma migração do movimento a partir de outras lógicas interacionais que passam a funcionar produzindo um movimento singular, distinto do feminismo tradicional.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da coletivização de composições do fazer cartográfico foi possível compreender como o ciberfeminismo, para além de criar sentidos sobre o movimento, diz muito sobre as mulheres que o compõe. O fato desta cartógrafa também estar inserida nesse contexto, como mulher e feminista, permite que as afetações produzidas na composição dos mapas cartográficos digam não apenas do território, mas de mim e da minha militância no antes, durante e depois dessa pesquisa. A cartografia nos permite reverberar a polifonia que nos constitui enquanto sujeitas, devorando e regurgitando afetos, sentimentos e linguagens, que desestabilizam nossas estruturas e recompõem os cenários da pesquisa.

Do mesmo modo, ao habitarmos o território, cada palavra, olhar, contexto expresso através do diário de pesquisa me permite compreender que estar no movimento não pode ser visto como um acorrentamento. No ciberfeminismo cada mulher deve estar livre para construir suas ações e contribuições ao movimento, utilizá-lo como uma rede de fúria contra o sistema opressor que nos flagela ininterruptamente ou ainda como um mecanismo de autodefesa. Ao nos desacorrentarmos, nos reapropriamos do uso das correntes como modos de subversão e de esperança.

O ciberfeminismo, portanto, utiliza a internet como instrumento de luta política perpetrada por vozes dissidentes, vozes estas que não possuem espaço em locais de luta tradicional ou que simplesmente buscam avançar por outros cam-



pos de visibilidade, e ultrapassa barreiras impostas pelo real, informando e agregando um grande número de militantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960a.

BRAGA, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: Mediação & Mídiação / Jeder Janotti Junior, Maria Inês Mattos, Nilda Jacks, Organizadores; prefácio, Adriano Duarte Rodrigues. - Salvador: EDUFBA ; Brasília: Compós, 2012. 327 p.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In P. RABINOW e H. DREYFUS, Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FAUSTO NETO, Antonio. Mídiação, prática social: prática de sentido. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS), 15, 2006, Bauru/SP. Anais eletrônicos. CD- ROM.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In P. RABINOW e H. DREYFUS, Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GUATARRI, Félix. Caosmose: um novo paradigma estético. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Ed. 34, 1992. 208 p.



HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, D.; KUNZRU, H.; TADEU, T. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 33-118.

LEMOS, Marina. Ciberfeminismo: Novos discursos do feminino em redes eletrônicas. Tese (Mestrado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: PUC-SP, 2009.

PASSOS, E., KASTRUP, V., & ESCÓSSIA, L. (Org.). Pistas do método da cartografia: Pesquisa-Intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2012.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. In: Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

RIBEIRO, Maria. Nós, Madalenas. Disponível em: <<http://nosmadalenas.tumblr.com/about>> Acesso em 5 de jul. 2017.

XAVIER, Monalisa Pontes. A consulta Transformada: experimentações de dispositivos interacionais 'psi' na sociedade em midiatização. 2014. Tese (Doutorado em PPG em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4774/monalisaXavier.pdf;jsessionid=AD9D2F6EFD39AA86FB939313EAD2B503?sequence=1>> Acesso em 10 de fev. 2019.

Nós, Madalenas. Disponível em: < <http://nosmadalenas.tumblr.com/>> Acesso em 5 de jul. 2017.





VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ANÁLISE DA ABORDAGEM DOS CASOS DE FEMINICÍDIO ENTRE MULHERES BRANCAS E NEGRAS NA MÍDIA PIAUIENSE

Resumo:

A violência contra a mulher é um fenômeno antigo que ainda hoje é silenciado por vários âmbitos sociais, no qual as mulheres negras são as mais vulneráveis. Diante dessa problemática, o objeto desse artigo é realizar um comparativo entre os casos de feminicídio entre mulheres brancas e negras e buscar compreender as diferenças entre os casos de feminicídio entre mulheres brancas e negras noticiados pela mídia piauiense. A metodologia utilizada é análise de conteúdo, sendo promovida a análise de 3 casos de feminicídio no Portal Cidade Verde e Portal OitoMeia. Constatou-se que a maior causa da violência contra a mulher é causada pela naturalização dos valores patriarcais e pela desigualdade de gênero, alinhados com a invisibilidade midiática. Há diferenças significativas entre os casos de feminicídio de mulheres brancas e negras noticiado pela mídia piauiense. Os conteúdos jornalísticos são produzidos por jornalistas imersos em uma cultura social.

Palavras-chave: Violência contra mulher. Feminicídio. Desigualdade de gênero. Jornalismo. Invisibilidade negra.

Karolene Veras | Universidade Federal do Piauí
Juliana Teixeira | Universidade Federal do Piauí



1 - INTRODUÇÃO

A mulher negra não possui visibilidade em diversos âmbitos da sociedade, na mídia não é diferente, essa invisibilidade frequentemente ignora a vulnerabilidade dessas mulheres, quando há visibilidade na mídia, geralmente ocorre ainda à propagação de estereótipos racistas e ainda por questões de gênero (PRADO, 2017). O feminismo negro luta para extinguir essa invisibilidade negra, visam conquistar a igualdade em relação às mulheres brancas.

O objetivo desta pesquisa é realizar um comparativo entre os casos de feminicídio entre mulheres brancas e mulheres negras e conseqüentemente, buscar compreender as diferenças entre os casos analisados, a partir da análise de conteúdo. Presente desde os primeiros trabalhos da communication research baseado nos estudos de Bardin (1978) até pesquisas sobre novas tecnologias, no qual consiste no método de grande capacidade de adaptação aos desafios da comunicação, a análise de conteúdo desempenha os requisitos de sistematicidade e confiabilidade (FONSECA JR., 2009).

A pesquisa caracteriza-se também pela análise comparativa de 3 casos de feminicídio no recorde temporal de 15/05/2018 à 19/06/2018, pois ocorreram 5 casos de feminicídio neste período. Esse artigo está dividido em 5 seções: a primeira aborda a discussão a cerca do conceito de feminicídio, a segunda refere-se a desigualdade entre mulheres brancas e negras, sendo abordado dados sobre a violência sofrida por mulheres negras e brancas, é trabalhado o conceito de invisibilidade negra e feminismo negro. A terceira seção trata sobre o peso dos critérios de noticiabilidade nos casos de feminicídio. Na quarta constitui-se a análise e discussões dos 3 casos de feminicídio selecionados no Portal Cidade Verde e OitoMeia. Há diferenças significativas entre os casos de feminicídio de mulheres brancas e negras noticiado pela mídia piauiense, a naturalização dos valores patriarcais são os principais fatores da violência contra a mulher. Os critérios de noticiabilidade



são responsáveis por determinar as informações que constam em cada matéria jornalística, porém quem as produz são jornalistas que fazem parte de uma cultura social geralmente marcada pela desigualdade de gênero.

2 - O CONCEITO DE FEMINICÍDIO

Diversas mulheres vêm sofrendo com violência sistemática, seja ela física ou psicológica, por serem mulheres, geralmente suportam as agressões em silêncio. Esta problemática afeta as pessoas de maneira universal que se sustenta pelo poder de dominação. As mortes violentas femininas chamam a atenção por serem marcadas pela desigualdade de gênero (PRADO, 2017), quando a violência se produz em relação à mulher há a violência de gênero, geralmente cometida por homens próximos a mulher como marido, namorados, ex-companheiros. A naturalização da violência tange o ideal de que as mulheres são predestinadas a aceitar premissas impostas a elas (NATALE, 2015), ou seja, os atos de pensar, agir e se comportar sendo tratado como algo objetificado.

No Brasil, antes da lei do feminicídio ser implantada, já estava em vigor desde 2006 a lei Nº 11.340 conhecida como Maria da Penha, criada a partir da pressão que a bi farmacêutica Maria da Penha colocou nas autoridades após várias tentativas de homicídio cometidas pelo seu ex-marido (NATALE, 2015). Esta lei prevê coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher sobre convenção de eliminação de todas as formas de violência. O artigo 5º determina que a violência doméstica e familiar contra a mulher é caracteriza como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. Os atos violentos e persistentes cometidos contra a mulher realizados por familiares, maridos, tios, avós, ou por um desconhecido, podem resultar no ponto máximo da violência, o assassinato da vítima, o feminicídio.



O termo feminicídio refere-se ao crime de ódio contra a mulher, resultante da discriminação, opressão, desigualdade e violência sem quaisquer finalidade (PRADO, 2017), surgindo por meio do termo femicidio utilizado por Radford e Russell no livro *Femicide: the politics of woman killing* (1992), referindo-se ao assassinato de mulheres que foram mortas por serem mulheres, em que as mortes não estivessem relacionados à religião, etnia, política (PASSINATO, 2011; NATALE, 2015). No Brasil, optou-se por ser utilizado o termo feminicídio por conta da tradução feita pela antropóloga Marcela Lagarde, em que a palavra femicidio está próxima foneticamente a homicídio, conotando apenas o assassinato de mulheres, sendo que o conceito transcende o homicídio de mulheres, é caracterizado como conjunto de formas violentas que, às vezes, resulta em assassinatos e até mesmo em suicídios (LAGARDE apud VÍLCHEZ, 2012).

O uso e conhecimento do termo feminicídio passou a ser utilizado com mais frequências no cenário jornalístico brasileiro em 2015, após a aprovação da lei 13.104 conhecida como Lei do Feminicídio, que enquadra os crimes cometidos contra a vida da mulher por questões de gênero no rol de crimes hediondos, criada a partir da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito), a qual ficou responsável por investigar a violência contra a mulher no cenário brasileiro entre março de 2012 a julho de 2013.

Mesmo sendo aplicado o termo feminicídio pela lei brasileira, é comum encontrar o mau uso do mesmo, frequentemente os termos utilizados são: ‘ataque de ciúmes’, ‘estava fora de si’, ‘a mulher que iniciou a discussão’, ‘teve um surto’, exposto como uma justificativa do crime (PRADO, 2017), quer seja por parte das autoridades policiais quer seja pela imprensa, levando a uma diminuição do termo feminicídio, principalmente do seu significado.

3 - DESIGUALDADE ENTRE MULHERES BRANCAS E NEGRAS



A desigualdade entre as mulheres brancas e negras está presente em todos os meios da sociedade, até mesmo na disparidade de assassinatos entre mulheres negras e brancas. Segundo o Índice de Vulnerabilidade Juvenil de 2017, o risco de uma jovem negra ser assassinada no Brasil é duas vezes maior do que jovens brancas. O Atlas da violência publicado em 2018, indica que entre 2006 a 2016, a taxa de homicídios entre as mulheres negras é 5,3 e mulheres brancas corresponde a 3,1, com diferença de 71%. O número de mulheres negras assassinadas aumentou em 15,4%, enquanto a taxa entre mulheres brancas diminuiu 8%.

O Piauí apresentou uma das menores taxas de homicídios contra mulheres do país em 2016, cerca de (3,0), porém houve um aumento de 50% entre 2006 a 2016, a taxa de homicídios entre mulheres negras no Estado corresponde a 3,4, enquanto a taxa correspondente a mulheres brancas é de 0,8, observando-se uma disparidade no homicídio de mulheres pela variável cor. É inegável, que todas as mulheres podem ser vítimas de violência, entretanto, o grupo de mulheres negras como aponta os dados são mais vulneráveis pelo fato da sua cor de pele.

As mulheres negras não são vistas como frágeis desde o período colonial, em que serviam de escravas, eram submetidas a todo tipo de violência contra elas. A filósofa Dijamila Ribeiro (2015) aponta que as mulheres negras têm os seus corpos desumanizados historicamente, ultrassexualizados, visto como objeto sexual.

Esses estereótipos levam ainda a sustentar a cultura da violência contra as mulheres negras, sendo vistas como seres não dignas de respeito, enfatizando apenas o lado sexual. Os brancos sustentaram uma hierarquia social por meio do sexo e da raça, classificando primeiro os homens brancos, em sequência as mulheres brancas, e depois os homens negros, por último as mulheres negras, vistas como bastardas, apenas para serem usadas como objeto. Mesmo com a chega-



da da modernidade, as mulheres das classes mais baixas, na maioria negras não detinham o controle sobre os seus corpos (HOOKS, 1981).

As mulheres negras integram um grupo ao qual não foi socializado a ser explorador/opressor, uma mulher branca pode ser constrangida, sofrer violência por seu gênero, mas não por sua condição de raça. Para Hooks conforme ressalta Ribeiro os homens negros e as mulheres brancas podem oprimir e serem oprimidos. Já as mulheres negras só restam serem vítimas de racismo e do sexismo (RIBEIRO, 2014; ROMIO, 2009).

Na maioria dos casos de violência contra a mulher se estabelece a relação de desigualdades entre homens e mulheres, visto que mulheres fazem parte do grupo inferior da hierarquia social, e as mulheres negras constituem o grupo mais afetado, além de terem que lidar com questões de discriminação de gênero, há o fator da opressão racial.

As feministas norte – americanas foram as primeiras a abordar a temática do feminismo negro, discutindo questões a cerca do racismo, gênero, classe, raça e sobretudo a violência sistemática sofrida em um contexto em que a mulher era tratada como propriedade do homem, e criticam a invisibilidade das mulheres negras no movimento feminista (NATALE, 2015; RIBEIRO, 2015).

A invisibilidade da mulher negra como pauta no movimento feminista impede a visibilidade dos problemas enfrentados pela mulher negra, eram tratadas como sujeito subentendido, Dijamila Ribeiro (2016, pg. 101) ressalta que “muitas feministas negras pautam a questão do silêncio como primordial para a sobrevivência da mulher negra”, visto que se necessita expor as problemáticas das mulheres negras, e compreender que são diferentes das mulheres brancas, em que suas pautas centram-se em equiparar mesmos direitos civis dos homens brancos, ter os mesmos salários, conseguir os mesmos empregos, direto a educação. Enquanto as mulheres



negras necessitavam debater sobre suas vivências e várias opressões que sofriam (SANTOS, 2016).

Na perspectiva de Sueli Carneiro (2003), o feminismo negro firmou-se em um contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, assim como nas sociedades latino-americanas, o principal elo é o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero. O racismo tange as questões de gênero, expondo o objetivo da luta do feminismo negro. A luta das mulheres negras não depende apenas da superação das desigualdades e relação ao homem, mas, igualmente a superação de ideologias como o racismo que sustenta a hierarquia de gênero, estabelecendo a inferioridade social principalmente a mulheres negras (RIBEIRO, 2014).

A luta do movimento feminista negro é contínua, levantando a importância da reflexão sobre a visibilidade feminina negra na mídia, o espaço que ocupam e como a mulher é retratada nos casos de violência. As mulheres negras lutam para conseguir conquistar a igualdade em comparação com indivíduos do seu próprio gênero (ARRAES, 2013). As mídias frequentemente imprimem as imagens negativas da natureza feminina negra, quer seja abordando a vítima como culpada das agressões sofridas quer seja, não divulgando os fatos acontecidos, ou ainda abordando apenas o fato e não as causas (HOOKS, 1984; NATALE, 2015).

4 - CRITÉRIOS DE NOTÍCIABILIDADE NOS CASOS DE FEMINICÍDIO

A imprensa possui um lugar de destaque na sociedade, sendo de fundamental importância que os meios de comunicação além de informar, mantenham a responsabilidade social, Charaudeau (2013) explicita que as mídias são suportes organizacionais para os fenômenos sociais, se tornando objeto de atenção, responsáveis pela visibilidade social.

Conseguir conquistar a visibilidade pela mídia é conseguir ter presença na sociedade possibilitando ser utilizada



para chamar atenção para alguma situação ou avançar a causa de alguém. A visibilidade não se restringe apenas a transmitir conhecimento, se fundamenta também pelas lutas sociais e políticas que são articuladas e se desenrola (THOMPSON, 2008). A invisibilidade das problemáticas e dos processos exigem tempo para que se faça a cobertura de algo que não se segue um modelo predeterminado (TRAQUINA, 2008).

Na maioria dos casos de violência a mulher é tratada como vítima, e no caso de mulheres negras geralmente são culpabilizadas por sua morte. É necessário o debate a cerca da dessa problemática por meio das narrativas jornalísticas (PRADO, 2017). O jornalismo produz significados através da produção de notícias, tangenciando assim, a construção das realidades sociais (PESAMOSCA, 2015), segundo Charaudeau (2013) não é a realidade social propriamente dita, mas refere-se à construção baseada na visão midiática, por esta razão é importante a compreensão do meio cultural em que estão situados os produtores de conteúdo jornalístico.

O papel do jornalista no processo de criação das notícias e, concomitantemente, na construção da realidade é, portanto, fundamental para a compreensão dos valores circulantes em uma sociedade e, mais do que isso, permeia a formação de uma normatividade.

(SILVA, 2014, p. 68 APUD PESAMOSCA, 2015, p.17).

Sendo assim, se as desigualdades de gênero estiverem presentes no âmbito de produção jornalística, consequentemente os valores machistas patriarcais irão refletir na sociedade tornando as opressões naturais. A naturalização das desigualdades entre os gêneros é a principal causa dos crimes contra mulheres, corroborando com o ideal de dominação por parte do agressor, em que termos como 'ataque de loucura', 'ataque de ciúmes', são termos utilizados pela polícia, e acabam sendo reproduzidos pela imprensa. As mulheres negras



são apresentadas pela mídia de maneira superficial e negligenciadas, como vilã da sua própria violência, reflexo dos valores patriarcais presente na sociedade (PRADO, 2017);

O discurso da notícia reflete o contexto social, no entanto baseia-se nos valores do jornalista, que por meio da sua interpretação será propagada e interpretada por cada leitor conforme suas experiências pessoais. No processo de seleção das informações para a produção da notícia, há critérios determinantes sobre os fatos que devem ou não fazer parte da matéria jornalística, o que deve ser realçado, e o que deve ser omitido. Esses critérios são determinados como valores – notícia fatores que ditam quais informações a respeito de determinado evento irá ser transformada em notícia, estão presentes por todo processo de produção jornalística, desde o processo de seleção dos acontecimentos até o processo de construção da notícia, no discurso da notícia, os valores reproduzem a estrutura social e conseqüentemente a ideologia nela presente, privilegiando os grupos dominantes que concentram o poder (OLIVEIRA, 2010; TRAQUINA, 2005). Logo em seguida abordaremos alguns desses valores notícia pertinentes a esta pesquisa.

A morte faz parte do grupo de valores notícia de seleção, como explicitado por Traquina (2008) é um valor – notícia fundamental para o meio jornalístico, onde há morte há jornalista e ao que tange ao crime é visto como um fenômeno permanente e recorrente, e assim grande parte dele é observado pela mídia como uma forma igualmente rotinizada (TRAQUINA, 2008). Nos casos de feminicídio, geralmente a mídia os repercute, mas como fazem isso, visto que a mulher negra ainda não tem visibilidade na sociedade? Prado (2017) argumenta que frequentemente as coberturas jornalísticas de feminicídio culpabilizam as vítimas, propagam estereótipos, desrespeitando as vítimas e abordam o crime de maneira distorcida.

Entramos em outro valor notícia que Traquina (2008) aponta como notoriedade, os casos de feminicídio de mul-



heres brancas ainda conseguem ter mais visibilidade justamente por esse valor notícia está aliado a outros, que podem propagar ainda mais a divulgação do crime, geralmente essas mulheres pertencem à classe média, possuem um grau maior de escolaridade, um bom emprego, e as mulheres negras frequentemente são pobres e vivem em zonas periféricas. Galtung e Ruge conforme ressalta Traquina (2008), argumenta que a importância do valor notícia se centra no que diz respeito à posição social do indivíduo na sociedade. A importância hierárquica dos indivíduos envolvidos nos acontecimentos tem valor de notícia.

A personalização segundo Traquina, é a valorização das pessoas envolvidas nos acontecimentos, facilita a identificação dos fatos em “negativo” ou “positivo” (TRAQUINA, 2008). Os crimes de violência cometidos contra mulheres, frequentemente, as mulheres são despersonalizadas pela figura do agressor, retratando a dominação entre um e o outro.

A disponibilidade como valor notícia do processo de produção noticiosa (Wolf, 1987), se refere à facilidade de se fazer a cobertura jornalística de determinado acontecimento, ou apenas fazer com as informações básicas que o jornalista consegue sem muito esforço, sem fazer uma cobertura mais abrangente. As empresas jornalísticas têm recursos limitados e o jornalista dispõe de um ritmo de trabalho acelerado. Os valores-notícia alerta-nos para a forma como o campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos e não a abordagem das problemáticas, o campo jornalístico tem maiores dificuldades na abertura de problemáticas pois como afirma Traquina (2008, pg. 83) “o ritmo do trabalho jornalístico exige a ênfase sobre acontecimentos e não sobre problemáticas”, fator que não corrobora com abordagens mais elaboradas dos casos de feminicídio.

5 - ANÁLISE DOS CASOS DE FEMINICÍDIO ENTRE MULHERES BRANCAS E NEGRAS NO PORTAL CIDADE VERDE E OITO MEIA



Com o intuito de analisar e compreender as diferenças entre os casos de feminicídio noticiados pela mídia entre mulheres negras e brancas no Piauí foram escolhidas matérias do Portal Cidade Verde, por seu destaque no cenário piauiense faz parte do mesmo grupo da TV Cidade Verde, Rádio Cidade Verde e Revista Cidade Verde e Portal OitoMeia pelo fato de ser um portal menos consolidado no Estado. Entre os portais há semelhanças entre as editorias e colunas, porém nenhum possui uma coluna ou editoria específica que trate sobre questões de violência contra a mulher.

Selecionamos três casos de feminicídio ocorridos no recorte temporal de 15/05/2018 á 19/06/2018, pois neste período ocorreram cinco casos de feminicídio no Estado, analisamos a primeira matéria veiculada nos portais sobre os casos, ainda, observando se havia outras matérias sobre cada caso no recorte temporal da pesquisa. Neste artigo optou-se por uma análise qualitativa comparativa, em que se buscou analisar e compreender as diferenças das narrativas noticiosas dos casos de feminicídio, dando ênfase ao paralelo entre os casos de mulheres negras e brancas no Estado do Piauí.

No dia 15/05 o portal Cidade Verde noticiou: “Mulher é encontrada morta com sinais de perfurações e atropelamento na Av. Maranhão”¹, na matéria não consta o nome da vítima, pois a mesma ainda não havia sido identificada, mesmo assim o portal divulgou as informações sobre crime, apenas com os dados fornecidos pelas autoridades policiais, a primeira notícia a ser divulgada sobre um feminicídio destaca a descoberta de um corpo feminino sem nome, quanto menos informações sobre o crime maior será o detalhamento (PRADO, 2017).

As notícias são determinadas por valores notícia como já explicitado por Traquina (2008), o valor – notícia tempo ref-

1 - Disponível em: <<https://cidadeverde.com/noticias/272060/mulher-e-encontrada-morta-com-sinais-de-perfuracoes-e-atropelamento-na-av-maranhao>>. Acesso em: 10.nov. 2018.



ere-se a acontecimentos que ocorrem na atualidade e já são transformados em notícias, aliado a notoriedade e a relevância do caso por ter sido um crime brutal que chocou toda população, incidindo assim sobre as pessoas, fatores que podem acabar gerando despersonalização da vítima. Pereira (2009) expõe que os personagens existem nas matérias por razão da violência, a construção ideológica indica que nada significativo aconteceu nas suas vidas. Na matéria, observou-se a exposição da hipótese do crime ser feminicídio.

No decorrer no mesmo dia, surge outra matéria sobre o mesmo caso com o título: “Mulher sofreu brutal violência e foi atropelada antes de morrer, confirma IML”², já contendo o nome da vítima, Aretha Dantas, a profissão, cabeleira, o endereço, e uma fala da tia da vítima. A matéria ainda traz a fala do delegado afirmando que a polícia estava trabalhando com a suspeita de homicídio, entretanto argumentou que o caso estava sendo investigado pelo núcleo de feminicídio. Ao todo foram noticiadas 12 matérias no recorte temporal da pesquisa sobre o caso de Aretha Dantas, todas com o nome da vítima no título da matéria (Portal Cidade Verde, 2018). Aretha, cabeleira, mulher branca, família de classe média foi vítima de um crime brutal por motivos fúteis e cruéis, sua morte não foi silenciada.

No Portal OitoMeia o mesmo caso foi veiculado também no dia 15/05 com o título “Mulher morre após ser arrastada por carro e esfaqueada na Av. Maranhão”³, a matéria é bastante rasa em que abordou-se apenas questões sobre os detalhes do crime, enquadrando a mulher apenas como objeto de um crime hediondo, Traquina(2008) aponta que o crime se constitui como um fenômeno recorrente observado pela mídia de

2 - Disponível em: <https://cidadeverde.com/noticias/272146/mulher-sofreu-brutal-violencia-e-foi-atropelada-antes-de-morrer-confirma-impl>>. Acesso em: 10. nov. 2018.

3 - Disponível em: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/policia/2018/05/15/mulher-morre-apos-ser-arrastada-por-carro-e-esfaqueada-na-av-maranhao/>>. Acesso: 10.nov.2018.



forma igual e rotinizada. No portal OitoMeia foram veiculadas 18 matérias sobre o caso de Aretha Dantas que retrataram o desenrolar do crime. Não se notou diferenças consideráveis entre a construção da narrativa entre o portal OitoMeia e Cidade Verde.



Foto 1: Notícia publicada no Portal Cidade Verde 19 de junho de 2018.
Fonte: Portal Cidade Verde.

A foto 1 refere-se a matéria vinculada no portal Cidade Verde, em que o título já chama a atenção, não se sabe explicitamente do que se trata, o termo açougueiro já coloca o agressor como protagonista da matéria, descontextualizando a vítima, naturalizando o fator passional com o uso do termo esposa. Como que alguém pode ser acusado de assassinar a esposa após jogar uma faca na parede? A afirmação expressa no título da matéria retira implicitamente a culpabilização do agressor, PRADO (2017) afirma que, “frequentemente a imprensa culpabiliza a vítima, abordando o crime de forma sensacionalista, desrespeitando as vítimas” (2017, pg. 142).



O agressor, marido da vítima é colocado na matéria como sendo suspeito do crime mesmo tendo confessado que após uma discussão com a esposa, no “momento da raiva”, o termo é utilizado para justificar o crime de feminicídio ao qual fica-se explícito a dominação masculina, é importante enfatizar também que o marido da vítima teria jogado a faca na parede e o objeto teria voltado e acertado o pescoço da sua esposa, ora, isso é praticamente impossível de ter ocorrido de fato, porém na matéria não há nenhum questionamento sobre esse fato, a cobertura acrítica se torna a favor da violência contra a mulher (PRADO, 2017). A vítima do interior do Estado, Gabriela é identificada apenas como uma jovem mãe, sem informações sobre sua vida antes da morte. O termo feminicídio é exposto apenas na fala do delegado responsável pelo caso, não sendo tratado no decorrer da matéria. Apenas essa matéria foi divulgada sobre o caso (Portal Cidade Verde, 2018). Ao que se refere ao Portal OitoMeia não foram encontrados registros sobre o caso de Gabriela, vale ressaltar que a omissão de casos de feminicídio podem contribuir para a naturalização da violência contra a mulher (PRADO, 2017). No dia 19/06 ocorreu outro caso de feminicídio no Estado, o terceiro em menos de 24 horas, a matéria com o título “Mulher é morta a facadas em Piripiri e Piauí registra 3º feminicídio em 24 horas”, a vítima identificada como Irismar Costa, empregada doméstica e negra, como no caso anterior não há informações sobre sua história de vida, apenas sobre sua morte.

A narrativa se centra no fato de seu ex – marido não aceitar o fim do relacionamento por isso teria cometido o crime, o que acaba corroborando com o poder de opressão masculina que por motivos fúteis levam ao ponto máximo da violência contra a mulher (Portal Cidade Verde, 2018). Os crimes de feminicídio apresentam-se por meio de uma abordagem estritamente policial e simplista de um crime hediondo cometido frequentemente por questões de naturalização da violência, aos quais há geralmente apenas a reprodução das in-



formações das autoridades policiais que reforçam a desigualdade de gênero (PRADO, 2017; CALDEIRA, 2017). Sobre o caso de Irismar Castro não há matérias sobre o desenrolar do crime.

O mesmo caso foi retrato também pelo Portal OitoMeia com o título “Doméstica é morta a facadas em Piri-piri após companheiro não aceitar término”, o termo morta em vez de “homicídio” ou “assassinato” naturaliza a ocorrência do crime (CALDEIRA, 2017). A matéria é curta, apenas com os dados sobre o crime e a fala do delegado. As fontes mais procuradas pelos jornalistas são delegados, advogados e acusados, raramente os familiares são procurados e especialistas para refletirem sobre as causas da violência, que envolve desigualdade de gênero, desprezo, discriminação e ódio (PRADO, 2017).

6 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Chamamos a atenção para a falta de abordagem crítica sobre o tema nos crimes de feminicídio, na mesma semana do ocorrido deste crime houve 3 casos de feminicídio no Estado, com intervalo de 24h horas. A ausência de um debate contextualizado e aprofundado que tratem sobre as causas dos crimes contra a mulher é também, papel da mídia questionar sobre as problemáticas que ocorrem na sociedade, cobrando soluções das autoridades para assim, evitar novas ocorrências (PRADO, 2017).

Entre os 3 casos analisados, o mais abordado pela mídia foi o caso da Aretha Dantas, mulher branca, de classe média residente na capital Teresina, por ter sofrido um crime brutal as narrativas noticiosas iniciaram-se a divulgação de seu assassinato de maneira misteriosa, aguçando o interesse do público. O caso da jovem Gabriela de Carvalho, que residia no interior do Piauí foi retratado quase que de forma sensacionalista, não sendo divulgado em um dos portais analisados, e o crime contra Irismar Castro, mulher negra, emprega-



da doméstica e mãe, foram reproduzidas apenas informações policiais.

É nítido que há diferenças significativas entre a abordagem dos casos de feminicídio entre mulheres brancas e negras como exposto pela quantidade de matérias que foram veiculadas sobre cada crime. Fez-se presente em todas as matérias a abordagem policial, que na despersonalizam a vítima, sendo citadas nas matérias apenas como vítima de um crime contribuindo para naturalização da opressão masculina.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou compreender as diferenças entre os casos de feminicídio noticiados pela mídia entre mulheres brancas e negras, concluímos que há diferenças significativas, geralmente os casos de mulheres brancas ganham maior visibilidade, contudo, não há um aprofundamento que trate da problematização dos crimes. Nos casos de mulheres negras constatamos que a invisibilidade da mulher negra na mídia ainda se faz presente, ignorando-se a maior vulnerabilidade dessas mulheres. Nas matérias analisadas a mulher é colocada como um objeto que faz parte do crime, não havendo a personalização da vítima, mas sim a despersonalização.

Os critérios de noticiabilidade ditam sobre o que vai ser realçado ou omitido nas matérias jornalísticas, mas vale ressaltar que quem produz os conteúdos jornalísticos são os jornalistas que fazem parte de uma cultura social e organizacional, as quais determinam seus valores individuais e profissionais que refletem no conteúdo que produzem, enquanto os valores patriarcais, a desigualdade de gênero o racismo juntamente com a naturalização da opressão a mulheres brancas e principalmente a mulheres negras fazerem parte da cultura social, esse valores irão ser refletidos no conteúdo jornalístico.

Nelson Traquina (2008) explicita que para se fazer uma abordagem diferente, problematizando assuntos rotineiros como crimes, exige-se tempo por parte do jornalista a elaborar



uma abordagem diferenciada sobre o tema. A pesquisa visa futuramente realizar o mapeamento quantitativo das notícias de feminicídio de mulheres brancas e negras e ainda realizar o estudo mais aprofundado do caso da Aretha Dantas, buscando-se compreender a construção das narrativas com o decorrer do desenrolar do crime.

A conscientização sobre esta problemática é fundamental para que haja mudanças sociais e na veiculação de notícias de feminicídio, além de informar é importante o levantamento de debates contextualizados, buscar se havia registro de ocorrências anteriores, ajudando assim a orientar possíveis vítimas e conscientizar agressores sobre este tema que tem matado tantas mulheres no Brasil e no estado.

REFERÊNCIAS

ARRAES, J. Feminismo Negro: sobre minorias dentro da minoria. Revista Fórum. Disponível em: < <https://bit.ly/2DBmwf4> >. Acesso em: 05.nov.2018.

BRASIL. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017. São Paulo: Presidência da República, Secretaria de Governo, 2017. Disponível em: < <https://bit.ly/2D0kVif> >. Acesso em: 27.out.2018.

_____. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher contra a Violência, 2016. Disponível em: < <https://bit.ly/2Mb88v1> >. Acesso em: 23.out.2018.

_____. Lei nº 11.340, de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF, mar. 2015.



_____. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, Brasília, DF, ago. 2006.

CALDEIRA, B. Narrativas de violência, narrativas violentas: reflexões sobre o jornalismo e o assassinato de mulheres em relações de proximidade. In: 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo ECA/USP (SBP Jor). São Paulo: nov. 2017. Disponível em:<<https://bit.ly/2QyqPdZ>>. Acesso em: 09.out.2018

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Racismos contemporâneos. (Org.) Ashoka Empreendedores Sociais e Takano Cidadania. Rio de Janeiro: Takano Ed, 2003.

CHARAUDEAU, P. Discurso das mídias. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CERQUEIRA, D. Atlas da violência 2018. Rio de Janeiro. Ipea. Disponível em:<<https://bit.ly/2LpzDzh>>. Acesso em: 23.out.2018.

FONSECA JR., Wilson Correa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação. 2ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HOOKS, B. Ain't I a Woman Black Women and feminism. 1ª.Ed.Tradução livre. Planafoma Gueto. 2014.

NATALE, R. A representação social da violência de gênero contra a mulher no Espírito Santo. Dissertação (Linguística), Universidade Federal do Espírito Santo (UFS), 2015.

OLIVEIRA, E.O discurso da notícia e a representação da identidade de gênero feminino nos crimes passionais. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), 2010. Disponível em:< <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/14621>>. Acesso em: 29.out.2018.=

PASINATO, W. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. São Paulo: Cad. Pagu, julh-dez, 2011. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-



83332011000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17.out.2018.

PEREIRA, P. Violência e tecnologias de gênero: tempo e espaço nos jornais. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: 17(2), 344, maio-ago. 2009.

PESAMOSCA, B. análise da cobertura da Lei do Femicídio pelos portais online. Monografia (bacharel em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), p. 16-51, 2015.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. Ensaios. Vol.13, n.24, p.99-104, 2016.

_____. Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2015.

ROMIO, J. Mortes femininas violentas segundo raça/cor. Dissertação(Mestrado em Filosofia), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2009. Disponível em:<<https://bit.ly/2RP-gMRA> >. Acesso em: 09.out.2018.

PRADO, D; SANEMATSU, M. Femicídio: invisibilidade mata. São Paulo: Editora Fundação Rosa Luxemburgo, Instituto Patrícia Galvão, 2017.

SANTOS, A. Feminismo Negro e Ciberativismo: uma análise da mulher negra na Fanpage Feledés Instituto da Mulher Negra. Monografia (bacharel em Jornalismo). Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2016.

TRAQUINA, N. Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, p. 62-92, 2008.

_____. Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são. 2ª. Ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VÍLCHEZ, A. La regulación del delito de femicidio/ feminicidio em América Latina y el Caribe. Panamá: Secretariado de la Campaña del Secretario General de las Naciones Unidas ÚNETE, 2012.

WOLF, M. Teorias da Comunicação. 8. ed. Editorial Presença, 1999.



DEMOCRACIA EM CRISE: O PAPEL DO JORNALISMO NA ERA DA DESINFORMAÇÃO

Resumo:

O volume de dados e o uso deliberado da desinformação como arma política estão diretamente relacionados à coleta e comercialização de dados pessoais de usuários representando um risco à democracia, principalmente no período eleitoral. Diante disso, o jornalismo tem buscado um papel de destaque no ambiente comunicacional contemporâneo, seja como contraponto à desinformação ou como instrumento de apuração do poder. Para tanto, esta pesquisa pretende analisar o papel da Folha de S. Paulo na defesa da atuação do jornalismo e da democracia no Brasil no atual governo.

Palavras-chave: Desinformação; Eleições; Democracia.

Marta Alencar | Universidade Federal do Piauí



1 - INTRODUÇÃO

As profundas mudanças promovidas pela revolução tecnológica permitem que a sociedade moderna esteja cada vez mais cercada de múltiplas possibilidades de se comunicar e distribuir dados. “A nova sociedade é hoje definida, e rotulada, por seus novos métodos de acessar, processar e distribuir informação” (KUMAR, 1995, p. 15). Enquanto, Marcondes Filho (2009) afirma que há uma “obesidade” informativa na internet, que pode levar ao desinteresse, à apatia e à desinformação do público.

A expansão de dados na Era Big Data¹ promove a expansão de conteúdos, especialmente nas redes sociais. Embora existam mais empecilhos do que oportunidades para que haja um ambiente online saudável e democrático para os usuários, as plataformas digitais oferecem novas capacidades para compartilhamento de informações (JENKINS; GREEN; FORD, 2015).

Observa-se nesta Era, a utilização em grande medida dos dados pessoais dos usuários por essas plataformas, que geram o agravamento do efeito denominado “filter bubble” (filtro bolha), “[...] possuindo efeitos nocivos sobre a democracia e freando o entusiasmo acerca do papel democrático da internet como esfera pública para as sociedades contemporâneas [...]” (MAGRANI; OLIVEIRA, 2018, p. 14). Isso também tem sido reconhecido como a Era da Pós-verdade.

Neste contexto, os dados reforçam os hábitos, interesses e opiniões dos usuários, excluindo ideias contrárias aos seus ideais em timeline das redes sociais. “A exposição a ideias contrárias à sua própria posição, sobre qualquer assunto,

1 - Big data é um termo que descreve o grande volume de dados na internet. Mas não é a quantidade de dados disponíveis que importa; é o que as organizações fazem com eles. O Big Data pode ser analisado para obter insights que levam a decisões melhores e ações estratégicas de negócio



consideradas de interesse geral, não existe, porque ou estas ideias não aparecem na sua bolha ou são feitas para serem desacreditadas” (PREGO, 2017, p.20).

A manipulação das informações para esses usuários é evidente em períodos eleitorais. Algoritmos das redes sociais e os bots (robôs) são usados para conduzir ataques a opositores e forjar discussões nas redes. Representando, portanto, uma ameaça real para o debate público, e riscos à própria democracia, ao manusear documentos de representantes assim como agendas de governantes e instituições públicas.

Um dos casos mais emblemáticos foi o das eleições nos Estados Unidos, em 2016. Informações de perfis de mais de 87 milhões de usuários do Facebook foram coletados por meio de um quiz idealizado pelo pesquisador da Universidade de Cambridge, Aleksandr Kogan, que posteriormente os vendeu para a consultoria política que dirigiu a campanha digital de Trump em 2016, Cambridge Analytica.

A empresa de consultoria utilizou estes dados para direcionar aos usuários publicidade adaptada e informes para ajudar o candidato republicano Donald Trump a ganhar a eleição contra a candidata democrata Hillary Clinton. Mas antes de Trump vencer as eleições, o candidato divulgava suas ideias extremistas a apoiadores mais radicais e teorias da conspiração, além de notícias falsas.

O problema não é que Trump apenas tenha mentido de maneira espontânea e desenvergonhada, mas que essas centenas de mentiras tenham se acumulado para criar histórias igualmente falsas, que se encaixam perfeitamente no medo das pessoas. Ele descreveu os Estados Unidos como um país devastado pelo crime (quando, na verdade a taxa de criminalidade exibia baixas históricas - menos da metade do que era seu pico, em 1991). [...] Em suma, Trump criou uma imagem de uma nação em apuros, que precisava muito de um salvador (KAKUTANI, 2018, p.4).



Assim como o Facebook contribuiu para o uso indevido de dados dos usuários como a viralização de notícias falsas e na propagação de desinformação na última eleição nos Estados Unidos, o WhatsApp (aplicativo de mensagens instantâneas) desempenhou papel similar na corrida presidencial do Brasil em 2018. Tendo como protagonista principal o ex-deputado e capitão reformado, Jair Bolsonaro, mais conhecido por suas declarações antidemocráticas e preconceituosas contra minorias.

Brittany Kaiser, ex-executiva da Cambridge Analytica, declarou em entrevista a Veja que o presidente Jair Bolsonaro promoveu ações ilícitas semelhantes às de Donald Trump para alcançar a vitória na eleição de 2018. Dentre essas estratégias, o disparo de fake news no WhatsApp para influenciar o eleitorado contra seus opositores. “Diferentemente de Trump, ele recorreu mais ao WhatsApp, e não ao Facebook. De resto, foi muito parecido” (FORUM, 2020).

Na visão do jornalista e professor da King’s College London, Martin Moore, autor do livro *Democracy hacked: how technology is destabilizing global politics* (Democracia hackeada: como a tecnologia está desestabilizando a política mundial, em tradução livre), as plataformas digitais promovem mais anarquia do que apoio a princípios democráticos. “O erro foi assumir que as plataformas estavam do lado somente da democracia. Quando, na verdade, eram ferramentas de transformação e disrupção, e não só os regimes autoritários poderiam ser ameaçados, mas também a democracia” (MOORE, 2019, online).

Em reportagem da jornalista Patrícia Campos Mello da Folha de S. Paulo, intitulada “Empresas estão comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp” de 18 de outubro de 2018, Mello (2018) revelou que empresários que apoiaram a campanha do candidato Jair Bolsonaro compraram um serviço chamado “disparo em massa” para propagar fake news, sendo que cada contrato chegou a custar R\$ 12 milhões. Na reportagem, é destacado que o



WhatsApp foi a principal ferramenta para propagar fake news contra adversários de Bolsonaro.

Após a denúncia da Folha, Bolsonaro que prefere pronunciar seus discursos nas redes sociais, pediu aos seus apoiadores que participassem do período eleitoral de forma democrática e “sem mentiras, sem fake news, sem Folha de S. Paulo” (MARQUES, 2018). As informações falsas e os discursos de ódio como os proferidos por Bolsonaro vão ao encontro de valores e visões de mundo compartilhados por seus seguidores nas redes sociais (PETROLA, 2018).

Desde então, o presidente Jair Bolsonaro tem promovido uma série de ataques à Folha o que inclui a mais recente promessa concretizada em novembro de 2019 de cancelar as assinaturas do jornal pelo governo federal (FOLHA, 2019). Diante disto, o presente artigo aborda o papel da Folha de S. Paulo na luta pela democracia em tempos de censura à imprensa e da expansão da desinformação na internet.

Para tanto, a metodologia deste trabalho é descritiva analítica com a finalidade de estudar a “[...] frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fenômenos” (BARROS, LEHFELD, 2007, p. 84). Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa também inclui a Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (1977, p.42), a Análise de Conteúdo representa “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter [...] indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens”.

Em seguida, o processo de Análise de Conteúdo explora e interpreta as matérias produzidas pela Folha de S. Paulo referentes a uma série de ataques de Bolsonaro à Folha desde a campanha eleitoral de 2018, além das reportagens que destacam o uso de fake news pelo atual presidente.



FAKE NEWS NA ARENA POLÍTICA BRASILEIRA

Os precursores das mentiras hoje disseminadas por redes sociais vêm de muito antes. No episódio descrito em Gênesis na Bíblia em que Caim assassinou seu irmão, Deus questiona a Caim onde estava Abel, mas ele mentiu e disse que não sabia. Segundo o historiador americano Robert Darnton, as mentiras remontam pelo menos à Idade Antiga, mais precisamente ao século 6, quando o historiador Procópio espalhava notícias falsas em Roma sobre o imperador Justiniano (DARNTON, 2017).

Para Darnton (2017), Procópio espalhou “fake news”, arruinando completamente a reputação do imperador e de outros personagens ilustres da época. Foi bem similar ao que aconteceu nas eleições americanas em 2016. “Acho realmente que sem fake news, redes sociais e a nova mídia, Trump não teria sido eleito. Notícias inventadas e tuítes de Trump e de seus seguidores circularam pelo país e tiveram efeito maior que mídia séria, porque o público acredita nessas coisas” (DARNTON, 2017, online).

Mesmo eleito, Trump chegou a divulgar os ganhadores de seu “Prêmio Fake News”, onde anunciou os 10 veículos em sua conta no Twitter, entre eles, os principais jornais e canais de notícias, como The New York Times, The Washington Post e CNN etc. O New York Times inclusive é um dos alvos prediletos do presidente dos EUA, que acusa o jornal de ser um celeiro de fake news.

Assim como Trump, Bolsonaro conta com um exército de militantes nas redes sociais que repassam mensagens para seus grupos de afinidade, divulgando informações manipuladas e inverídicas do quais acreditam piamente. Além disso, um estudo da organização Avaaz, publicada pela Folha de S. Paulo, apontou que 98,21% dos eleitores de Jair Bolsonaro leram notícias falsas durante o processo eleitoral de 2018, enquanto 89,77% acreditaram que as informações enganosas



eram verdade. A pesquisa analisou dados do Facebook e Twitter (PASQUINI, 2018).

Com a ascensão da desinformação na internet e do descrédito com a imprensa desde as eleições de 2018, a Folha lançou em agosto do mesmo ano, o blog de fact-checking, Folha Informações, na editoria Poder. Por meio do blog, o jornal se coloca à disposição do público para receber notícias e correntes enviadas pelos leitores ao WhatsApp da Folha², inclusive de declarações de políticos como as do presidente Jair Bolsonaro. Para participar o leitor precisa apenas mandar uma mensagem acompanhada da expressão “fake news”.

Mas antes de lançar o blog, a Folha decidiu no início do mesmo ano não atualizar mais postagens no Facebook, após notar que a rede social limitava a visibilidade de dados e páginas de notícias para usuários com base em bots e algoritmos. Apesar da decisão, a Folha manteve sua página na rede social. Na época, a mudança no algoritmo do Facebook reforçava “a tendência do usuário a consumir cada vez mais conteúdo com o qual tem afinidade, favorecendo a criação de bolhas de opiniões e convicções, e propagação das ‘fake news’” (STENZEL, 2018, online).

De acordo com o pesquisador norte-americano, Lucas Graves, o fact-checking é uma prática de checagem de dados que questiona a veracidade das declarações públicas e de contas oficiais (GRAVES, 2013). Os processos de verificação hoje em dia têm uma importância maior, já que os jornalistas têm mais recursos tecnológicos e dados para verificar a autenticidade desses tipos de mensagens, alertando a população quando não estão em conformidade com a realidade.

Um exemplo disso foi a reportagem da jornalista Patrícia Campos Mello da Folha de S. Paulo, intitulada “Empresas estão comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp” de 18 de outubro de 2018. Após a investigação da repórter que comprovava a divulgação

2 - O número do WhatsApp da Folha Informações é (0-xx-11) 99490-1649.



em larga escala de desinformações por parte de Bolsonaro e seus seguidores, o presidente eleito durante entrevista ao Jornal Nacional da Rede Globo voltou a atacar a Folha e afirmou que o jornal não tinha prestígio (FOLHA, 2018). Abaixo segue declaração de Bolsonaro contra o veículo:

Por si só esse jornal se acabou. Não tem prestígio mais nenhum. Quase todas as fake news que se voltaram contra mim partiram da Folha de S. Paulo. Inclusive a última matéria, onde eu teria contratado empresas fora do Brasil, via empresários aqui para espalhar mentiras sobre o PT. Uma grande mentira, mais um fake news do jornal Folha de S. Paulo, lamentavelmente (FOLHA, 2018, online).

Após a campanha eleitoral, a Folha divulgou no dia 30 de outubro de 2018, a matéria “Ataques de Bolsonaro à Folha geram campanha espontânea de defesa do jornal”, o veículo registrou um aumento da sua receita e no número de assinaturas (FOLHA, 2018). Enquanto no dia 3 de novembro de 2018, a Folha divulgou um levantamento dos ataques de Bolsonaro à imprensa, registrados desde o início do ano até o último mês da corrida eleitoral, período em que ocorreram 45 casos, um terço do total (BALTHAZAR, 2018). Dentre todos os veículos no país, a Folha foi a mais atacada pelo atual presidente.

Tabela 1 – Ataques de Bolsonaro a imprensa em 2018

Veículo de Comunicação	Quantidade de ataques
Folha	36
Globo	27
O Estadão	4
Veja	4
Imprensa em geral* (Endereçado a nenhum veículo específico)	58
Total	129

Fonte: Elaboração própria com base em dados da Folha (2018)



Em 29 de outubro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro ampliou as ameaças à Folha e afirmou que boicotava inclusive produtos de anunciantes do jornal. “A imprensa tem a obrigação de publicar a verdade. Só isso. E os anunciantes que anunciam na Folha também.” (URIBE, 2019, online). Já em 31 de outubro 2019, Bolsonaro durante entrevista à Revista Bandeirantes declarou o cancelamento de todas as assinaturas da Folha no governo federal. “Eu não quero mais saber da Folha de S. Paulo, que envenena o meu governo a leitura da Folha de S. Paulo.” (FOLHA, 2019, online).

A ex-executiva da Cambridge Analytica, Brittany Kaiser, disse em entrevista a Veja que o presidente Jair Bolsonaro usou de estratégias ilegais semelhantes às de Donald Trump para alcançar a vitória na última eleição. Dentre essas estratégias, o uso de redes sociais, como o WhatsApp, para influenciar no voto de eleitores, inclusive através de disparo de “fake news” contra opositores. “Diferentemente de Trump, ele recorreu mais ao WhatsApp, e não ao Facebook. De resto, foi muito parecido” (FORUM, 2020).

Para Vizoso; López-García; Pereira-Fariña (2018), os usuários buscam exatidão e veracidade nas informações que consomem na internet, especialmente quando os meios de comunicação são acusados de distribuir dados falsos por próprios partidos políticos em concorrência ou por representantes do poder público.

Convém acrescentar que a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) divulgou em janeiro de 2020, o número de ataques direcionados a veículos de comunicação e repórteres em 2019 (FRANCO, 2020). Foram 208 casos notificados - 114 foram relacionados a deslegitimar o papel da imprensa, enquanto 94 foram agressões diretas a repórteres. O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) foi o maior protagonista pelos ataques – representando 58%, ou seja, 121 casos.

Mas o que os ataques e a descredibilização a Folha de S. Paulo e a outros veículos de comunicação no país estão relacionados diretamente com a crise da democracia no Brasil?



EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DE UM JORNALISMO LIVRE

À medida que a desinformação ascende na internet e polariza a política nas redes sociais, os cidadãos precisam de mais – e não menos – da atuação da imprensa para verificar informações e identificar ações autoritárias do governo. Na visão de Kovach e Rosenstiel (2003), o jornalismo sério e vigilante continua atuando como guardião da sociedade, não só para vigiar o governo, mas para observar o aumento crescente do debate público que a nova tecnologia vem criando.

No intuito de atuar como guardião da democracia e na defesa da sua atuação, a Folha lançou em março de 2019 um novo Projeto Editorial intitulado “Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância” (FOLHA, 2019). Em um dos trechos do extenso documento, o veículo destaca seu posicionamento como um jornalismo credível: “Em momentos como este, torna-se ainda mais importante a vigilância independente sobre governos e empresas privadas, reafirmando-se a imagem clássica da imprensa livre como cão de guarda da sociedade e um dos esteios da democracia” (FOLHA, 2019, online).

Quadro 1 – Princípios editoriais da Folha

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la
2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso com ênfase na obtenção de informações exclusivas
3. Priorizar temas que, por afetarem a vida da coletividade ou de parcelas expressivas da população, sejam considerados de interesse público
4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização



de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes

5. Abordar os assuntos com disposição crítica e questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores

6. Cultivar a pluralidade, seja ao divulgar um amplo espectro de opiniões; registrar com visibilidade compatível pontos de vista diversos implicados em toda questão controvertida ou inconclusa

7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada

8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão

9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes

10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo

11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão, reconhecendo, no caso de abuso comprovado dessa liberdade

12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos

Fonte: Folha (2019)

Os jornalistas baseiam-se em princípios editoriais sempre que receiam pela sua credibilidade (CORNU, 2015). Pois manter a credibilidade é um desafio constante para os jornalistas, principalmente em processos eleitorais, onde os ataques



e as críticas aos meios de comunicação são cada vez mais ácidos e constantes.

Após o primeiro ano do governo Jair Bolsonaro, a pesquisa Datafolha registrou uma queda quanto a opinião do público que a democracia é a melhor forma de governo (MAGALHÃES, 2020). Para 62% dos entrevistados, a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo, enquanto em pesquisa anterior, esse índice era de 69%. Ao mesmo tempo, cresceu de 13% para 22% a parcela da população para quem tanto faz se o governo é uma democracia ou uma ditadura.

No atual governo, a imprensa vem lidando com vários percalços, mas a democracia também se encontra em crise, pois cada vez mais há censura a liberdade de expressão, aos direitos culturais e a apuração jornalística. Neste cenário, a pesquisadora que vos fala traz a memória alguns trechos da canção “Cálice” composta por Chico Buarque e Gilberto Gil em 1973, onde narram o drama da tortura no período da ditadura militar: “Como beber dessa bebida amarga? Tragar a dor, engolir a labuta? Mesmo calada a boca, resta o peito. Silêncio na cidade não se escuta. [...] Outra realidade menos morta. Tanta mentira, tanta força bruta. Pai, afasta de mim esse cálice [...]”.

CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O cenário atual é, sem dúvidas, repleto de desafios para o jornalismo, especialmente diante dos disparos em massa de fake news nas redes sociais em processos eleitorais e dos ataques severos de políticos.

A Folha de S. Paulo, um dos maiores veículos de comunicação no Brasil, lida com diversas críticas do atual presidente e de seus seguidores, mas continua a exercer seu trabalho jornalístico com base em seus princípios editoriais. E tem atuado na investigação e verificação das contas oficiais e de declarações públicas, destacando-se o blog Folha Infor-



mações que atua como ferramenta de fact-checking do veículo.

A participação do público também é importante nessa luta contra a manipulação de informações, pois se não houver o apoio dos usuários, o jornalismo estará seriamente ameaçado e, à medida em que o jornalismo estiver nesta posição, estará também a democracia. A Folha disponibiliza inclusive canais (Whatsapp e email) para receber informações do público.

O papel do jornalismo continua sendo fundamental em tempos de ascensão dos governos autoritários no mundo. E permanece essencial nesta Era da Desinformação em que as pessoas se encontram cada vez mais mergulhadas em bolhas informativas. Diante de tudo isso, vale a pena lembrar que não é tempo de retroceder perante os ataques e as críticas, mas sim, perseverar e lutar pela democracia, liberdade da imprensa e pelos direitos dos brasileiros.

REFERÊNCIAS

BALTHAZAR, Ricardo. Ataques de Bolsonaro à imprensa chegaram a dez por semana no fim da campanha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/ataques-de-bolsonaro-a-imprensa-chegaram-a-dez-por-semana-no-fim-da-campanha.shtml>. Acesso em: 13 de jun. 2019.

BARDIN, Laurence. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Aidil. J.; LEHFELD, Neide A. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 3ª ed, 2007.

CORNU, Daniel. Da deontologia do jornalismo à ética da informação. In: PEIXINHO, Ana Teresa. et al. 20 de anos de Jornalismo contra a Indiferença. Coimbra: Imprensa da Univer-



sidade de Coimbra, 2015, p. 101-117. Disponível em: <http://id.bnportugal.gov.pt/bib/bibnacional/1936019>. Acesso em: 16 de jun. 2019.

DARNTON, Robert. Notícias falsas existem desde o século 6, afirma historiador Robert Darnton. [Entrevista concedida a] Fabio Victor. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859726-noticias-falsas-existem-desde-o-seculo-6-afirma-historiador-robert-darnton.shtml>. Acesso em: 21 de jun. 2019.

FILHO, Ciro Marcondes. Ser Jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões. São Paulo: Paulus, 2009.

FOLHA. Apoio à democracia cai no primeiro ano do governo Bolsonaro, diz Datafolha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/apoio-a-democracia-cai-no-primeiro-ano-do-governo-bolsonaro-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 29 de jan. 2020.

_____. Ataques de Bolsonaro à Folha geram campanha espontânea de defesa do jornal. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/ataques-de-bolsonaro-a-folha-geram-campanha-virtual-de-defesa-do-jornal.shtml>. Acesso em: 17 de dez. 2019.

_____. Ataques de Bolsonaro à imprensa chegaram a dez por semana no fim da campanha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/ataques-de-bolsonaro-a-imprensa-chegaram-a-dez-por-semana-no-fim-da-campanha.shtml>. Acesso em: 19 de jan. 2020.

_____. Bolsonaro cancela assinaturas da Folha no governo federal e ameaça anunciantes do jornal. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-determina-cancelamento-de-assinaturas-da-folha-no-governo-federal.shtml>. Acesso em: 24 de jan. 2020.



_____. Esse jornal se acabou, diz Bolsonaro ao Jornal Nacional sobre a Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/esse-jornal-se-acabou-diz-bolsonaro-ao-jornal-nacional-sobre-a-folha.shtml>. Acesso em: 17 de dez. 2019.

_____. Folha deixa de publicar conteúdo no Facebook. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/folha-deixa-de-publicar-conteudo-no-facebook.shtml>. Acesso em: 21 de jun. 2019.

_____. Jornalismo profissional é antídoto para notícia falsa e intolerância. Disponível em: <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/sua-excelencia-o-consumidor-de-noticias.shtml>. Acesso em: 23 de jun. 2019.

FORUM. Executiva da Cambridge Analytica diz que campanha de Bolsonaro usou internet para desinformar e persuadir eleitores. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/executiva-da-cambridge-analytica-diz-que-campanha-de-bolsonaro-usou-internet-para-desinformar-e-persuadir-eleitores/>. Acesso em: 12 de jan. 2020.

FRANCO, Adriana. Violência contra jornalistas aumenta 54% em 2019. Disponível em: <https://fenaj.org.br/violencia-contra-jornalistas-aumenta-54-em-2019/>. Acesso em: 22 de jan. 2020.

GRAVES, Lucas. Deciding What's True: The Rise of Political Fact-Checking in American Journalism. PhD of Philosophy of the Graduate School of Arts and Sciences. Columbia University Press, New York, 2013. Disponível em: <https://academiccommons.columbia.edu/doi/10.7916/D8XG9Z7C>. Acesso em: 7 de mar. 2019.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. Cultura da Conexão: criando valor e significado por meio da mídia



propagável. Tradução Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

KAKUTANI, Michiko. A morte da verdade: notas sobre a mentira na Era Trump. Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018. E-book (272 p.).

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir. Tradução de Wladir Dupont. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KUMAR, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-moderna. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

MAGRANI, E.; OLIVEIRA, R. M. A esfera pública (forjada) na era das fake news e dos filtros-bolha. Cadernos Adenauer xix (2018), nº4, Fake news e as eleições 2018, Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2018.

MARQUES, José. Folha é a maior fake news do Brasil, diz Bolsonaro a manifestantes. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/folha-e-a-maior-fake-news-do-brasil-diz-bolsonaro-a-manifestantes.shtml>. Acesso em: 12 de abr. 2019.

MELLO, Patrícia C. Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 28 de abr. 2019.

MOORE, Martin. “É mais fácil promover anarquia do que democracia nas redes”. [Entrevista Concedida a] Agência Pública. A Pública. Disponível em: <https://apublica.org/2019/10/martin-moore-se-nao-fizemos-nada-vamos-caminhar-para-a-democracia-das-plataformas/>. Acesso em: 22 de nov. 2019.



PASQUINI, Patrícia. 90% dos eleitores de Bolsonaro acreditaram em fake news, diz estudo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/90-dos-eleitores-de-bolsonaro-acreditaram-em-fake-news-diz-estudo.shtml>. Acesso em: 23 de jun. 2019.

PETROLA, José Ismar. Fake news e a disputa entre grande imprensa e redes sociais na campanha eleitoral de 2018 no Brasil. In: COSTA, Cristina; Blanco, Patrícia (Orgs.). Liberdade de expressão e campanhas eleitorais: Brasil 2018 [recurso eletrônico]. São Paulo: ECA-USP, 2019. Disponível em: http://obcom-usp.com.br/ebook_eleicoes/ebook0.html. Acesso em: 13 de abr. de 2019.

PREGO, Victoria. Bolhas informativas. Revista Uno, nº 27, 2017, p. 20-21. Disponível em: https://www.revista-uno.com.br/wp-content/uploads/2017/03/UNO_27_BR_baja.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2019.

STENZEL, Raquel. Jornal Folha de S. Paulo deixa de publicar conteúdo no Facebook. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/internetNews/idBRKBN1FS1K5-OBRIIN>. Acesso em: 2 de jun. 2019.

URIBE, Gustavo. Bolsonaro cumpre ameaça e exclui Folha de licitação da Presidência para assinatura de jornais. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/bolsonaro-cumpr-ameaca-e-exclui-folha-de-licitacao-da-presidencia-para-assinatura-de-jornais.shtml>. Acesso em: 14 de dez. 2019.

VIZOSO, Angel; LÓPEZ-GARCÍA, Xosé; Pereira-Fariña, Xosé. Habilidades tecnológicas como factor clave en el perfil del fact checker para la verificación de la información en la sociedad red. Communication Studies, Portugal, nº 27, vol. 1, p. 105-126, dez. 2018. Disponível em: <http://ojs.labcom-ifp.ubi.pt/index.php/ec/article/view/356>. Acesso em: 14 de maio. 2019.





INFORMAÇÃO COMO DIREITO: DESAFIOS E CAMINHOS DA INTERNET NO PIAUÍ

Resumo:

Analisa os dados referentes ao acesso à internet no Piauí. O aporte teórico é a Economia Política da Comunicação e foram examinados relatórios do setor público sobre as metas estabelecidas na Agenda 2030. Esta valida a importância da informação para as comunidades e como direito fundamental.

Palavras-Chave: Convergência Tecnológica; Direitos Humanos; Desenvolvimento Sustentável; Informação; Internet.

Nícolas Nunes Barbosa | Universidade Federal do Piauí
Raniel das Flôres Canuto | Faculdade R Sá.



1. INTRODUÇÃO

Há algumas décadas a sociedade está mergulhada em uma importante transformação tecnológica. As redes de telecomunicação atingiram grande velocidade. Essas mudanças continuam acontecendo e há uma tendência de a internet, em curto prazo, estar presente em todos os ambientes e relações humanas. A universalização desse serviço não é importante apenas para o lazer, mas também porque é utilizado largamente nas políticas públicas. (Martins, 2018; Mosco, 2018 e Santos, 2012).

Diante deste desafio, este artigo se propôs a fazer um diagnóstico da situação do estado do Piauí no cumprimento da meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Agenda 2030 acerca do tema.

Através da análise documental, consultou-se relatórios produzidos por diversos entes públicos para recolher os principais dados disponibilizados sobre a universalização do acesso às tecnologias analisadas no estado.

Para a análise, partiu-se da Economia Política da Comunicação com a intenção de entender como as organizações econômicas e políticas interagem no processo de universalização da internet. (Mosco, 2016).

2. ODS 9 E O ACESSO À INFORMAÇÃO

Os ODS fazem parte da Agenda 2030 desenvolvida pela ONU no ano de 2015. Os objetivos e metas traçados fazem parte de um processo que teve início na Conferência Rio+20 em 2012. No entanto, é possível remeter ao ano de 1987 quando a ONU define o conceito de Desenvolvimento Sustentável. A partir desse, a visão de desenvolvimento global passa a buscar a satisfação da geração atual e das futuras (PNUD, 2015).



Em 2000, o órgão multilateral lançou a Declaração do Milênio. Esta estabelecia os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deveriam ser alcançados até 2015. Os resultados foram considerados positivos. Dentro do objetivo de parceria mundial para desenvolvimento estava o acesso aos serviços de telecomunicações. O crescimento da penetração da internet de 6% em 2000 para 43% da população global foi celebrado. Também foi bem aceita a quase universalização do sinal de celular e o número de contratos de linhas telefônicas. (ONU, 2015)

As avaliações feitas pelo Governo Federal também foram positivas. Foram percebidos avanços no acesso à educação, reduções além do planejado na redução da extrema pobreza, houve mais acesso à água potável e melhorias na mortalidade infantil e no acesso de grávidas ao sistema de saúde. Os índices criados por cada país muitas vezes não cruzam com os formulados pela ONU e por isso o último relatório brasileiro não apresentou dados sobre as telecomunicações (IPEA, 2014).

Considerando que os resultados dos ODM foram favoráveis, em 2012 a ONU começou os processos de formulação da Agenda 2030 com os objetivos que deveriam ser alcançados até o respectivo ano. Em 2015 foram divulgados os ODS no documento Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Neste estão um diagnóstico da situação do planeta sobre sustentabilidade e crescimento, os 17 ODS e 169 metas a serem alcançadas pelos países.

Para fazer o acompanhamento e elaborar um plano de ação para os ODS no Brasil, o Governo Federal criou a Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em 2016. Esta inclui órgãos públicos dos níveis federal, estadual e municipal, as câmaras temáticas de cada ODS, entidades sem fins lucrativos, pesquisadores, universidades e o setor produtivo.



Para este estudo, o foco estará no ODS 9. Este recebe o nome de Indústria, Inovação e Infraestrutura. Os ODM são subdivisões dos ODS na Agenda 2030. O ODM 9.C para a ONU é “Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para procurar ao máximo oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020” (Comissão Nacional para os ODS, 2015).

Os países têm liberdade para adequar alguns dos objetivos à sua realidade. O governo brasileiro acrescentou ao texto a busca pela garantia de qualidade, privacidade, proteção de dados e segurança cibernética (IPEA, 2019). Também existe o índice 9.C.1 que se refere à quantidade de pessoas atendidas por rede móvel, por tipo de tecnologia (Comissão Nacional para os ODS, 2019).

Na última análise do governo brasileiro, o ODM 9.C é um dos que tem números positivos. Há um incremento no número de smartphones e na quantidade de pessoas que tem acesso à internet banda larga. Os principais programas que devem ajudar no atingimento da meta são o Internet para Todos, Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital), Lei Geral de Telecomunicações e a Lei Geral de Proteção de Dados. Os principais relatórios de acompanhamento são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua e a Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) Domicílios (IPEA, 2019).

Existem contradições se alguns desses programas realmente podem ajudar a universalizar o acesso à internet. No caso da Lei Geral de Telecomunicações, por exemplo, as críticas são para a completa privatização do sistema fixo por meio da passagem do regime de concessão para autorização. Além de passar um patrimônio avaliado em R\$100 bilhões de reais gratuitamente para empresas privadas, não existem exigências claras de expansão do serviço para pessoas sem acesso a serviços comerciais. Em fórum, as empresas de telecomunicações definiram a aprovação da lei pelo Congresso



como algo central para a universalização da Internet das Coisas e para as Cidades Inteligentes (Martins, 2018).

Para o MCTIC (2018), a E-Digital pode impactar mais 5 ODS: Erradicação da pobreza, Fome Zero, Saúde e Bem-estar, Educação de Qualidade e Combate às alterações climáticas.

3. RECONFIGURAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

Para a compreensão da importância da universalização da internet no desenvolvimento sustentável e uma análise mais completa de como funciona a ampliação dessa rede é necessário entender o macrossetor das telecomunicações.

Uma questão central desse nas últimas 4 décadas é a convergência tecnológica. O que inicia esse estado é a digitalização que permite o uso de uma mesma base técnica por telefonia, informática e audiovisual (Santos, 2012). Isso vai permitir que, hoje, telefones sejam capazes de acessar a internet para assistir vídeos, por exemplo.

Outras áreas econômicas são acrescentadas à convergência. A alta capacidade de armazenar e transmitir dados das máquinas atuais também passam a ser centrais no setor de telecomunicações. Isso mostra-se representativo nos atuais planos de empresas de telefonia que não oferecem mais minutos, mas sim pacotes de dados. A produção de conteúdos para a rede é dependente dessa mistura de bases técnicas.

A saída do controle estatal para o mercado também é uma marca das mudanças do setor de telecomunicações nas últimas 4 décadas. As redes de rádio e TV construídas no século XX foram feitas na maioria dos países a partir de uma ligação entre Estado Nacional e grandes empresas, com algumas diferenças. (Bolaño, 2017).

Institucionalmente, 4 mudanças acontecem que direcionam o poder para os mercados. Uma delas é a privatização das estruturas públicas que passam a ser apenas fiscalizadas do setor privado. A segunda é a liberalização permitindo



a abertura dos mercados e a quebra de monopólios. A terceira é a saída do interesse público como centralidade da regulação para a entrada da garantia de um ambiente de negócios saudável. Por último, o setor público é compelido a ter o mesmo modelo de organização das corporações. (Golding e Murdoch, 2002).

Esse cenário tem sido permissivo com a concentração dos diversos segmentos que convergem. As empresas competem e se unem com as de outros setores de acordo com a sua estratégia de negócios e sem os Estados terem capacidade analítica de notar se aquilo prejudica o ambiente de negócios e muito menos se é contra o interesse público. (Mosco, 2016) A partir dessas mudanças neoliberais, surgem características que geram mais contradições. É criada uma maior possibilidade de os indivíduos produzirem e circularem conteúdos produzidos por eles mesmos a um custo baixo. No entanto, existe uma desigualdade muito grande no acesso a esses meios de circulação e de produção. Além disso, a tendência de concentração nas plataformas de distribuição tende a retomar os problemas do modelo anterior (Bolaño, 2017 e Golding e Murdoch, 2002).

É o que acontece no caso das plataformas digitais. Os Estados Nacionais precisam se aliar a essas empresas para desenvolver suas políticas públicas de tecnologia. Esse é o caso do contrato milionário entre o governo norte-americano e a Amazon para armazenamento de dados. Além das empresas americanas, ganham protagonismo as empresas chinesas, como no caso da participação da Huawei no Projeto Piauí Conectado (Valente, 2019 e Mosco, 2018).

A liberdade de transmitir e expressar opiniões está relacionada a esse processo econômico do setor de telecomunicações. Existiu uma fase pré-industrial aonde a produção de conteúdos estava ligada em geral à religião, ao apoio de um mecenas ou apenas à venda de material. No entanto, a industrialização e a urbanização mudaram esse cenário e quem pretende emitir suas opiniões e mostrar sua cultura está sub-



metido a essas estruturas de mercado que geralmente são complexas e possuem vários intermediários. (Lopes, 2017).

Mantém-se a importância das questões políticas, simbólicas e demais aspectos sociais, mas a lógica das indústrias culturais é de fazer o valor de uso se transformar em um valor de troca. Por isso, é colocada a necessidade de, desde a sua concepção, a ação cultural ser racionalizada a partir da lógica de mercado. (Miége, 2007).

As chamadas indústrias de rede deixam de atingir um público massificado e partem para a segmentação. A circulação da informação fica sob controle de programadores que não possuem vínculo formal com os produtores de conteúdo. Quanto maior a quantidade de indivíduos produzindo conteúdos para um mesmo serviço, maior a utilidade do mesmo. (Bolaño, 2017 e Lopes, 2017)

4. O ACESSO À INTERNET NO PIAUÍ

Para examinar o acesso da população piauiense à internet e notar se ela está próxima de ter um direito amplo ao consumo de informação e transmitir suas ideias e opiniões através dessa rede, este estudo analisou diversos relatórios que o Ipea sugere para acompanhamento da ODS 9.C.

Entre estes estão incluídos: o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU) e da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital (E-Digital). Também são fontes de dados: a PNAD Contínua, a TIC Domicílios e relatórios produzidos pela Anatel e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Telecomunicações (MCTIC).

Recolheu-se do Governo do Piauí as informações referentes ao projeto de parceria público-privada Piauí Conectado. Este é conduzido pela Superintendência de Parcerias e Concessões (Suparc).

Um desses relatórios não produz dados individualizados por Estado. Este foi parcialmente excluído da análise por



não contribuir para o objetivo do estudo sobre acesso à internet no Piauí. É o caso da TIC Domicílios (Cetic, 2018).

A exclusão desta tornou o acompanhamento do PGMU inconclusivo, já que este objetiva universalizar o acesso à telefonia fixa. Aquela apontaria o número de piauienses que utilizam cabos de cobre para acesso à rede, mesma estrutura dos telefones residenciais. No entanto, não existem dados detalhados por estado.

Os relatórios produzidos pelo MCTIC também são pouco conclusivos e não permitem análises críticas. O relatório Dados do Setor de Telecomunicações, principal disponibilizado pelo órgão, é apenas uma consolidação de informações produzidas pela Anatel, IBGE e outras entidades (MCTIC, 2019).

Excluídos esses trabalhos, foca-se a análise documental nos demais anteriormente citados. Essa é semelhante à pesquisa bibliográfica. A principal diferença é que a primeira é feita em materiais que ainda não receberam tratamento analítico (Gil, 2008). Para este artigo, o foco foi apenas em documentos oficiais.

Apesar de não possuir dados discriminados por estado, a PNAD Contínua é importante porque mostra como é o uso da internet pelos brasileiros. Os dados apontam que 69,9% tem acesso à rede. Desse total de usuários, 97,0% utilizam celular, 56,6% utilizam computador, 16,3% acessam pela televisão e 14,3% preferem utilizar a internet através de tablet.

Sobre os conteúdos, a pesquisa aponta que 95,5% utiliza a rede para envio e recebimento de mensagens, voz e imagens por meio de aplicativos (diferentes de e-mail). 83,8% utilizam para conversar por chamada de voz ou vídeo, 81,8% utilizam para assistir a vídeos, programas, séries e filmes, enquanto 66,1% dos usuários de internet utilizam o meio para enviar ou receber e-mails. A pesquisa aponta ainda que 75,2% da população que não usa internet alega que não sabe usar ou não tem interesse.



Nos 17 687 mil domicílios do País em que não havia utilização da Internet em 2017, os motivos que mais se destacaram para não a usar foram: falta de interesse em acessar a Internet (34,9%), serviço de acesso à Internet era caro (28,7%) e nenhum morador sabia usar a Internet (22,0%). O motivo de o serviço de acesso à Internet não estar disponível na área do domicílio abrangeu 7,5% das residências em que não havia utilização da Internet e o motivo de o equipamento eletrônico para acessar a Internet ser caro, 3,7% (IBGE, 2017).

O Nordeste é a região que apresenta maior crescimento do uso da internet com aumento de 6,1%: subiu de 52,3% em 2016 para 58,4% em 2017.

A Anatel lista todos os municípios que tem estrutura para fibra ótica por meio de infraestrutura de redes de telecomunicações de alta capacidade. No relatório Municípios com fibra de 2019, apenas 21% das cidades do Piauí tem acesso mediante este tipo de tecnologia. Este é o menor percentual do país. Esses dados têm uma defasagem por que são declarados pelas próprias empresas prestadoras do serviço de internet. Com uma rápida busca no Google é possível notar que cidades que possuem fibra ótica não estão no relatório.

Outras atualizações produzidas pela agência são sobre a qualidade das redes de banda larga fixa e móvel. Quanto à banda larga fixa, as estatísticas de evolução das operadoras mostram que os acessos no Brasil cresceram de 25,5 milhões em dezembro de 2015 para 28,9 milhões em dezembro de 2017. (Anatel, 2017)

As operadoras não convencionais foram as que tiveram maior crescimento, enquanto as operadoras que estão estabelecidas no mercado perdem acessos. Em 2015, a Claro aparecia comandando as estatísticas com 32,3% dos acessos, seguida da Vivo com 28,6%, da Oi com 24,7% e as operadoras não convencionais com 14,4%. Em setembro de 2019,



a Anatel apresenta que a Claro detém 29,2%, as pequenas operadoras 28% e a Vivo caiu para 22%.

No Piauí, as grandes empresas têm 66,7% do mercado, enquanto as pequenas têm 33,3%. Quanto à velocidade, os planos entre 2 e 12MB são usados por 34% dos piauienses, os de acima de 34MB tem 26% dos consumidores e 17% dos habitantes do Piauí tem velocidades que variam apenas entre 512KB e 2MB. 20% dos piauienses tem banda larga fixa em seu domicílio. Os destaques são para as cidades de São Gonçalo do Piauí, São Raimundo Nonato e Teresina que tem acima de 50% neste índice. Alagoinha, Caldeirão Grande, Currais, Nossa Senhora de Nazaré e Cocal dos Alves tem menos de 1% das casas com internet (Anatel, 2019).

Figura 1 – Indicadores de qualidade da banda larga fixa

Grupo do Indicador	Mnemônico	Indicador	Descrição	Meta
Grupo Reação do Usuário	SCM1	Taxa de Reclamações	Razão entre o total de reclamações recebidas na prestadora em todos seus canais de atendimento, e o número total de acessos, no mês.	≤ 6% (até out13) ≤ 4% (até out14) ≤ 2% (a partir de nov14)
Grupo Reação do Usuário	SCM2	Taxa de Reclamações na Anatel	Razão entre o total de reclamações recebidas na Anatel em desfavor da prestadora, e o total de reclamações recebidas na prestadora em todos seus canais de atendimento, no mês.	≤ 4% (até out13) ≤ 3% (até out14) ≤ 2% (a partir de nov14)
Grupo Reação do Usuário	SCM3	Taxa de Reclamações Reabertas na Prestadora	Razão entre o total de reclamações com reaberturas na prestadora, e o total de reclamações recebidas na prestadora em todos seus canais de atendimento, no mês.	≤ 15% (até out13) ≤ 12% (até out14) ≤ 10% (a partir de nov14)
Grupo Redes	SCM4	Garantia de Velocidade Instantânea Contratada	Razão entre a quant. de medições em que o resultado final foi igual ou superior ao percentual da velocidade contratada, e o total de medidas realizadas com validade estatística, no mês.	≥ 95%
Grupo Redes	SCM5	Garantia de Velocidade Média Contratada - Download	Razão entre o somatório dos valores obtidos nas medições de velocidade instantânea de Download, em percentual da velocidade máxima contratada, e o total de medidas realizadas com validade estatística, no mês.	≥ 60% (até out13) ≥ 70% (até out14) ≥ 80% (a partir de nov14)
Grupo Redes	SCM6	Latência Bidirecional - Terrestre	Razão entre a quant. de medições cujo resultado final permaneceu igual ou inferior à latência de até 80 milissegundos (estabelecido para o Terrestre), e o total de medidas realizadas com validade estatística, no mês.	≥ 85% (até out13) ≥ 90% (até out14) ≥ 95% (a partir de nov14)
Grupo Redes	SCM7	Variação de Latência	Razão entre a quant. de medições cujo resultado final permaneceu igual ou inferior à variação de latência de até 50 milissegundos, e o total de medidas realizadas com validade estatística, no mês.	≥ 80% (até out13) ≥ 90% (até out14) ≥ 95% (a partir de nov14)
Grupo Redes	SCM8	Taxa de Perda de Pacote	Razão entre a quant. de medições cujo resultado final permaneceu igual ou inferior a 2% dos pacotes descartados, e o total de medidas realizadas com validade estatística, no mês.	≥ 85% (até out13) ≥ 90% (até out14) ≥ 95% (a partir de nov14)
Grupo Redes	SCM9	Taxa de Disponibilidade	Razão entre a quant. de medições cujo resultado final permaneceu igual ou superior à disponibilidade mensal de 99%, e o total de medidas realizadas com validade estatística, no mês.	≥ 85% (até out13) ≥ 90% (até out14) ≥ 95% (a partir de nov14)
Grupo Atendimento	SCM10	Taxa de Atendimento pelo Atendente em Sistemas de Autoatendimento	Razão entre o total de chamadas atendidas pelas telefonistas em até 20s nos Sistemas de Autoatendimento da prestadora, quando esta opção for selecionada pelo usuário, e o total de tentativas de acesso às telefonistas, no dia de coleta.	≥ 80% (até out13) ≥ 85% (até out14) ≥ 90% (a partir de nov13)
Grupo Atendimento	SCM11	Taxa de Instalação do Serviço	Razão entre o total de solicitações de instalação em até 10 dias úteis, e o total de solicitações de instalação recebidas na prestadora, no mês.	≥ 90% (até out13) ≥ 95% (a partir de nov13)
Grupo Atendimento	SCM12	Taxa de Solicitações de Reparo	Razão entre o total de solicitações de reparo recebidas na prestadora, e o número total de acessos, no mês.	≤ 8% (até out13) ≤ 7% (até out14) ≤ 5% (a partir de nov14)
Grupo Atendimento	SCM13	Taxa de Tempo de Reparo	Razão entre o total de solicitações de reparo atendidas em até 24h, e o total de solicitações de reparo recebidas na prestadora, no mês.	≥ 90% (até out13) ≥ 95% (a partir de nov13)
Grupo Atendimento	SCM14	Taxa de Resposta ao Assinante	Razão entre o total de solicitações de serviços ou pedidos de informação recebidos e respondidos em até 5 dias úteis, e o total de solicitações de serviços ou pedidos de informação, recebidos pela prestadora no mês mais os relativos aos meses anteriores e ainda não respondidos ao assinante.	≥ 90% (até out13) ≥ 95% (a partir de nov13)

Fonte: Qualidade da Banda Larga Fixa, Anatel



Quanto à qualidade, os indicadores considerados pela Anatel estão na Figura 1. Os principais sobre uso de dados são numerados de 4 a 9. Entre todos os itens, no Piauí 55,6% deles são atingidos pelas operadoras. Isso coloca o estado na 21ª colocação, apenas 4 pontos percentuais acima do pior. Ao prestar o serviço de banda larga fixa para os piauienses, a Claro atinge 76,7% dos indicadores, a Sky consegue 73,3%, a Vivo chega a 51,7% e a Oi apenas a 15,5%. Os pequenos provedores não são avaliados ainda.

Quanto à banda larga móvel, a Anatel realiza a avaliação da qualidade da internet móvel de acordo com os Códigos Nacionais (CN) e Unidades da Federação (UF) por meio de indicadores que avaliam a existência de congestionamentos ou quedas de conexão (voz e dados 2G, 3G e 4G) em 5.570 municípios.

A agência disponibiliza uma lista de municípios críticos, na qual constam locais que não cumprem os patamares mínimos de qualidade. No Piauí, em 2019, estão apenas Lagoa do Piauí, Miguel Alves, Piripiri e Luzilândia. Segundo o relatório Fiscalização Municipal da Telefonia Móvel de 2019, 65% das cidades piauienses tem acesso ao 4G. Entre estes, apenas 18% são atendidos por mais de uma operadora. Apenas Altos, Campo Maior, Capitão de Campos, Esperantina, Floriano, Luís Correia, Luzilândia e Teresina tem concorrendo Claro, Vivo e Tim, que são as 3 únicas empresas que oferecem a tecnologia 4G no Brasil, ou seja, tem a concorrência perfeita possível no modelo de serviço mais avançado do setor.

Hoje, sete operadoras detêm a concessão de internet móvel no Brasil, são elas: Algar, Claro, Nextel, Oi, Tim, Vivo e Sercomtel. No Nordeste e no Piauí operam Claro, Vivo, Tim, Oi e Nextel. Elas são avaliadas a partir de 14 indicadores que estão dispostos na Figura 2. No estado, a Claro atinge a meta em 78,2% dos itens, a Vivo em 76,3%, a Nextel em 73%, a Tim em 69,4% e a Oi em 64,4%.

Os dados sobre a qualidade da transmissão de dados estão concentrados nos SMP 8,9 e 10. No entanto, o relatório



Qualidade da Telefonia Móvel 2017, que é o último produzido, não tem esses 3 discriminados por UF. Eles estão separados apenas por empresa. Nota-se que os itens 8 e 9, em geral, são atingidos por todas as operadoras. O 10, apenas Claro e Vivo atingem. Isso a partir dos indicadores nacionais.

Outra estatística considerada importante para o ODS 9 é a quantidade de smartphones. A PNAD Contínua não disponibiliza esse dado por UF, apenas nacional e por região. Mas a Anatel fornece estatística sobre a densidade dos acessos por telefonia móvel por estado e município, o que permite uma aproximação.

Figura 2 – Indicadores de qualidade da rede móvel de internet

Grupo do Indicador	Mnemônico	Indicador	Descrição	Meta
Grupo Reação do Usuário	SMP1	Taxa de Reclamações	Razão entre o total de reclamações recebidas na prestadora em todos seus canais de atendimento, e o número total de acessos, no mês.	≤ 1%
Grupo Reação do Usuário	SMP2	Taxa de Reclamações na Anatel	Razão entre o total de reclamações recebidas na Anatel em desfavor da prestadora, e o total de reclamações recebidas na prestadora em todos seus canais de atendimento, no mês.	≤ 2%
Grupo Redes	SMP3	Taxa de Completamento de Chamadas para o Centro de Atendimento	Razão entre o total de chamadas originadas na rede da prestadora e atendidas nos Sistemas de Autoatendimento, e o total de tentativas de chamadas, contadas a partir da alocação do canal de voz, no dia de coleta e em cada PMM.	≥ 95%
Grupo Redes	SMP4	Taxa de Completamento	Razão entre o total de chamadas originadas completadas, e o total de tentativas de originar chamadas, contadas a partir da alocação do canal de voz, no dia de coleta e em cada PMM.	≥ 67%
Grupo Redes	SMP5	Taxa de Alocação de Canal de Tráfego	Razão entre o total de acesso aos canais de sinalização e controle e aos canais de tráfego, para se estabelecer uma chamada, e o total de tentativas de acessar tais canais, no dia de coleta e em cada PMM.	≥ 95%
Grupo Redes	SMP6	Taxa de Entrega de Mensagem de Texto	Razão entre o total de Mensagens de Texto enviadas a partir da rede da prestadora e entregues ao usuário em até 60s, e o total de tentativas de envio, no dia de coleta.	≥ 95%
Grupo Redes	SMP7	Taxa de Queda de Ligações	Razão entre o total de chamadas interrompidas por queda de ligação, e o total de chamadas completadas, no dia de coleta e em cada PMM.	< 2%
Grupo Conexão de Dados	SMP8	Taxa de Conexão de Dados	Razão entre o total de conexões de dados estabelecidas, e o total de tentativas de conexão, no mês.	≥ 98%
Grupo Conexão de Dados	SMP9	Taxa de Queda das Conexões de Dados	Razão entre o total de quedas de conexões de dados, e o total de tentativas de conexão, no mês.	< 5%
Grupo Conexão de Dados	SMP10	Garantia de Taxa de Transmissão Instantânea Contratada	Razão entre a quant. de medições em que o resultado final foi igual ou superior ao percentual da taxa de transmissão máxima contratada, e o total de medidas realizadas com validade estatística, no mês.	≥ 95%
Grupo Conexão de Dados	SMP11	Garantia de Taxa de Transmissão Média Contratada - Download	Razão entre o somatório dos valores obtidos nas medições de Taxa de Transmissão Instantânea, em percentual da taxa de transmissão máxima contratada para o Download, e o total de medidas realizadas com validade estatística, no mês.	≥ 60% (até out13) ≥ 70% (até out14) ≥ 80% (a partir de nov14)
Grupo Atendimento	SMP12	Taxa de Atendimento pela Telefonista/Atendente em Sistemas de Auto-Atendimento	Razão entre o total de chamadas atendidas pelas telefonistas em até 20s nos Sistemas de Autoatendimento da prestadora, quando esta opção for selecionada pelo usuário, e o total de tentativas de acesso às telefonistas, no dia de coleta.	≥ 90%
Grupo Atendimento	SMP13	Taxa de Resposta ao Usuário	Razão entre o total de solicitações de serviços ou pedidos de informação recebidos e respondidos em até 5 dias úteis, e o total de solicitações de serviços ou pedidos de informação, recebidos pela prestadora no mês mais os relativos aos meses anteriores e ainda não respondidos ao usuário.	≥ 95%
Grupo Atendimento	SMP14	Taxa de Atendimento Pessoal ao Usuário	Razão entre o total de atendimentos presenciais com tempo de espera de até 30min, e o total de atendimentos presenciais, no dia de coleta.	≥ 95%

Fonte: Qualidade da Telefonia Móvel 2017, Anatel



Nesse item, o Piauí é o 15º estado brasileiro com maior densidade de aparelhos. A média brasileira é de 92% da população com esse equipamento acessando a internet, enquanto a porcentagem piauiense é de 88%. Entre estes, desde 2018 o uso da tecnologia 4G é o principal. Em setembro de 2019 essa foi utilizada em 59% dos acessos que se concentram nas únicas 3 grandes operadoras que oferecem o serviço (Anatel, 2019).

Floriano, Picos e Teresina são as cidades com maior quantidade de uso do smartphone. Todas elas têm densidade maior do que 100%. Ao mesmo tempo, em 72% dos municípios piauienses, menos da metade da população entram na rede pelo aparelho. (Anatel, 2019)

No âmbito estadual, o Projeto Piauí Conectado do Governo do Estado é uma parceria Público Privada que tem como objetivo criar infraestrutura necessária para levar internet de alta qualidade por meio de fibra ótica para 96 cidades piauienses. O contrato foi assinado em 5 de julho de 2018 com a empresa ganhadora da licitação. A brasileira Globaltask Tecnologia e Gestão S/A, em parceria com a chinesa Huawei, receberá R\$ 211 milhões e o prazo de concessão de 30 anos para implantar e manter esse projeto no estado (Suparc, 2019).

Ela deve distribuir 64GB para 96 municípios ligados por 5.000 quilômetros de fibra ótica. A proposta de transmissão de dados do Piauí Conectado é de distribuir a internet primeiramente para as cidades pelo através de centrais de rede de transporte (backbones) nos municípios de Água Branca, Campo Maior, Canto do Buriti, Oeiras, Parnaíba, Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato e Valença do Piauí que retransmitirão os dados para os municípios menores.

Os indicadores de qualidade do serviço serão acompanhados por uma comissão formada pela Suparc e pela Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí. Esta ainda está iniciando as atividades. Apesar da criação em julho de 2018, ela foi alterada por portaria publicada no Diário



Oficial do Estado do dia 2 de setembro de 2019. Ela deverá acompanhar pouco mais de 100 indicadores subdivididos em 13 grupos que vão desde a qualidade da internet até acompanhamentos de telemedicina, televigilância e soluções educacionais (Suparc, 2019).

A E-Digital foi lançada em 2018 para substituir o Plano Nacional de Banda Larga. Ela é composta por 2 eixos temáticos, que são denominados Habilitadores e Transformação Digital. O primeiro abrange medidas essenciais para criar um ambiente propício para o segundo e incluem: infraestrutura e acesso às tecnologias de informação e comunicação; pesquisa desenvolvimento e inovação; confiança no ambiente digital; educação e capacitação profissional; e dimensão internacional. No eixo 2 estão a transformação digital da economia, da cidadania e do governo (MC-TIC, 2018).

Os indicadores propostos para acompanhamento da E-Digital são os mesmos sugeridos pelo IPEA para a ODS 9.C. São acrescidos, no entanto, mais de 100 indicadores internacionais originados da ONU e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Para esse estudo, eles não ajudam no objetivo porque são dados por nação, mas podem direcionar futuros novos relatórios sobre tecnologia da informação que serão produzidos sobre municípios e estados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem políticas públicas para melhorar o acesso da população brasileira à internet, mas estas estão distantes de serem efetivas. Nota-se que há o acompanhamento do Estado brasileiro e das entidades supranacionais sobre o avanço das estruturas de telecomunicações, mas sem que eles participem da implantação dos serviços.

Para a expansão da rede no Piauí, foi necessária a parceria público privada com uma empresa privada que é parceira de uma multinacional chinesa. Para expandir a internet por



locais que não interessam comercialmente às grandes empresas, precisa-se do surgimento de pequenos provedores particulares que ainda não tem sua qualidade verificada.

Nas redes móveis o que existe é um oligopólio entre apenas 3 grandes empresas. Estas competem apenas nos grandes mercados. Em geral, as médias e pequenas cidades recebem o sinal 4G de uma delas apenas. É preciso acompanhar os próximos passos de banda larga móvel com foco no 5G para que não se amplie a exclusão das populações dos municípios menores.

Os dados mostram que longe dos grandes centros ainda há muito o que fazer para que a população tenha a acesso à informação. Com relação à internet, a limitação de velocidade e a qualidade são problemáticas. A medida que a internet evolui, os conteúdos exigem mais velocidade e uso de dados para que a navegação não seja prejudicada ou interrompida.

Paga-se caro para ter uma transmissão de dados com maior qualidade. Esse é um fator que isola a população do acesso à internet. As políticas públicas para a democratização da informação existem, mas ainda são tímidas. No interior, essas estratégias ainda estão longe de promover oportunidade igual de acesso à internet às diferentes classes sociais.

O analfabetismo digital também é um fator que pesa para a inclusão digital dos municípios do interior e principalmente das áreas rurais mas que não pôde ser verificado. Antes ou durante a criação da infraestrutura para levar a internet para a população é necessário capacitar essas pessoas para que o acesso à informação seja efetivo.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Mapeamento de redes de transporte. Brasília. 2019

Qualidade da Telefonia Móvel: Relatório de indicadores de desempenho operacional. 2017. Disponível em: <anatel.gov.br/



dados/control-de-qualidade/control-telefon-ia-movel>. Acesso em: 30 de out de 2019.

Qualidade da Banda Larga Fixa: Relatório de indicadores de desempenho operacional. 2017. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/dados/component/content/article/125-chamadas/280-dados-abertos>>. Acesso em: 30 de out de 2019.

Dados abertos: painéis. 2019. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/paineis/aceessos>>. Acesso em: 07 de nov de 2019.

Relatório de acompanhamento do setor de telecomunicações: serviço de comunicação multimídia – Banda Larga Fixa. Brasília. 2018.

BOLAÑO, C. R. S. Economia Política da internet: Jornalismo Online. São Cristovão: Editora UFS. 2017

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. Pesquisa sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros. São Paulo. 2019.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Agenda 2030: Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura. Disponível em: <<https://ods-brasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=9>>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

GIL, A .C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. cap. 15. p. 156-180.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>>. Acesso em: 30 de out. de 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Cadernos ODS: ODS 9. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190524_cadernos_ODS_objetivo_9.pdf>. Acesso em 30 de out. de 2019.

Objetivos de desenvolvimento do milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3205>>. Acesso em: 30 de out. de 2019.

LOPES, D. M. M da S. Communication and culture in the business core. Teknokultura, vol. 14(2) 2017b, p. 323-338

MARTINS, Helena. Telecomunicações: universalização segue distante , limitando o exercício de direitos. In.: INTERVOZES. Direito à Comunicação no Brasil 2018. Disponível em: <<https://intervozes.org.br/arquivos/interliv013dircom8.pdf>>. Acesso em: 30 de out de 2019.

MIÈGE, Bernard. As indústrias culturais e mediáticas: uma abordagem socio-econômica. Matrizes. São Paulo: USP, n. 1, p. 41-54, out. 2007.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES. Dados do Setor de Telecomunicações. set, 2019. Disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/indicadores_comunicacoes.html>. Acesso em: 07 de nov de 2019.



_____. Estratégias Brasileira para a transformação digital. 2018. Disponível em: <<http://www.mctic.gov.br/mctic/export/sites/institucional/estrategiadigital.pdf>>. Acesso em: 30 de out de 2019.

MOSCO, V. Economia Política do Jornalismo. In: DOURADO, J. L.; LOPES, D. M. M. da S. e MARQUES, R. (Orgs.). Economia Política do Jornalismo: Tendências, perspectivas e desenvolvimento regional. 1.ed. Teresina: Edufpi, 2016. cap. 2. p. 43-68.

_____. New Media: the next internet. In: DOURADO, J. L.; LOPES, D. M. M. da S. ; MARQUES, R.; MOSCO, V. e TEIXEIRA, J. F. Political Economy of Journalism: New (and old) logics of production and consumption. 1 ed. Teresina: Edufpi, 2018. cap. 1. p. 13-30

MURDOCK, Graham e GOLDING, Peter. Digital Possibilities, market realities: the contradictions of communications convergence. Socialist Register. v.38, p.111-129, 2002. Disponível em: <<http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5779#.V3sSVfkrLIU>>. Acesso em: 04 de nov. de 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. The millennium development goals report 2015. Disponível em: <<https://na-coesunidas.org/wp-content/uploads/2015/07/MDG-2015-June-25.pdf>>. Acesso em 5 de nov. de 2019.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<https://na-coesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

PIAUÍ. Portaria SUPARC nº 16, de 2 de setembro de 2019. Institui e nomeia os membros do Comitê de Monitoramento e Gestão – CMOG para fiscalização do SPE Piauí Conectado.



Diário Oficial do Estado do Piauí, Poder Executivo, Teresina, PI, 02 set. 2019, p.12.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>>. Acesso em: 30 de out de 2019.

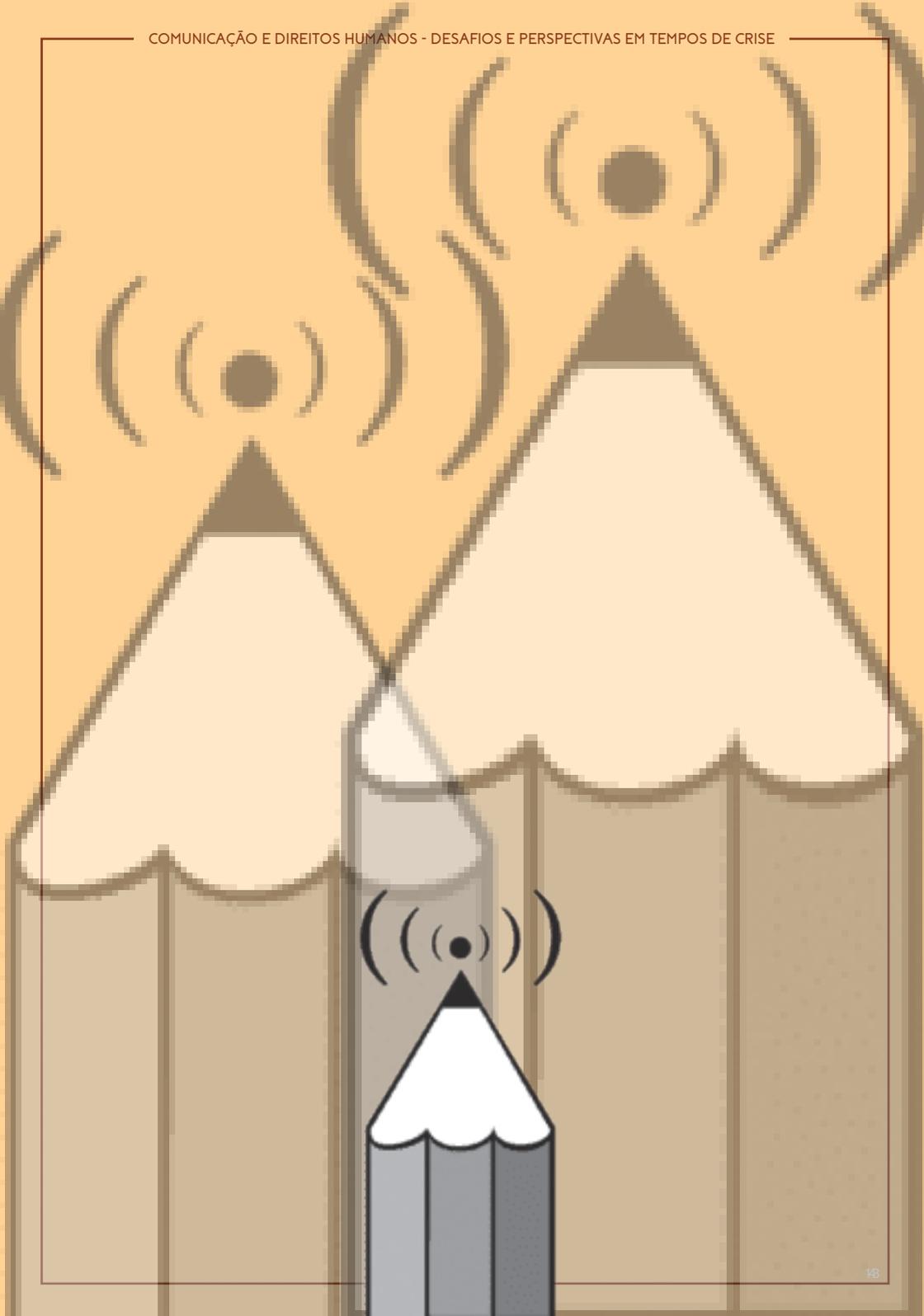
_____. Transformando Nosso Mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/Agenda2030-completo-site.pdf>. Acesso em: 2 de nov. de 2019.

SANTOS, V. Dimensões e Implicações da Convergência Tecnológica no Macrossetor das Comunicações. In: BRITTOS, V. e LOPES, R. S. Políticas de Comunicação e Sociedade. 1 ed. São Paulo: Intercom, 2012, cap. 1, p. 19-36.

SUPERINTENDÊNCIA DE PARCERIAS E CONCESSÕES. Concessão administrativa para construção, operação e manutenção de infraestrutura de transporte de dados, voz e imagem, incluindo serviços associados para o Governo do Piauí: Anexo IV – Indicadores de Desempenho. Disponível em: <<http://www.ppp.pi.gov.br/ppptest/index.php/projetos/contratados/piaui-conectado/>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

VALENTE, Jonas. Tecnologia, informação e poder: das plataformas online aos monopólios digitais. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334174421_Tecnologia_Informacao_e_Poder_das_plataformas_online_aos_monopolios_digitais_tese_de_doutorado_Technology_information_and_power_from_online_plataforms_to_digital_monopolies_PhD_thesis . Acesso em 30 de outubro de 2019.





COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Resumo:

O presente trabalho propõe pensar a comunicação na atualidade a partir do lugar ocupado por ela no mundo contemporâneo, tendo em mente fenômenos comunicativos presentes na era da Globalização bem como a correlacionando com a Educação enquanto direito fundamental. O artigo pretende promover uma reflexão teórica acerca do espaço conquistado pela comunicação, levando em conta termos como contemporaneidade, fenômenos comunicativos, globalização, educação e direitos humanos. Para tal, utilizando-se de Pesquisa Bibliográfica, foi elaborado com base, principalmente, nas ideias de Rubim (2000), Castells (1999), Moraes (2017), Melo (2001) e Alves (2005). Ao final, o que se percebe é a necessidade, cada vez maior, de aprofundamento das discussões dentro do campo da comunicação levando em conta que fenômenos como a globalização e os avanços tecnológicos afetam diretamente todo o processo comunicativo e que a educação é a base para uma sociedade igualitária e justa, sendo vital instigá-la, através dos meios de comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação, Globalização, Educação e Direitos Humanos.

Amanda Laís Pereira Noletto | Universidade Federal do Piauí
Samantha Viana Castelo Branco Rocha Carvalho |
Universidade Federal do Piauí



1 - INTRODUÇÃO

Para entender o lugar da Comunicação na atualidade, dentro do mundo contemporâneo e levando em conta aspectos da Era da Informação, é preciso entender como a Globalização e os avanços tecnológicos se encontram diretamente interconectados no atual contexto comunicacional e como este é constantemente afetado e construído na contemporaneidade.

Para Sfez (2007), nunca como antes, na história do mundo, falou-se tanto em comunicação. O ato de comunicar deixou de ser entendido apenas como a relação entre emissor x receptor, como outrora foi reconhecido e nunca, como agora, esteve tão presente em tantos e distintos campos.

A comunicação invade todos os campos: nas empresas, onde o setor de relações humanas, que não passava de um elemento entre outros, se torna preeminente; ainda nas empresas, onde o marketing outrora era aplicado ao produto, ao passo que hoje ele trabalha a imagem da própria firma; nos meios políticos, que só decidem depois de ouvir o marketing político e a imagem da marca e que doravante acreditam que uma linha política sem eco nas pesquisas de opinião não é assimilada; na própria imprensa, em que as colunas sobre “comunicação” florescem; no audiovisual, objeto de todas as cobiças políticas e publicitárias; na publicidade, que pretende alcançar maiores honrarias ao se autodominar “empresa de comunicação” [...] na ciência das organizações e da decisão, nas próprias ciências exatas, físicas e biológicas, contaminadas pelo vocábulo “comunicação” (SFEZ, 2007, p. 9 – 10).

Segundo o autor, o que se tem hoje é uma sociedade que fala cada vez mais e se entende cada vez menos e que não sabe mais, inclusive, se comunicar consigo mesma. É preciso perceber a comunicação enquanto “princípio único”



enraizado aos mais diversos setores como às tecnologias da informação, o marketing, à publicidade, entre outros. Premissa que vai desde a comunicação entre o homem e a natureza até a comunicação entre o homem e o computador, passando pela comunicação entre o homem e sociedade. Estas relações, e outras mais, caracterizam a comunicação enquanto significativo fenômeno dentro da atualidade, sendo este o objeto de reflexão proposto neste artigo.

Tal qual Sfez, Rubim (2000) atesta que “o imprescindível tema da incidência da comunicação na sociabilidade e das modalidades de sua conexão com a contemporaneidade, tem mobilizado um plural e dissonante núcleo de pensadores da atualidade” (p. 26), sendo, portanto imprescindível levar em conta estes atuais estudos quando há a urgência de se entender a atual sociedade estruturada e ambientada pela comunicação.

Partindo deste panorama, o presente trabalho pretende levantar uma reflexão teórica, a partir de pesquisas bibliográficas, acerca da relação existente entre os atuais fenômenos comunicativos – e a construção deste novo campo da comunicação, a globalização e a era da informação, imersa em uma sociedade em rede, correlacionando com a Educação enquanto direito humano fundamental e aporte necessário para conscientização e efetivação dos mesmos. A contextualização acima, sobre o papel da comunicação na atualidade, citando como ela encontra-se arraigada a tantos campos e caracterizada com múltiplas facetas, bem como as particularidades desta sociedade, é primordial porque oferece meios para a compreensão do processo comunicacional que, continuamente, será transformado sempre que quaisquer elementos deste contexto sofram modificações, alterando conseqüentemente todo o processo de entendimento dos direitos humanos e sua efetivação no meio social.

A escolha desta temática justifica-se, dentre alguns motivos, pela necessidade de aprofundamentos tendo como objeto de pesquisa a própria Comunicação. É necessário o



incentivo às reflexões desta natureza a fim de promover a atualização constante dos debates dentro do campo da comunicação, a partir de um movimento crítico, que oportunize condições sociais de produção do discurso científico e que favoreça o crescimento da autonomia deste campo científico na construção da ciência. Vale destacar, inclusive, que novos debates e questionamentos possibilitam a ruptura com padrões estáticos inscritos na própria lógica da história da ciência e que, segundo Bourdieu (1983), encontra nesta quebra de paradigmas estabelecidos, a continuidade da própria ciência. O avanço da ciência, para além do universo acadêmico, a partir de um rigor teórico-metodológico e da contribuição das pesquisas (pesquisadores), traz benefícios na construção sociocultural.

Es precisamente a través de la conquista del rigor teórico-metodológico y de la ampliación y consolidación del dominio de los saberes hasta ahora fragmentados en disciplinas, que nosotros, investigadores en ciencias sociales, podremos avanzar, desde el espacio académico, junto a nuestro tiempo sociocultural (LOPES; NAVARRO, 2005, p. 56)

Justifica-se ainda pelo fato de que há, cada vez mais, a integração de vários modos de comunicação, especialmente atrelados ao avanço das tecnologias e da Internet. De acordo com Castells (1999), pela primeira vez na história há a inserção em um mesmo sistema das “modalidades escrita, oral e audiovisual” (p. 414). Em outras palavras, com a modernidade e demais evoluções históricas, observaram-se grandes transformações em todos os ambientes, na dimensão sociocultural, na econômica, social, tecnológica e etc. Tais modificações resultaram na integração de textos, imagens, sons, vídeos e tecnologia, em uma rede de escala global, que mudou (e mudará) de forma fundamental o caráter da comunicação.

O citado autor afirma que a cultura é mediada e determinada por esta comunicação, portanto, as crenças, experiên-



cias, códigos e símbolos são transformados pelo sistema tecnológico e serão ainda mais com o passar dos anos. “O surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial está mudando e mudará para sempre nossa cultura” (p. 414), sendo elementar, em vista disto, propor investigações aprofundadas sobre a comunicação e seu papel na formação do comportamento social.

O objetivo geral deste artigo é projetar discussões teóricas, através de pesquisa bibliográfica, acerca do caráter da comunicação no presente, considerando fenômenos comunicacionais atuais resultantes das transformações advindas da globalização na era da informação e tendo como base os direitos humanos fundamentais e a educação para promoção do bem-estar social. Inicialmente trará um debate sobre o que é a Comunicação, algumas reflexões a respeito do lugar ocupado por ela no mundo contemporâneo e também um levantamento teórico sobre alguns elementos que atravessam o ato de comunicar-se, tendo em vista a Globalização e perspectivas como a modernidade, internet e avanços tecnológicos, que estão intimamente ligados ao fazer comunicacional. Em seguida, tratará sobre os Direitos Humanos a partir da conceituação dos mesmos, passando pelo contexto histórico até a efetivação, fazendo correlação com a Educação. Por fim pretende apontar, nas considerações finais, as principais interseções entre os conceitos expostos, bem como as principais observações e perspectivas quanto às respectivas temáticas dentro do decurso comunicacional presente na sociedade atual.

2 - COMUNICAÇÃO, FENÔMENOS COMUNICACIONAIS E GLOBALIZAÇÃO

Conforme Castells (1999), o que caracteriza o novo sistema de comunicação, fundamentado em uma rede de múltiplos modos de comunicação, é sua capacidade de “in-



clusão e abrangência de todas as expressões culturais” (p. 461). É exatamente devido a sua heterogeneidade, acrescida da diversificação e versatilidade, que o novo sistema de comunicação, definido também como “Era da Informação”, é capaz de abranger e integrar diversas formas de expressão, valores, e interesses. O desenvolvimento desta rede integrada tem consequências importantes para as formas e regimes sociais, alterando tempo, espaço, lugar e etc., ocasionando uma nova realidade, uma nova cultura.

O novo sistema de comunicação transforma radicalmente o espaço e o tempo, as dimensões fundamentais da vida humana. Localidades ficam despojadas de seu sentido cultural, histórico e geográfico e reintegram-se em redes funcionais ou em colagens de imagens, ocasionando um espaço de fluxos que substitui o espaço de lugares. O tempo é apagado no novo sistema de comunicação já que passado, presente e futuro podem ser programados para interagir na mesma mensagem. O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz de conta vai se tornando realidade (CASTELLS, 1999, p. 462).

Sobre o tema, Rubim (2000), declara que a comunicação não apenas altera a estrutura e configuração da sociabilidade atual, dentro de uma nova realidade – virtualidade real – ela é transpassada por “marcas” como espaço eletrônico, televidência e globalização, peculiaridades desta comunicação moderna pautada pela Internet, definida por Castells (1999) como sendo “a espinha dorsal da comunicação global mediada por computadores” (p. 431), e que está na essência desta sociedade global que trouxe (e ainda trará) uma verdadeira revolução às comunicações, com características como penetrabilidade, descentralização multifacetada e flexibilidade.



Tais atributos favorecem a expansão e intensificação da interação social em um mundo onde as pessoas se encontram conectadas tecnologicamente, minuto por minuto, ambientadas em um sistema de comunicação globalizada. “O processo de formação e difusão da Internet e das redes de CMC a ela ligada nos últimos 25 anos moldou de forma definitiva a estrutura do novo veículo de comunicação na arquitetura da rede, na cultura de seus usuários e nos padrões reais de comunicação” (CASTELLS, 1999, p. 441).

É preciso retomar as discussões propostas por Rubim (2000) a fim de entender como as “marcas” fabricadas pelas redes – mídias – desemborcam e alteram, por conseguinte, os fenômenos comunicacionais contemporâneos. O autor assegura que o espaço eletrônico emerge como um registrado desmaterializado, ou seja, constrói-se, dentro das comunicações em rede, em um espaço sem território que permite fluxos virtuais. A televivência é definida como “vivência a distancia” (p. 31), pois permite um deslocamento do lugar, fazendo desaparecer, inclusive, a presença física, transformando o ausente em presente, a partir de um âmbito simbólico por meio de signos. Por fim, a globalização, reforçada pela comunicação midiática, caracteriza-se pela “cotidiana disponibilização de um fluxo de signos e sentido provenientes de uma extração global e não apenas de um local contíguo” (p. 31).

Sobre Globalização é preciso, assim sendo, assimilar que se trata de um fenômeno vasto, denso e que, alinhado as inovações tecnológicas, ocasionou profundas mudanças na economia, nas relações sociais, na comunicação e nos mais diversos setores. É notória a complexidade desta “nova” realidade que desencadeou mudanças significativas na sociedade, incluindo acepções históricas a nível mundial em aspectos políticos, econômicos e informacionais. Quanto ao aspecto político, dois acontecimentos são apontados, segundo Silva (2018), como marco histórico da Globalização e que ajudam a compreender tal processo e as posteriores consequências: a queda do muro de Berlim, em 1989, e o revés político-ideológi-



co do século XX que intensificou a globalização da economia e as relações internacionais entre os diversos países. É baseado nesta dinâmica que ocorre a mundialização informativa, ou seja, a informação – comunicação – ganha dimensões que vão além das fronteiras pré-estabelecidas, sejam elas a nível geográfico, econômico, hierárquico ou social. A consequência imediata dessa transição é o acercamento das fronteiras tangíveis e simbólicas resultando em uma aproximação política, econômica, cultural e comunicacional entre os países numa expansão, cada vez mais acelerada, dos fluxos informacionais.

Sobre a Comunicação é possível afirmar que, utilizando as tecnologias – acontecem também aqui verdadeiras revoluções tecnológicas – ela permitiu uma aceleração da globalização auxiliada pela Internet, enquanto ferramenta de ligação global, o que resultou no surgimento da denominada “Aldeia Global” (McLuhan, 1974).

Quando do surgimento do termo globalização, o mundo passa a ser taquigrafado como “aldeia global”, “fábrica global”, “terra pátria”, “cidade global” e outras expressões adotadas como metáforas para explicar o revolucionário fenômeno mundial. Dentre tais alegorias, é propício contemplar o sugerido pela expressão “aldeia global”, translação bastante usada e que ajuda a problematizar o fenômeno de globalização e de regionalização da mídia. Trata-se de termo cunhado pelo filósofo e teórico da comunicação canadense, Herbet Marshall McLuhan na obra traduzida em português com o título “Os meios de comunicação como extensões do homem”, sempre presente nas obras sobre a temática (MORAES, 2017, p. 34 – 35).

A “aldeia global” vai evocar um horizonte de comunicação a partir de uma estratégia informacional reconhecida pelo estreitamento das distâncias e o encolhimento dos conceitos de tempo e espaço, colocando o mundo ao dispor de



todas as pessoas, superando os múltiplos obstáculos físicos e ideários. Sobre isso, Rubim (2000), destaca que antes se pressupunha sempre território, com a ideia de materialidade (coisas e objetos), e com o surgimento da rede – nesta mesma perspectiva de interconexão, globalização e aldeia global – os obstáculos são abolidos, desterritorializando e desmaterializando as barreiras. “Sua fluidez, volatilidade e dinâmica não se ancoram em territórios. Sua quase imaterialidade e invisibilidade buscam garantir velocidade e instantaneidade. A supressão do espaço e do tempo afirma-se como constitutiva das redes, sua novidade essencial” (p. 28).

Prosseguindo sobre esta nova sociedade, o referido autor também aponta alguns indicadores que legitimam esta realidade que é estruturada e ambientada pela comunicação, reconhecida enquanto sociedade da mídia, das redes. Seriam eles, primeiro, a expansão quantitativa da comunicação, através do número de redes disponíveis, em seguida, as novas modalidades de mídias a partir de uma diversificação das mesmas, depois o próprio papel desempenhado por esta comunicação midiaticizada, através de dispositivos e procedimentos que oportunizam experimentar a vida, a realidade e o mundo.

Um quarto indicador seria a presença e abrangência das culturas midiáticas que expandem as percepções, sentimentos e comportamentos socioculturais, em seguida, as ressonâncias sociais da comunicação midiaticizada na produção de significações e sensibilidades sociais e individuais, a prevalência das mídias como esfera de publicização, as mutações espaciais e temporais provocadas pelas redes e por fim, o crescimento volumoso dos setores voltados para produção, circulação, difusão e consumo de bens simbólicos. Tais índices permitem delinear as fronteiras desta sociedade “engolidas” pelas redes, tornando possível mensurar o ambiente construído pela comunicação.

Com isto, quanto à nova estruturação social, a globalização propicia mudanças nas relações entre os indivíduos



que passam a ser realizadas através de comunicação digital, o que certifica o panorama da sociedade apresentada até aqui, onde o acesso à informação por meio da internet é livre e possível. Com o aperfeiçoamento tecnológico, acrescido das redes e novos fluxos comunicacionais, os sujeitos passam a comunicar-se com maior rapidez e por meio de múltiplas inovações, com fluência dos espaços, promovendo uma globalização que modifica o modo como as coisas são postas, a forma como o mundo é pensado e estruturado, e o modo como as pessoas se inter-relacionam e constroem esse ambiente.

As interações face a face nem são mais a única forma de comunicação nem as mais usuais. As pessoas interagem, agora, com intensidade, por meio de dispositivos técnicos, a exemplo de telefones celulares, computadores, smartphones, iphones, tablets, notebooks, etc. A sociedade da informação torna as relações do homem com o meio, imbricadas e, às vezes, confusa. Através das TIC, redes de comunicação aceleram o processo de globalização com influências da mídia e da informática, favorecendo maior rapidez na comunicação, encurtamento de distancias, compartilhamento de arquivos. Enfim, inúmeras probabilidades surgem e ressurgem por meio de múltiplas inovações, que dão vida a um novo tipo de sociedade. Para Manuel Castells (1999), eis uma sociedade em rede ou um conjunto de nós interconectados (MORAES, 2017, p. 36 – 37).

Vale destacar o encontro do raciocínio desta autora em questão com as construções teóricas propostas por Lucien Sfez, expostas preliminarmente neste artigo, sobre o quanto a sociedade da informação torna as relações entre os sujeitos imbricadas, isto é, sobrepostas, de modo que proporciona uma comunicação por vezes “confusa”. Comunicação confusional fundada na soma de perspectivas globais (globalização), as TIC e a tecnologia, sendo impossível ordená-la e



esquemática-la, objetivamente, e, portanto, necessitando do entendimento de todos os horizontes fornecidos pela ciência, informática, tecnologia, economia, sociabilidade, fluxos comunicacionais e demais ambiências, como forma de compreender a atual realidade social e perceber, conseqüentemente, como se processa a atividade de comunicação em mundo verdadeiramente contemporâneo.

3- DIREITOS HUMANOS: VISÃO CONCEITUAL, HISTÓRICA E UMA ANÁLISE A PARTIR DA EDUCAÇÃO

Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. Segundo a Organização das Nações Unidas, foram definidos como sendo uma garantia fundamental e universal que visa proteger os indivíduos e grupos sociais contra as diversas ações ou omissões daqueles que atentem contra a dignidade da pessoa humana (ONU, 2020).

Os Direitos Humanos são direitos conquistados ao longo de toda história e hoje estão interligados com o objetivo de garantir a todos os direitos fundamentais a pessoa humana, independente da nacionalidade, sexo, religião, cor, ou qualquer outro aspecto que possa provocar diferenciação entre os seres humanos.

Assim como a expressão “pessoa humana”, a expressão “direitos humanos” também tem sido tema de grande debate, ao longo do tempo. Há autores que entendem que direitos humanos e direitos fundamentais são nomenclaturas sinônimas, mas a maioria concorda que existam diferenças conceituais. Falar em direitos fundamentais, simplesmente, elimina da expressão a importância das lutas que ocorreram para situar os direitos humanos em sua perspectiva histórica, social, política e econômica, no processo de transformação da civilização. Além disso, direitos humanos traz, no seu bojo, a ideia de reconhecimento e de proteção,



que direitos fundamentais não contêm, uma vez que são apenas as inscrições legais dos direitos inerentes à pessoa humana. Os direitos humanos não foram dados, ou revelados, mas conquistados, e muitas vezes à custa de sacrifícios de vidas (CASTILHO, 2018, p. 43).

Para Celso de Albuquerque Mello, os direitos humanos são concebidos de forma a incluir reivindicações morais e políticas que, no consenso contemporâneo, todo ser humano tem o dever de ter perante a sociedade ou o governo, e que devem ser reconhecidas como de direito e não apenas por amor ou caridade (MELLO, 2001).

Do ponto de vista histórico, o surgimento dos Direitos Humanos remontam, na visão de diversos autores, a exemplo de Comparato (2003) e Dallari (2004), remonta ao cenário da Idade Média, a partir da junção de concepções da Filosofia Cristã Católica e do Direito Natural (Jus Naturale).

Mas, já no início da Idade Moderna, os racionalistas desvinculam o caráter divino do Jus Naturale e passam a compreender o homem como possuidor de direitos irrevogáveis os quais não podem ser subtraídos em sociedade. Nesse cenário, o Humanismo traz contribuições valiosas no bojo do Renascimento, por reconhecer o valor do homem em sua totalidade e por procurar compreendê-lo no mundo (ABBAGNANO, 2003). Tais reflexões contribuem para acontecimentos históricos ligados, de forma estreita, ao fortalecimento das questões ligadas aos direitos humanos. A Magna Carta da Inglaterra do século XIII, aprovada em 1215, é considerada documento precursor de futuras declarações de direitos humanos, por ser um marco na limitação do poder absoluto do monarca inglês e na preeminência da lei. (FERREIRA FILHO, 2000). Ainda na Inglaterra, vale destacar, no bojo da Revolução Inglesa, que as prisões ilegais feitas pelos monarcas começaram a ser contestadas com o surgimento do Habeas Corpus (1679).

Embora relevantes essas iniciativas ocorridas no território inglês, se dá na América do Norte o surgimento da pri-



meira Declaração de Direitos, em 12 de janeiro de 1776, que trazia, em sua cláusula primeira, a seguinte proclamação: “todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes”.

Porém, é mister compreender que a legitimidade internacional hoje conferida aos direitos humanos não se constituiu de repente, mas, ao contrário, resulta de demorado processo histórico, composto por lutas e movimentos. Nesse sentido, Bobbio (2004, p. 25) destaca a importância de se tratar os direitos humanos como construções históricas, que nascem em determinadas circunstâncias e, por isso, não surgem “todos de uma vez e nem de uma vez por todas”.

Assim, a evolução histórica acerca dos direitos humanos detecta, ainda, a forte inspiração dos ideais iluministas e humanistas no cenário da Revolução Francesa. Hobsbawm (2001, p. 73) assinala que a França era, sob vários aspectos, a mais típica das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa. “Em outras palavras, o conflito entre a estrutura oficial e os interesses estabelecidos do velho regime e as novas forças sociais ascendentes era mais agudo na França do que em outras partes” (HOBSBAWN, 2001, p.73).

Nesse processo de ruptura com o passado, no transcorrer da revolução, em 26 de agosto de 1789, a Assembleia Nacional Francesa proclamou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a primeira declaração com pretensões universalizantes, a primeira carta de direitos que com ênfase no homem em sentido abstrato e não no povo de determinado espaço geográfico, em determinada era. Tornou-se documento de grande influência no contexto mundial, por modificar, estruturalmente, o panorama político europeu e por provocar reflexos nos movimentos revolucionários do mundo no século XIX.

Até o início do século XX, o status de cidadania era composto por direitos civis e políticos. Marshall (1967) observa que tais direitos exerciam pouca influência direta sobre a desigualdade social inscrita no sistema de classes. No referi-



do século, importantes contribuições para o pensar dos direitos humanos emergiram, valendo citar a Constituição Mexicana (1917), a Constituição Russa (1918) e a Constituição Weimar (1919). Apesar de não terem sido postas plenamente em prática, essas constituições significam movimentos de mudança em relação à maneira como, até então, a cidadania era reconhecida, uma vez que incorporam uma categoria inteiramente nova de direitos humanos, sinalizando um avanço na construção do Estado Social.

Entretanto, os horrores praticados durante as duas grandes guerras mundiais foram capazes de roubar a esperança no que tange a um verdadeiro avanço nos direitos humanos em escala global.

O nazismo e os demais fascismos legislaram e agiram contra a humanidade, praticaram políticas racistas, xenóforas e imperialistas, dividiram pessoas e populações entre as que deveriam viver e as que precisariam ser abolidas, tentaram o extermínio, por métodos industriais, de povos inteiros, e levaram 60 milhões de seres humanos a morrerem durante a guerra que deflagraram. (TRINDADE, 2002, p. 183).

O final da Segunda Guerra Mundial com a derrota das forças nazifascistas e do eixo que as apoiava, em 1945, abriu possibilidades para um novo pensar sobre os direitos humanos. A comunidade internacional enxergava a necessidade de resgatar a noção de direitos humanos e, mais que isso, estabelecer um documento que pudesse garantir que os horrores desse grande conflito jamais se repetissem. “As consciências se abriram, enfim, para o fato de que a sobrevivência da humanidade exigia a colaboração de todos os povos na reorganização das relações internacionais, com base no respeito incondicional à dignidade humana” (COMPARATO, 1999, p.200).



Assim, em 10 de dezembro de 1948, a terceira Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou o documento intitulado “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Ao proclamar os direitos fundamentais, a Organização das Nações Unidas (ONU) esclareceu que a existência de tais direitos independe de qualquer vontade ou formalidade, uma vez que são inerentes a pessoa humana, nenhum indivíduo, entidade, governo ou Estado tem legitimidade para retirá-los ou restringi-los.

O cerne da Declaração de 1948 consiste no reconhecimento de que compõem o âmbito dos direitos humanos todas as dimensões que disserem respeito à vida com dignidade – portanto, em direito, deixam de fazer sentido qualquer contradição, ou hierarquia, ou “sucessão” cronológica ou supostamente lógica entre os valores da liberdade e da igualdade. Sob o olhar jurídico, os direitos humanos passaram a configurar uma unidade universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada (TRINDADE, 2002, p.191).

Na avaliação de Bobbio (2004), somente após da Declaração Universal é possível a certeza histórica de que a humanidade partilha alguns valores comuns e que a universalidade dos valores é possível.

Vinte anos depois, em maio de 1968, foi realizada uma Conferência de Direitos Humanos em Teerã, capital do Irã, com o objetivo de examinar os progressos alcançados desde a aprovação da Declaração Universal e, com isso, elaborar um programa para o futuro.

Desse documento, se extrai, em seu art. 12, a afirmação de que “a crescente disparidade entre os países economicamente desenvolvidos e os países em desenvolvimento impede a realização dos direitos humanos na comunidade internacional” e, ainda, que “é necessário que cada país, em particular os países desenvolvidos, procure por todos os meios eliminar essa disparidade” (PROCLAMAÇÃO DE TEERÃ, 1968).



A Proclamação de Teerã externa uma preocupação relevante acerca do respeito aos direitos humanos quando aponta entraves à sua efetividade. De lá para cá, autores como Bauman (2000) e Beck (2002), ao analisarem a modernidade e a pós-modernidade e ao oferecem olhares sobre a globalização, apontam para panoramas que erguem entraves à efetivação dos direitos humanos.

Na visão de Alves (2005), ameaças aos direitos humanos sempre existiram. No entanto, os novos fatores parecem apresentar uma maior dificuldade de serem combatidos porque se encontram embutidos nos efeitos colaterais do anti-universalismo pós-moderno do mundo contemporâneo e da globalização econômica.

O Estado-nação, que durante boa parte do século XX posicionou-se como mediador dos conflitos entre capital e trabalho e desempenhou o papel de provedor de melhorias de vidas e garantidor dos direitos, passa, a partir dos anos 1950 e 1960, progressivamente, por uma situação de desencaixe (GIDDENS, 1991).

E, com o fenômeno da globalização, o Estado Nacional assiste à gradativa redução de sua soberania econômica, na medida em que suas ações dependem dos fluxos globais, e de sua legitimidade, em decorrência das dificuldades que encontra para atender as demandas amplificadas pela diferenciação social, pela fragmentação dos interesses e pelo alargamento da democracia.

Alves (2005) observa que, quando as populações excluídas do sistema produtivo mais precisam da segurança e assistência dos Estados Nacionais, estes enfrentam a relativização de sua soberania e a desmontagem de seu aparato institucional, o que resulta, entre outros aspectos, na fragilização da efetivação dos direitos econômicos e sociais. A própria ideia de cidadania e de direitos políticos perde substância diante desse enfraquecimento do Estado e do crescente protagonismo das empresas privadas.



Esse cenário delinea uma sociedade dinâmica e contraditória, em que a autonomia individual, a velocidade em que operam os sistemas midiáticos e informativos, a intensa competição no mercado de trabalho, as grandes desigualdades sociais, as epidemias, os índices de violência nas cidades, entre outros aspectos, evidenciam a necessidade de um repensar acerca das demandas sociais e dos direitos humanos para que possam ser erguidas condições para a efetivação dos direitos proclamados.

O empenho na criação dessas condições depende do nível de convencimento - da sociedade como um todo - de que a concretização dos direitos humanos é uma meta imprescindível para a vivência da cidadania plena e da dignidade por todos os habitantes do planeta. Em conclusão, a autora Dias (2007) afirma que a educação é o único processo capaz de tornar humanos os seres humanos, portanto, a educação não se caracteriza apenas como um direito da pessoa, mas é primordial para sua própria constituição pessoal e como cidadão. Assim sendo, e entendida como um direito inalienável de todos os seres humanos, deve ser ofertada a toda e qualquer pessoa a fim de contribuir com o processo de construção de uma sociedade igualitária, democrática e justa.

4 - CONSIDERAÇÕES

A Comunicação vai além da técnica, dos meios de comunicação, do dualismo emissor x receptor, está na construção social alcançada partir da consequente ruptura de proposições estabelecidas no campo científico, do objeto de estudo e das teorias da área. A ciência enquanto método purista, de conhecimento padrão aceito, esta suscetível de ser descartada, isto porque as ciências sociais, bem como as demais ciências, estão passíveis de (re)construção mediante conhecimentos que são criados, testados e revisados diariamente. Por isso mesmo, o conhecimento ora produzido, permanece em um



constante movimento de revisão através de novos estudos e reflexões.

Tal ambiência está imersa em uma modernidade/pós-modernidade que é profundamente globalizante e os resultados deste fenômeno, desestabilizador, desencadeiam um universo de eventos que apensam os indivíduos a ordenações de escala complexa e de alcance mundial. Trata-se de um processo sincrônico de transformações no íntimo dos sujeitos, ou seja, na subjetividade e ainda na organização social global.

A sociedade global, “aldeia global” ou sociedade da Era da Informação, disciplinada pela Internet, favorece a criação de novas comunidades, sociedades interativas (Castells, 1999), que afetam diretamente o grau de sociabilidade entre os sujeitos, provocando reviravoltas nesta nova forma social. Posto isto, observa-se que as comunidades, da sociedade em rede, oferecem um novo contexto para pensar a identidade humana (social) na era da Internet, disponibilizando subsídios importantes para compreender como se estabelece a comunicação na atualidade – contemporaneidade, fundada nos mais variados fluxos comunicacionais.

Para, além disso, a comunicação enquanto fenômeno em constante processo de construção e desconstrução – fenômeno por vezes desestabilizador conforme exposto até aqui, contribui diretamente com as reflexões e o entendimento acerca dos direitos humanos e principalmente da efetivação destes, haja vista que a informação circula e a comunicação acontece diariamente possibilitando, entre outras coisas, que o indivíduo entenda as ordenações sociais as quais está inserido. E neste sentido entenda e reverbere sobre o que são direitos humanos, em qual contexto histórico foram conquistados esses direitos e como favorecer o cumprimento dos mesmos.

Em síntese, certa reflexão foi possível a partir do instante em que, considerando as discussões teóricas propostas aqui, ponderou-se sobre a comunicação na atualidade, enquanto acontecimento de alcance mundial com características



heterogêneas, tendo como eixo as particularidades próprias da Era da Informação e da Globalização. Avança-se no percurso de debater e absorver como se dá estas reflexões em sua completude, a fim de interpretar, ao máximo, o contexto das aceleradas transformações na sociedade global. A proposta de discorrer sobre o tema, foi alcançada tendo em vista que o artigo expôs considerações pertinentes sobre o assunto, fundamentado, sobretudo nos conceitos que perpassaram todo o artigo.

5 - REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ALVES, J. A. L. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 2003.

ALVES, J. A. L. Direitos humanos na pós-modernidade. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOBBIO, N. A era dos direitos. São Paulo: Editora Campus, 2004.

BECK, U. Liberdade ou capitalismo. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

BAUMAN, Z. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. Em busca da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.



CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Ricardo. Direitos Humanos. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018, p. 43.

COMPARATO, F. B. Afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.

DIAS, Adelaide Alves. Da educação como direito humano aos direitos humanos como princípio educativo. In: Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teóricos-metodológicos/ Rosa Maria Godoy Silveira, et al. - João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p

FERREIRA FILHO, M.A. Direitos humanos fundamentais. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

HOBSBAWN, E. A era das Revoluções. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

LOPES, Maria Immacolata. O campo da comunicação: reflexões sobre seu estatuto disciplinar. Revista USP, São Paulo, n. 48, p. 46-57, dezembro/fevereiro. 2000-2001.

LOPES, Maria Immacolata; NAVARRO, Raúl. Reflexiones sobre el estatuto disciplinario del campo de la comunicación. In: LOPES, Maria Immacolata; NAVARRO, Raúl (comps). Comunicación: campo y objeto de estudio - perspectivas reflexivas latinoamericanas. México: Editora CUSSH, 2001. p 43-58.

MELLO, Celso de Albuquerque. Curso de direito internacional público. 13.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.



MORAES, Gislane. *Televisão e Regionalização: Tendências e perspectivas*. Teresina: Tv Cidade Verde/ Halley, 2017.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. O que são os direitos humanos? Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

RUBIM, Antonio. A contemporaneidade como idade média. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 4, n. 7, p. 25-36, 2000.

SFEZ, Lucien. *A Comunicação*. São Paulo: Martins, 2007.

SILVA, Julimar. *Regionalização Televisiva: análise da proposta da rede meio norte*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2018.

TRINDADE, J. D. de L. *História Social dos direitos humanos*. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2002.





A LITERATURA E A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA REDE PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS-MA

Resumo:

Desde o início da vigência da Lei nº10.639, em 2003, a temática afro-brasileira se tornou obrigatória nos currículos do ensino fundamental e médio. Tendo em vista que o desafio de uma educação antirracista deve começar ainda nas séries iniciais, o presente artigo tem como proposta um estudo acerca do ensino da literatura e da cultura afro-brasileira nas séries iniciais do Ensino Fundamental em escolas da Rede Pública da cidade de Caxias-MA, identificando sua contribuição na construção de princípios que propiciam as crianças estabelecerem sua identidade. A metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo dividida em três etapas. A primeira etapa ocorreu em 2013, quando foi aplicado um questionário a professores de quatro escolas da rede municipal de Caxias-MA. A segunda etapa consiste na aplicação do mesmo questionário, nas mesmas escolas, no ano de 2019, seis anos depois. Por fim, foi realizado um estudo comparativo utilizando os dados coletados em 2013 e 2019. Foi possível comprovar que houve evolução no ensino da cultura afro-brasileira, no entanto ainda vem sendo objeto obrigatório apenas no ensino de História, utilizando-se da literatura no dia da consciência negra. Concluiu-se que a cultura afro-brasileira vem sendo mais trabalhada nestas escolas, entretanto a literatura com esta temática precisa ganhar mais espaço dentro da sala de aula, assim como na formação dos profissionais da educação, tornando, não apenas possível, como necessária, uma intervenção pedagógica.

Palavras-chave: Cultura, Ensino fundamental, Literatura Afro-brasileira, Séries Iniciais.

Luana de Souza Oliveira | UniFACEMA - MA

Lívia de Souza Oliveira | UniFACEMA - MA



1 INTRODUÇÃO

Tanto a história quanto a cultura afro-brasileira devem ser de interesse de todos, pois apenas a partir do conhecimento que surge apoiado nestes estudos é possível repensar sobre os valores e ideais da sociedade em que vivemos, onde o negro sempre foi notado como alguém inferior. A literatura afro-brasileira permite a construção de princípios que proporcionam as crianças estabelecerem sua verdadeira identidade racial e aprender a respeitar a imagem que tem de si.

A educação é o recurso mais importante na formação de um povo, um valioso elemento de transformação social. Portanto, compete a escola um enorme papel de conscientização de seus discentes com relação a diversidade cultural na qual estão inseridos. O estudo da cultura e literatura afro-brasileira permitirá a esses alunos a construção de seu senso crítico e a reflexão da verdadeira condição do negro no Brasil.

É necessária a inclusão da questão racial, como parte integrante da matriz curricular tanto de cursos da licenciatura para a educação infantil, aos anos iniciais e finais da educação fundamental, educação média, educação de jovens e adultos, como processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no ensino superior. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2004, p.23).

Os processos pedagógicos se tornaram um meio estratégico para a prática de discussões e elaboração de projetos que objetivam possibilitar uma melhor compreensão sobre esta diversidade étnica e cultural. De acordo com Candido (2002), a literatura dispõe de três importantes funções, são elas: a função formadora, a psicológica e a social. Portanto, uma das formas mais inteligentes e eficientes para desenvolver a temática da cultura afro-brasileira em sala de aula é a literatura.



Na construção da identidade cultural de um povo, a literatura ocupa lugar de destaque, pois oferece os universos de relação produzidos na história, ou seja, desde os espaços ocupados e de que maneira esses espaços se ocuparam até as transformações sociais. (GREGORIN FILHO, 2009, p.51).

As obras literárias são uma reprodução de ações humanas, logo as questões relacionadas à história do negro, enquanto agente ativo da sociedade brasileira, é um tema que merece destaque dentro da literatura. Sancionada em 9 de janeiro de 2003, a Lei n. 10.639/03 torna obrigatório o ensino da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.” (BRASIL, 2003).

Como nos aponta Santos (2007, p.23), a Lei é uma ferramenta para recolocar o negro no âmbito da educação. Em nossa sociedade foi necessário que se aprovasse a lei acima citada para que a nossa história fosse ensinada de maneira correta aos alunos. Desta forma, o presente artigo tem como objetivo contribuir no resgate da história dos negros, haja visto



que, com a temática negra, vem à tona as tradições religiosas e culturais deste povo, tendo como proposta um estudo acerca do ensino da literatura e da cultura afro-brasileira nas séries iniciais do ensino fundamental nas escolas da cidade de Caxias-MA.

Trabalhar com a literatura afro-brasileira nas séries iniciais proporciona ao educador e ao educando a oportunidade de conhecer a beleza desta cultura e isso se torna uma forte ferramenta no combate ao preconceito, além de reforçar a autoestima das crianças negras. A reflexão sobre a literatura afro-brasileira é indispensável em sala de aula, pois permite ao estudante que haja um diálogo sobre assunto. Assim determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais:

§1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (DCN, 2004, p. 31).

Assim, é relevante que o núcleo escolar possua métodos de ensino-aprendizagem que levem em consideração a discussão a respeito das relações étnico-raciais dentro do universo escolar. E no que diz respeito a literatura, esta se mostra como um instrumento preciso para valorizar a luta e o protagonismo afro-brasileiro ao longo dos séculos.

Instruir as crianças e os adolescentes desde cedo para a prática de valores éticos torna-se necessário para que, dentro do próprio espaço escolar, exista uma relação saudável. A orientação com base em uma perspectiva literária que mostre o protagonismo negro, dá ao aluno a oportunidade, por meio da literatura, de conhecer um universo onde tal cultura é vista de maneira positiva e livre de estereótipos de inferioridade.



2 METODOLOGIA

O trabalho aqui apresentado foi desenvolvido por meio de uma pesquisa de campo dividida em três etapas. A primeira, se iniciou no segundo semestre do ano de 2013. Nesta primeira fase, foram escolhidas quatro escolas da Rede Pública Municipal de Caxias-MA, onde seria aplicado um questionário contendo sete questões, sendo cinco objetivas e duas subjetivas.

A princípio, três escolas se recusaram a participar da pesquisa, sem apresentar nenhuma justificativa. Após inúmeras visitas e muito diálogo, a direção dessas escolas aceitou que o questionário fosse aplicado, entretanto ficou acordado que a própria direção escolheria os professores que participariam e que seria preservado o nome das escolas, assim como as identidades de todos os professores.

Foram escolhidos quinze professores lotados nestas quatro escolas. Vale ressaltar que todos os professores que participaram da pesquisa atuam como professores polivalentes, ou seja, desempenham um trabalho multidisciplinar, ministrando todas as disciplinas, com exceção de Língua Inglesa.

Todos os educadores participantes responderam ao questionário individualmente, nenhum professor teve contato com outro durante a aplicação do questionário, assim como nenhum funcionário das escolas teve acesso ao questionário antes de sua aplicação.

A segunda fase se deu seis anos depois, no segundo semestre de 2019, quando, retornando as mesmas escolas, foi aplicado o mesmo questionário. Assim como na fase anterior, quinze professores participaram da pesquisa, entretanto nenhum deles participou anteriormente. Foram mantidas as mesmas sete questões e nenhum dos participantes precisou se identificar. Ao fim do questionário também ocorreu um bate-papo informal com alguns educadores, momento este onde surgiu o pedido para que uma das questões fosse retirada.

Na terceira fase, foi feita uma análise comparativa entre os dados coletados em 2013 e os dados coletados em 2019. Os resultados obtidos nos ajudam a compreender as mu-

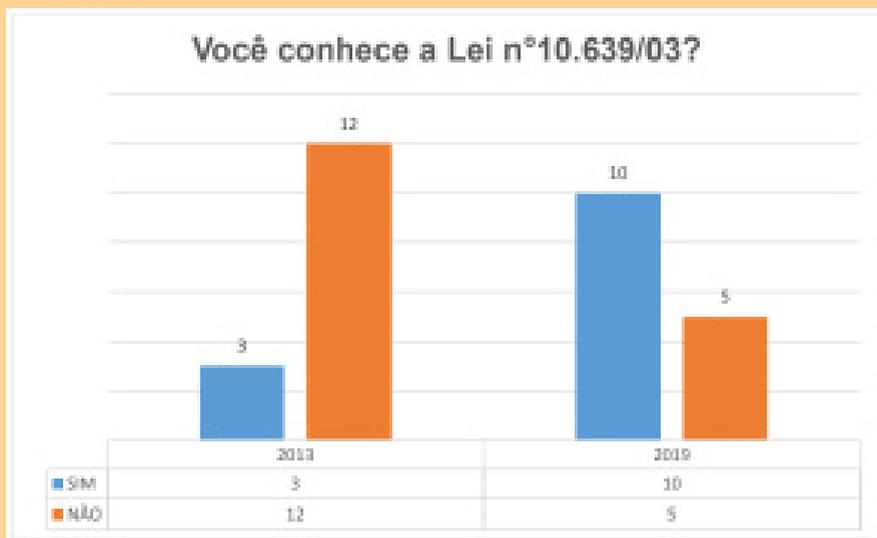


danças e as dificuldades existentes no sistema educacional para que a Lei 10.639/03 seja colocada em prática.

3 RESULTADOS

Aqui podemos ver, por meio de gráficos, uma análise comparativa entre os dados coletados em 2013 e os dados coletados em 2019. Novamente, é importante frisar que todos os professores que participaram da pesquisa atuam como professores polivalentes, desempenhando um trabalho multidisciplinar, ministrando todas as disciplinas, com exceção de Língua Inglesa.

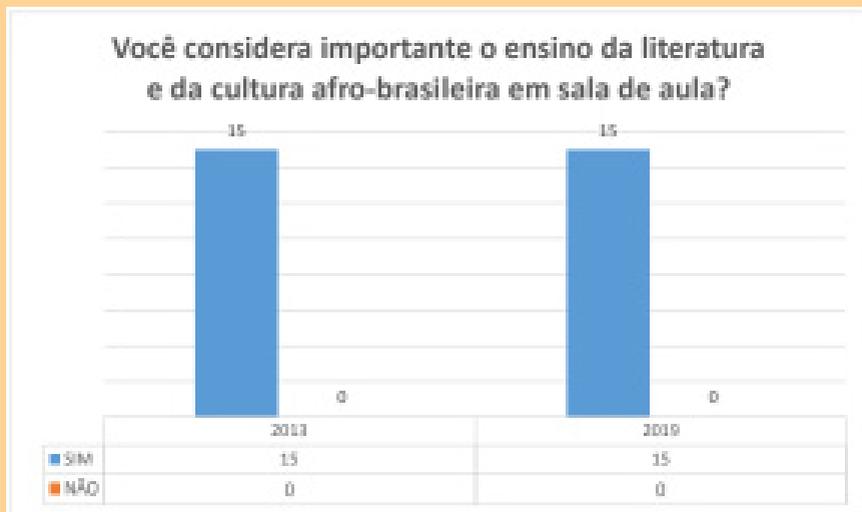
Gráfico 1:



Na primeira pergunta, os professores foram questionados se conheciam a Lei nº10.639/03. De acordo com os resultados apontados no gráfico acima podemos perceber quem em 2013, dez anos após sua promulgação, apenas 3, de 15 professores, afirmam conhecer a lei. Já em 2019, seis anos após a primeira etapa da pesquisa, apenas 10 professores responderam que sim, conhecem a lei.

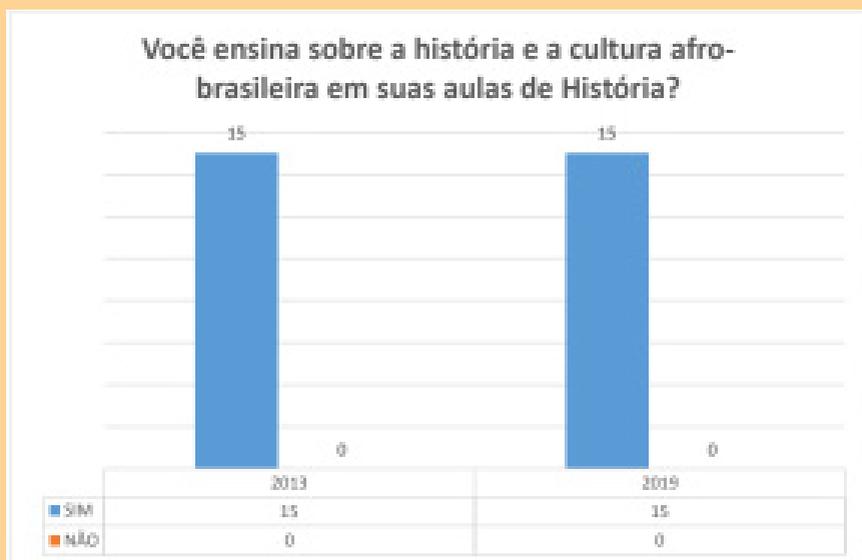


Gráfico 2



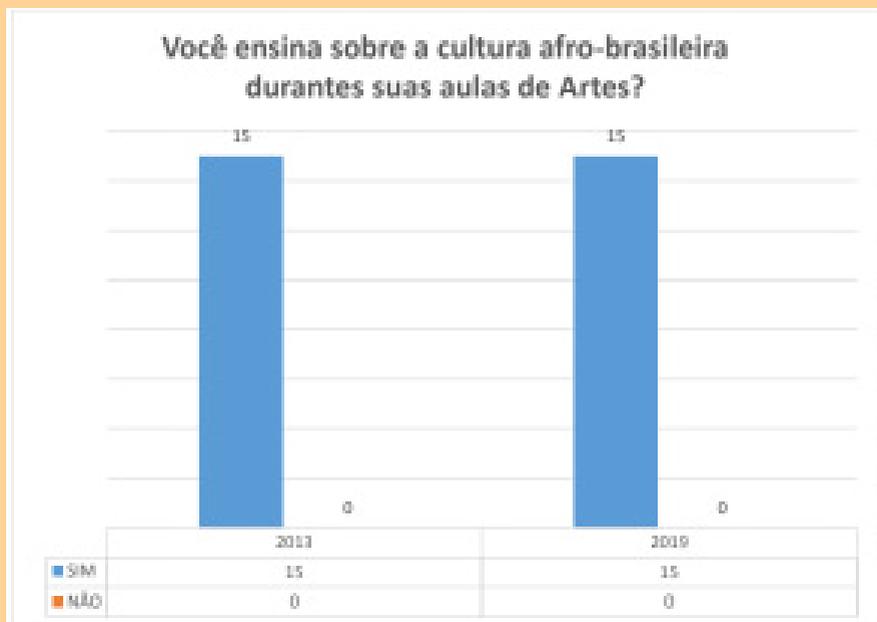
Ao serem questionados sobre a importância do ensino da literatura e cultura afro-brasileira, tanto em 2013 quanto em 2019, os professores foram unânimes em suas respostas, todos responderam que sim, acreditam ser importante trabalhar a temática na sala de aula.

Gráfico 3



Assim como na questão anterior, os professores foram unânimes ao responderem a questão de número 3. Perguntados se ensinam sobre a história e a cultura afro-brasileira nas aulas de História, todos eles responderam que sim. Isso se deu tanto em 2013 quanto em 2019.

Gráfico 4

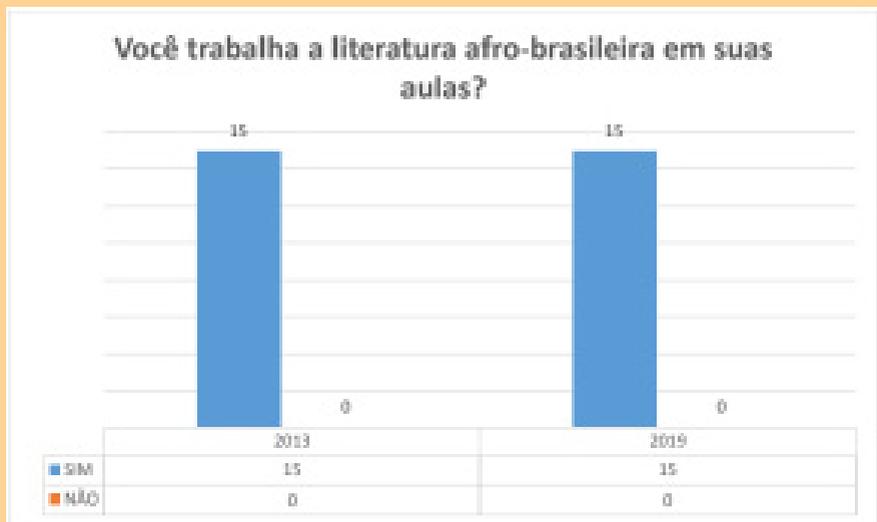


Ao serem perguntados se ensinam sobre a cultura afro-brasileira durante as aulas de Artes, em 2013 todos responderam que sim, assim como em 2019, os 15 Professores também responderam de maneira afirmativa.

Analisando os dados até aqui, é possível sentir que, mesmo que grande parte dos professores afirmem que não conhecem a Lei n°10.639/03, ela vem sendo colocada em prática dentro da sala de aula, o que nos fez questionar se esta pesquisa realmente se fazia necessária.



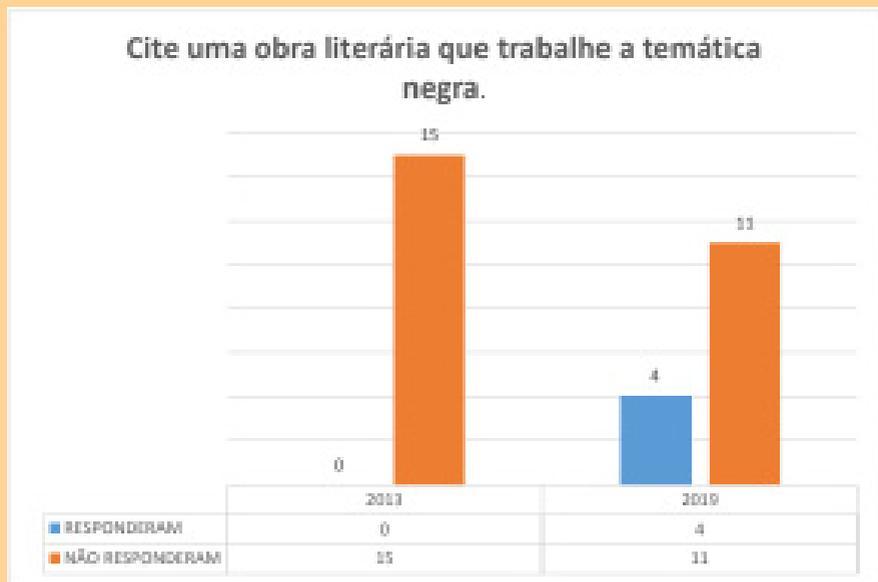
Gráfico 5



Em 2013, todos os professores responderam que sim, trabalham a literatura afro-brasileira em suas aulas. O mesmo se repetiu em 2019, onde os professores foram unânimes ao responderem que sim. Tal resultado é de extrema importância para que possamos comparar com os dados do gráfico a seguir.



Gráfico 6

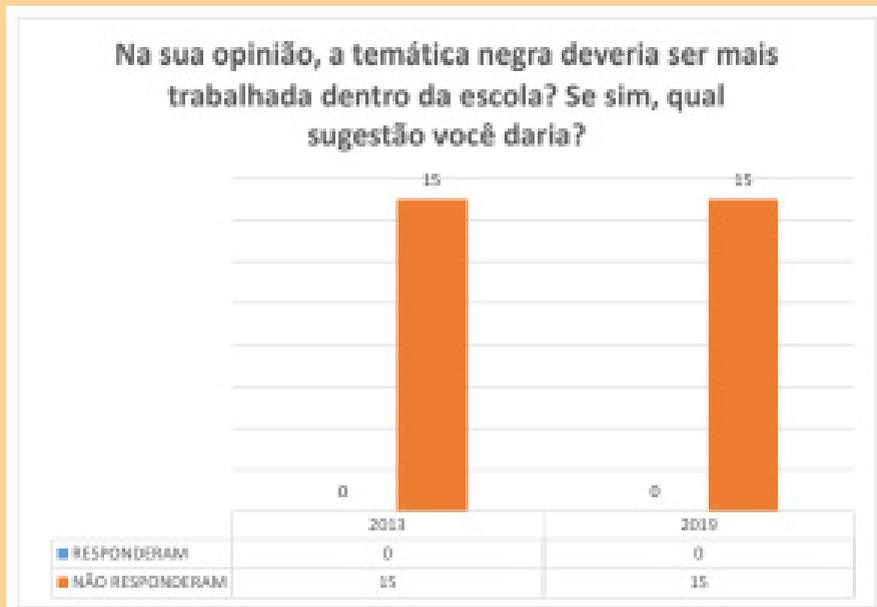


Na questão anterior, todos os professores, nas duas etapas, afirmaram que trabalham a literatura afro-brasileira em suas aulas, entretanto, em 2013, nenhum professor foi capaz de citar uma única obra que trabalhe a temática negra. Já em 2019, apenas 4, de 15 professores, conseguiram citar o nome de uma obra que trabalhe a temática em questão. Dentre as obras citadas estavam: “Menina bonita do laço de fita”, “O menino marrom” e “O cabelo de Cora”.

Pode-se dizer que é, no mínimo, intrigante que professores que trabalham uma determinada temática durante suas aulas não consigam lembrar o nome de uma única obra, em meio a tantas trabalhadas quase que diariamente.



Gráfico 7



Ao serem indagados se a temática negra deveria ser mais trabalhada dentro da escola, nenhum professor respondeu. Esse foi um fato que se repetiu nas duas etapas da pesquisa.

Durante um bate papo informal que aconteceu ao final da segunda etapa, no segundo semestre de 2019, a responsável pela coordenação de uma das escolas solicitou que esta última pergunta fosse retirada do questionário. Ao ser questionada sobre o motivo de tal pedido, a resposta obtida foi: “A escola utiliza os recursos que tem e trabalha essa questão da forma que tem que ser trabalhada. Reservamos um mês inteiro para isso, o mês de novembro”.

Diante de um pedido desta natureza, seguido desta justificativa, e os professores se mostrarem de acordo com tal argumento, fica muito claro o quanto esta pesquisa se fazia necessária. A promulgação da Lei nº10.639/03 traz à tona a temática da história e da cultura afro-brasileira no contexto es-



colar. A obrigatoriedade da abordagem de questões culturais e sociais referentes ao povo afro-brasileiro representa um grande progresso no currículo escolar. O Dia da Consciência Negra é, sem dúvida alguma, uma data que deve ser comemorada, dentro e fora de sala, mas o papel da escola é reconhecer que esse é um espaço multicultural e que todos pertencem ao ambiente escolar e os educadores são responsáveis por estabelecer uma relação harmoniosa entre essas diferenças. De nada adianta trabalhar a temática negra durante o mês de novembro e esquecer que ela existe durante o resto do ano letivo. Essa atitude em si, já é uma conduta discriminatória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode concluir é que, apesar da promulgação da Lei n. 10.639/03, muitas dificuldades ainda são encontradas. A Lei veio para corroborar com a necessidade de uma educação inclusiva e promoção de uma igualdade de direitos, acesso a informação sobre uma história ancestral que proporcione uma quebra na hierarquia das relações interétnicas.

Para início, os próprios educadores precisam avaliar a situação e admitir que, apesar da evolução existente, muitas coisas ainda precisam melhorar e que a Literatura precisa ser trabalhada em sala. A instituição escolar precisa criar mecanismos e instrumentos que estimulem os professores para que isso seja repassado aos alunos. Este trabalho deve ser realizado durante todo o ano letivo, e não somente em datas comemorativas.

Ficou nítido, com base na pesquisa realizada, que é necessário que se faça um intervenção pedagógica, implantando projetos que abordem esta temática, projetos que não devem ser voltados apenas para o mês de consciência negra, mas para todo o ano letivo.



REFERÊNCIAS

AM NCIO, Isis Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lucia do Santos. Literaturas Africanas e Afro-Brasileiras na Prática Pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BERND, Zilá. Introdução à literatura negra. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004, Disponível em: <<http://www.uel.br>>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em 11 de agosto de 2019.

CANDIDO, Antônio. Textos de intervenção. São Paulo: Duas Cidades, 2002.

GREGORIN FILHO, José Nicolau. Literatura Infantil – Múltiplas linguagens na formação de leitores. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2009.

HASENBALG, Carlos. Discriminação de Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 5. Ed. 1990.

JAUSS, Hans Robert. A história da literatura como provocação a teoria literária. São Paulo: Ática, 1994.

MUNANGA, Kabengele. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global, 2006. SANTOS, Renato Emerson dos. O ensino de Geografia do Brasil e as relações raciais: reflexões a partir da lei 10.639. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. O que é racismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.



SOUZA, Maria de Melo e. África e Brasil Africano. São Paulo: Ática, 2006.

VERGULINO, Ana Rosa; SILVA, Cleiton Sobral; SILVA, Débora Regina Machado Silva. Relações étnico-raciais no espaço escolar. Revista Interação, 2013. Disponível em: <http://vempfafam.com.br/wpcontent/uploads/2016/11/7_RelacoesEtnicos-Raciais-no-Espaco-Escolar.pdf> Acesso em: 24 de outubro de 2019.





